

www.versus.ufrj.br

ISSN 1984-4263



UFRJ



CCJE

ABRIL DE 2011 • ANO II • Nº 6

versus

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DO CCJE/UFRJ

EXCLUSIVO

Marco Aurélio Garcia

O que **muda** e o que
não muda na política
externa **com Dilma**

VERSUSimagem

A foto de **Mohamed Abd El-Ghany**, distribuída pela agência Reuters, registra o 13 de Fevereiro na Praça Tahrir. A imagem mostra milhares de egípcios celebrando a deposição de Hosni Mubarak – momento histórico na chamada Primavera Árabe. A Praça Tahrir foi o epicentro dos protestos que em 18 dias derrubaram o ditador egípcio. Os acontecimentos que puseram o Egito em convulsão política depois de 30 anos de poder de Mubarak tem um lugar distinto no ambiente de revoltas iniciadas em janeiro na Tunísia, pela importância daquele país para a região de fronteiras explosivas. Para onde caminha o Egito e outros países árabes que vivem rebeliões? O assessor da Presidência da República para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia, entrevistado de VERSUS, aposta que “seguramente” a onda insurgente vai obrigar novas respostas à questão palestina. Para ele, crucial.

Luiz Carlos Maranhão

Editor Executivo







EXCLUSIVO

Marco Aurélio Garcia diz que América do Sul será prioridade na política externa de Dilma Rousseff

10

ENTREVISTA

Michel Misse faz um raio-X da violência

40

VERSUS
Imagem
Egito rebelde

2

CIDADE NUA
De quem é a rua,
uma polêmica urbana

37

SUMÁRIO

EDIÇÃO Nº 6

7

AUTORES

8

LUPA
Drummond, Adam
Smith, Coppola e
Foucault

28

ARTIGO
O pré-sal e o futuro
Ildo Sauer e Sonia Seger



42

ENSAIOS
Marx e a economia
política: a crítica
como conceito
Aloísio Teixeira

55

56

O massacre de Hipácia: ensaio sobre um roteiro para a barbárie

Marcos Dantas

71

From Veblen to Chang in Institutional Economics

Kirsten Ford

94

BRASIL Miguel Carter

Por que a reforma agrária não avança

TRILHA

Marco Michael
registra imagens de
vaqueiros no Nordeste

87



DROGAS

O fim do "Consenso de Viena?"

Luciana Boiteux

102

109

dois pontos



Bella Jozef

110

PERSONAGEM

Paixão pela América Latina

Cláudia Luna

111

O último texto de Bella Jozef

Atualidade do pensamento de Octavio Paz

116

MÚSICA

Eu sou o samba S.A.

120

ARTES PLÁSTICAS

Tatuagens urbanas

124

LITERATURA

Sobre Liev Tolstói

Rubens Figueiredo

128

LIVRO

O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro

João Marcio Mendes Pereira

129

CINEMA

A crise nas telas

Documentário expõe crise econômica

130

PONTO FINAL

Renascer das cinzas

Foto: Bira Soares



Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Econômicas e Jurídicas



UFRJ

CCJE

Aloísio Teixeira
Reitor

Sylvia da Silveira de Mello Vargas
Vice-Reitora

CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS

Maria Lucia Werneck
Decana

Vanessa Oliveira Batista
Vice-Decana

Agnaldo Fernandes
Superintendente

Pedro Abramo
Coordenação de Pós-Graduação

Ana Malin
Coordenação de Pesquisa e Extensão

Maria Malta
Coordenação de Planejamento

REVISTA VERSUS

Alcino Ferreira Camara Neto
Editor

Luiz Maranhão
Editor executivo

Gil Castro
Editor de arte

Elisa Monteiro e Pablo Kaschner
Repórteres

Carolina Souza de Almeida
Assistente de arte

Letícia Fraga Sias
Secretaria e produção

Carlos Nogueira
Maria de las Neves Eirin de Rapp
Felipe Teixeira Gonçalves
João Sérgio Pereira da Silva Junior
Pesquisadores

Roberto Azul
Revisor

Capa
Foto ABr
Arte Gil Castro

Colaboraram nesta edição

Aloísio Teixeira, Ayrton Centeno, Bella Jozef, Bira Soares, Bruno Sampaio, Cláudia Luna, Daniel de Andrade, Francisco Rojas, Ildo Sauer, João Márcio Mendes Pereira, Kirsten Ford, Leonardo Melgarejo, Luciana Boiteux, Marco Fernandes, Marco Michael, Marcos Dantas, Mônica Martins, Pedro Barreto, Rubens Figueiredo, Sonia Seger

Agradecimentos

ABr, Cinnamon Comunicação, Coletivo de São Paulo DAR – Desentorpecendo a Razão, Grupo de Estudos sobre o Agro Contemporâneo (GEAC) e o Laboratório de Economia e História (LEHI) da Universidade Federal Rural Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Apoio institucional

Coordenação de Comunicação da Reitoria/UFRJ



Conselho Editorial

Abílio Pereira de Lucena; Alcino Camara Neto; Aloísio Teixeira; Ana Célia Castro; Ana Clara Torres de Ribeiro; Carlos Aguiar de Medeiros; Carlos Esteban; Carlos F.T.M.R. de Lessa; Carmen Feijó; Francisco Amaral; José Antonio Ortega; José Luiz Fiori; Matias Vermejo; Nilo Batista; Raphael Di Giorgi; Rosélia Piquet Carneiro; Thomas Palley

Receba VERSUS

Para adquirir exemplar de VERSUS envie mensagem para o e-mail versus@ccje.ufrj.br com nome, endereço completo, profissão.

Revista VERSUS

Publicação trimestral do

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE)
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Av. Pasteur, 250 - fundos - Campus da Praia Vermelha

22290-240 - Urca - Rio de Janeiro/RJ

Tels.: 21 38735311 - 38735305 - 3873-5308

versus@ccje.ufrj.br

www.versus.ufrj.br

Ao leitor

Neste início de governo, a política externa é centro de atenção. Inaugurada com a viagem de Dilma Rousseff à Argentina, a agenda diplomática ganhou fôlego. Num curto espaço de quatro meses, a presidenta recebeu a visita de Barack Obama, viajou à China e já pontificou pelo alentado foro dos BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China). No intervalo desses eventos, foi a Portugal. Na ONU, o Brasil votou pela investigação de violações dos direitos humanos no Irã. Num movimento pendular, se absteve na votação que autorizou o bombardeio da Líbia e, em seguida, pediu a suspensão das ações militares. Análises apressadas querem identificar mudanças na política externa. Perderia substância ideológica e ganharia em pragmatismo. VERSUS foi a Brasília ouvir o assessor para assuntos internacionais da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia, sobre o futuro da política externa. Capa desta edição, Garcia é alvo recorrente da mídia conservadora. A ele é atribuída a suposta inspiração esquerdista na política externa do governo Lula, que integrou desde o primeiro mandato. No novo governo, ele continua no mesmo cargo, instalado numa sala a poucos passos do gabinete presidencial e com assessoria ampliada.

Boa leitura

ROBERTO STUCKERT FILHO/ABR



NA CHINA. Dilma e Hu Jintao passam a tropa em revista

De Karl Marx ao pré-sal



JOZEF. Literatura latina



TEIXEIRA. Economia política

ILDO SAUER E SONIA SEGER (“Os múltiplos significados da exploração do pré-sal para o futuro do Brasil”, p. 28), Ph.D. em Engenharia Nuclear, professor titular de Energia da USP e ex-diretor de Gás e Energia da Petrobras; doutora em energia pela USP e pesquisadora do Instituto de Eletrotécnica e Energia da mesma instituição.

ALOÍSIO TEIXEIRA (“Marx e a economia política: a crítica como conceito”, p. 42), professor titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e atual reitor dessa instituição.

MARCOS DANTAS (“O massacre de Hipácia: ensaio sobre um roteiro para a barbárie”, p. 56, VERSUS acadêmica), professor do Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da UFRJ.

KIRSTEN FORD (“From Veblen to Chang in Institutional Economics”, p. 71, VERSUS Acadêmica), professora do Departamento de Economia da University of Utah.

LUCIANA BOITEUX (“Política internacional de drogas e redução de danos: o fim do Consenso de Viena?”, p. 102), professora adjunta de Direito Penal da UFRJ, coordenadora do Grupo de Pesquisas em Política de Drogas e Direitos Humanos da FND/UFRJ.

CLÁUDIA LUNA (“Bella Jozef: Paixão pela América Latina”, p. 110), professor associado de Literatura Hispano-Americana da UFRJ. Cláudia Luna foi orientanda de Bella Jozef.

BELLA JOZEF (“Atualidade do pensamento de Octavio Paz”, p. 111). Na quinta-feira, 11 de novembro de 2010, uma parada cardíaca pôs fim à vida de Bella Jozef, professora emérita da UFRJ, crítica literária e intelectual de vasta obra sobre literatura Hispano-Americana. Morreu aos 85 anos. Dias antes, a convite de VERSUS, ela havia escrito um texto analisando a obra do escritor mexicano Octavio Paz (1914-1998), Prêmio Nobel de Literatura.

RUBENS FIGUEIREDO (“Sobre Liev Tolstói”, p. 124), um dos principais tradutores da língua russa para o português. Traduziu *Anna Kariênina*, de Liev Tolstói, direto do russo. É escritor e já foi premiado com um Jabuti pelo livro *Barco a seco*.



“ Não há muitos
jantares no mundo,
já sabias,
e os mais belos frangos
são protegidos em pratos
chineses por vidros
espessos.
Há sempre o vidro, e não
se quebra,
há o aço, o amianto, a lei,
há milícias inteiras
protegendo o frango
(...) Entre o frango e a
fome,
o cristal infrangível. Entre
a mão e a fome,
os valos de lei, as léguas
(...) ”

Carlos Drummond de Andrade (1902-1987) na poesia “Canto ao Homem do Povo Charlie Chaplin”. O texto integra o livro *A rosa do povo*, publicado em 1945, a obra de maior preocupação social de Drummond.

“ O papel do intelectual consiste em tornar visíveis os mecanismos de poder repressivo que são exercidos de maneira dissimulada. Mostrar que a escola não é apenas uma maneira de ensinar a ler e a escrever e de comunicar o saber, mas também uma forma de impor. O mesmo em relação à psiquiatria, que foi o primeiro dos setores nos quais tentamos diagnosticar essa imposição.

Michel Foucault (1926-1984) em entrevistas ao extinto jornal *Versus* em 1975, durante a passagem do filósofo pelo Brasil para palestras na Universidade de São Paulo (USP).



VERSUS



LUPA



“ Sempre tive uma relação afetiva com a América Latina. Ando muito interessado pela tradição da ficção latina, na literatura da Argentina, do Chile, do Brasil. Cortázar, Bolaño, Vargas Llosa, Jorge Amado... A grande literatura do século é da América Latina. Pensei que, se viesse para cá, o talento dessas pessoas de alguma forma pudesse me influenciar.

Francis Ford Coppola (*O Poderoso Chefão, Apocalypse Now*) em entrevista a jornalistas latinos em dezembro de 2010, no lançamento de seu último filme, *Tetro*, rodado em Buenos Aires.

“ O esforço natural que todos nós fazemos continuamente para melhorar nossas próprias condições é um princípio de preservação capaz de prevenir e corrigir, em muitos aspectos, os maus efeitos da política econômica, em certo nível parcial e opressiva. Tal política econômica nem sempre é capaz de parar totalmente o caminho natural de uma nação para a riqueza e a prosperidade.

Adam Smith (1723-1790), valorizando a ação dos indivíduos frente a governos, no livro IV de *A Riqueza das Nações*, obra de referência do teórico do liberalismo econômico.



na internet

www.versus.ufrj.br

www.versus.ufrj.br

visite

visite





CAPA

Política externa nos passos de Lula?

Luiz Carlos Maranhão
De Brasília

Poucos metros separam o gabinete de Dilma Rousseff da sala de Marco Aurélio Garcia no Palácio do Planalto, onde ele recebeu VERSUS. O assessor presidencial que deu amplitude política à diplomacia brasileira nos dois mandatos do governo Lula diz que haverá mudanças na política externa, mas que essas mudanças não serão substantivas em relação às linhas que orientaram o governo anterior.

**GARCIA entre Dilma e
o ministro das Relações
Exteriores, Antônio
Patriota**



assessor especial da Presidência

da República para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia, despacha numa sala envidraçada do piso ao teto, com vista para a Esplanada dos Ministérios, no 3º andar do Palácio do Planalto. Na história da República brasileira foram poucos os quadros extra-Itamaraty que desempenharam papel tão relevante na diplomacia – condição que, diga-se, não o induz a qualquer sinal de soberba.

Garcia é professor licenciado do Departamento de História da Unicamp, tem 69 anos e foi um dos fundadores do PT. Sua amizade com Lula tem origem naqueles tempos. O professor não ergue a voz nem quando trata de temas mais espinhosos. Sobre os rumos da política externa no governo Dilma, ele observa que a diplomacia hoje conferiu um peso muito grande ao desempenho presidencial. “Só isso mostra concretamente que haverá mudanças, claro, porque uma coisa é o Lula e outra coisa é a Dilma”, diz, com a ressalva: “mas os dois estão imbuídos das mesmas orientações e não haverá mudanças substantivas”. Em relação aos direitos humanos, a política externa será exercida de uma forma um pouco distinta, admite Garcia. “A Dilma, até pela sua experiência de vida, vai dar uma ênfase muito grande à questão lá fora e aqui dentro também”, observa. A integração com a América do Sul dominou a maior parte da entrevista que você pode conferir a partir de agora.



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABR

Com Dilma Rousseff, o que muda na condução da política externa?

Veja bem o seguinte, a diplomacia no mundo conferiu um peso muito grande ao desempenho presidencial. Se antes nós tínhamos uma diplomacia confinada quase que exclusivamente às chancelarias, aos ministérios das relações exteriores, nos últimos anos se generalizou um pouco a presença dos presidentes, até porque nós não temos instrumentos sólidos de governança mundial. Os instrumentos multilaterais estão muito paralisados, muito travados. O caso das Nações Unidas é sintomático. Então o que nós vemos muitas vezes é a criação dessas instâncias *ad hoc*, G7, G8, G20. E nessas instâncias, o papel dos presidentes, dos primeiros-ministros, de chefes de estado ou de governo, é muito forte. Só isso mostra concretamente que haverá mudanças, claro, porque uma coisa é o Lula e outra coisa é a Dilma. Mas os dois estão imbuídos das mesmas orientações em matéria de política externa e não haverá mudanças substantivas no que diz respeito àquilo que presidiu os oito anos do governo Lula, herança com a qual a Dilma disputou a eleição, ganhou e vai dar continuidade, é evidente.

A questão dos direitos humanos terá um peso maior?

Isso será exercido de uma forma um pouco distinta. Quer dizer,

obviamente a Dilma, até pela sua experiência de vida, vai dar uma ênfase muito grande à questão dos direitos humanos lá fora. E aqui dentro também.

Nesse assunto, pelo que o senhor tem dito, não vai ser uma atitude seletiva em relação a este ou aquele país.

Evidentemente nós temos criticado muito esse comportamento seletivo. Em muitas ocasiões também não se apreciou devidamente esforços de caráter mais reservado que nós fizemos e vamos continuar fazendo, independentemente do fato de que o Brasil poderá ser um pouco mais assertivo nas suas declarações, disso eu não tenho a menor dúvida. Agora, outra coisa é que as mudanças que podem ocorrer vão estar muito ligadas às mudanças do mundo também. Quer dizer, a política externa, por



CHICO BUARQUE. A política externa de Lula foi argumento para o compositor apoiar Dilma. “Um governo que fala de igual para igual com todos, que não fala fino com Washington, nem fala grosso com a Bolívia e o Paraguai”, disse, no Teatro Casa Grande

MAIO DE 2010. Lula é recebido em Teerã por Mahmoud Ahmadinejad. Retribuía a visita do dirigente iraniano ao Brasil. O Irã provocou dissabores nas relações de Brasília com Washington

mais planejada que ela seja, ela é reativa também. Tenho conversado com vários interlocutores que me perguntam sobre isso, continuidade ou não. Eu digo: “Olha, quem poderia imaginar no começo dos anos 80 que o Muro de Berlim ia cair, que a União Soviética ia implodir?” Eu não me lembro de ninguém que tivesse feito, podia haver desejos disso, mas apreciações... bom, e esse é um acontecimento que mudou concretamente a face do mundo. O desastre da política dos Estados Unidos no Iraque, esse era mais previsível, mas enfim... O 11 de setembro de 2001 também foi uma inflexão muito grande. E agora esses acontecimentos que nós estamos assistindo no Oriente Médio e no norte da África.

Qual é a leitura que o senhor faz?

Faço uma leitura muito particular. Acho que em todos os movimentos dessa natureza você sempre tem três componentes. O que interessa é ver como é que esses componentes vão daqui para adiante se combinar. É o componente social, a situação de grandes setores da população desses países é uma situação muito ruim, e que se agravou particularmente agora com essas manifestações da crise mundial, de preços de alimentos, etc. Então, havia demandas sociais muito grandes. Segundo, havia demandas de natureza política; esses governos que não resolviam esses problemas eram governos também autoritários. E havia algumas demandas de natureza nacional. Agora esses temas se



RICARDO STUCKERT/ABR



RENATO ARAUJO/ABR

articulam de uma forma diferente, não só de país para país, mas às vezes dentro do movimento do mesmo país.

A questão nacional?

Concretamente a relação desses países com o sistema mundial. Com os Estados Unidos, com Israel, e coisas desse tipo. Então nós vamos ter que ver. Quer dizer, o Egito continuará a ser um grande aliado dos Estados Unidos, vai manter os compromissos, a política que ele tinha *vis-à-vis* com Israel? Não sei. Em países onde esse tema nacional não está tão forte o conflito estará centrado ou em fatores de natureza social ou em fatores de natureza política. Veja bem, no caso da Líbia, é um problema de resistência, seguramente de resistência ao modelo político. No Bahrein acho que tem outro componente que é o religioso. É o fato de que o Bahrein é um país de população majoritariamente xiita e o governo, sunita.

Mas o mundo se mexendo, isso é bom?

O mundo está se mexendo. Claro que é bom. No que é que vai dar eu não sei. E, sobretudo, porque uma grande parte das pessoas que estão se mobilizando, quer dizer, o que tem aparecido de uma forma invariável em todos esses movimentos, você não tem lideranças alternativas consolidadas. Pode ser até que surja no curso dos acontecimentos, mas outro dia eu ouvi alguém dizer assim: "Ah, quem é o Lênin do Egito?" Não tem. Lá pelas tantas, inclusive, o Lênin não era tão importante como depois se transformou. O movimento, as revoluções de 1905, início de fevereiro de 1917, na Rússia, foram muito mais movimentos de grande intervenção das massas do que resultante do papel de lideranças. Então nós vamos ter que ver como é que vão se desdobrar cada um desses acontecimentos. É claro que eles têm uma originalidade em relação a outros pelo fato

MARÇO DE 2011. Dilma recebe Obama em Brasília. No intervalo da visita, Obama anunciou o ataque à Líbia. O fato desagradou a presidenta

de que eles têm algumas matrizes comuns. Na enorme diferença que existe de um país para o outro. Pensa só no Bahrein em relação ao Egito. Eles têm o tema religioso que é muito forte e têm uma referência cultural comum, que é, entre outras coisas, a língua. Todos eles falam a mesma língua. Então eu acho que isso seguramente vai embaralhar muito as cartas e, provavelmente, vai obrigar a novas respostas para uma questão que considero crucial, que é a questão palestina, questões do Oriente Médio de modo geral, mas sobretudo a questão palestina.

Por quê?

Porque, no fundo, a sua não resolução alimenta completamente uma instabilidade da segurança coletiva mundial. O Brasil participou de algumas iniciativas para lograr uma negociação entre Israel e Palestina, porque tinha presente que isso era uma questão que ameaçava a paz mundial. Da mesma forma que nós avançamos com os turcos no Acordo de Teerã, pela mesma razão. Se deu certo ou não, isso é outra coisa. Eu posso até discutir por que não deu certo. Mas, de qualquer maneira, não foi um ato de megalomania, de insensatez. Não, pelo contrário. Foi um ato de enorme responsabilidade de um país que quer ter presença no mundo, e está tendo.

E essa atitude vai continuar?

Evidentemente. Agora, nós sempre seremos seletivos, nós não estamos presentes em todos os conflitos do mundo. Mas nós estamos instaurando um novo tipo de presença política. O Brasil é o único país que tem visibilidade. É o único país dos BRICS que não tem bomba atômica. Não tem e não terá. Não é não terá porque não pode ter. Não é não terá porque não quer. Porque nós achamos que a nossa presença no

mundo se fará de outra forma. Por outro lado, nós podemos nos exibir não só as melhores da nossa economia, mas melhoras muito importantes na nossa sociedade. Nós nos orgulhamos de ter avançado num processo sólido de inclusão social, e nós podemos exibir para o mundo a nossa democracia. Isso é extraordinário. Não vamos ser apresentados em nenhum país como um país opressor, um país que quer exercer qualquer tipo de dominação colonial, econômica, cultural, coisas desse tipo. Pelo contrário, o que a direita brasileira tem dito em relação às nossas relações na região é que nós somos frouxos: "Vocês foram frouxos com a Bolívia, frouxos com o Paraguai". Mas enfim, o Chico Buarque já respondeu a isso.

Houve ruídos no governo Lula, principalmente no episódio envolvendo o Acordo de Teerã. Como vai ficar a relação do Brasil com os Estados Unidos?

Ela vai continuar sendo boa como era. Eu me lembro do seguinte, nós durante a presidência Lula mantivemos uma relação com os Estados Unidos excelente, com um presidente que tinha muito menos afinidades do ponto de vista. O Bush veio duas vezes ao Brasil. Nunca um presidente da República dos

Estados Unidos veio duas vezes no seu mandato a um país da América Latina. O Lula foi aos Estados Unidos quantas vezes? Foi recebido em Camp David, o que é considerado do ponto de vista do protocolo um ato de extrema simpatia. O Lula manteve uma relação muito cordial, um diálogo muito inteligente e cordial com o Obama. Bom, nós tivemos um pequeno momento de desencontro, que foi a questão do Irã. Agora, a minha interpretação é que aí houve uma apreciação inadequada dos Estados Unidos. Não diria nem do presidente, inadequada do governo americano.

O pleito pela vaga no Conselho de Segurança...

Nós estamos tratando esse assunto no G4, no âmbito das Nações Unidas. Os Estados Unidos têm a sua opinião a respeito, mas enfim...

América do Sul como polo mundial

Qual o futuro da política de integração com a América do Sul no governo Dilma?

Atendência não é só dar continuidade, como dar profundidade. Você vê no próprio discurso que a Dilma fez na posse. A parte relacionada à política internacional enfatiza muito isso. Ela usa inclusive a expressão “queremos associar o destino do Brasil ao da América do Sul”. Isso significa dar continuidade a um movimento que se iniciou ainda em 2003 no governo Lula, que foi esse de articulação com todos os países, seja multiplicando os esforços bilaterais, seja também intervindo nas esferas multilaterais. À época (início do primeiro mandato) nós tí-

nhamos uma esfera multilateral na América do Sul, o Mercosul, que era restrito a quatro países-membros e dois associados, e tinha um escopo eminentemente comercial, ainda que não fosse só isso. Nós procuramos, já naquela época, conferir ao Mercosul uma dimensão mais ampla com um lado de integração econômica, de associação política, social, mas também tentamos ampliá-lo. E efetivamente esse movimento funcionou, porque em 2005 nós tínhamos praticamente todos os países da América do Sul associados ao Mercosul. A própria evolução da situação facilitou as coisas. Por quê? Em primeiro lugar porque a Comunidade Andina (CAN) entrou em crise por várias razões. Uma delas é porque alguns dos países que a integravam passaram a buscar alternativas extrarregionais, tratados de livre-comércio com os Estados Unidos, como foi o caso essencialmente do Peru e, mais tarde, da Colômbia. E isso desagregou a CAN. Com a desagregação da CAN, nós tivemos um rápido movimento da Venezuela pedindo o ingresso pleno no

Mercosul, que é um processo que está em curso. Oxalá que quando esta entrevista for publicada já esteja formalizado...

Depende agora do Paraguai...

No Brasil já passou (o ingresso da Venezuela foi aprovado pelo Senado brasileiro). Está pendente exclusivamente de uma decisão do Congresso paraguaio. Mas eu acho que isso vai passar. O que significaria uma ampliação muito grande. Agora, o grande problema com o qual nós nos deparamos foi fazer com que todos os países aceitassem as normas do Mercosul. A menos que nós mudássemos as normas ou que eles mudassem as suas exigências. Eram países que tinham feito reduções muito grandes das alíquotas de importação e, obviamente, eles não queriam subir essas alíquotas. E nós, tampouco, queríamos baixá-las com a mesma velocidade e intensidade que esses países o tinham feito. Então nós tivemos que pensar em formas outras de integração, e eu acho que essa busca de um outro tipo de integração é que deu origem à Unasur.

Eu também queria colocar uma coisa que me parece importante. É que uma integração de tipo puramente comercial na América do Sul pode ser muito benéfica para o Brasil. Mas não sei se ela será para a maioria dos países, porque esses países têm economias mais simples, não têm esse peso da economia brasileira.

A assimetria é muito grande.

A assimetria seria muito grande. Então o que nós estamos assistindo hoje provavelmente se acentuaria, com saldos comerciais muito favoráveis ao Brasil nas nossas relações com todos os países, com exceção da Bo-



Uma integração de tipo puramente comercial na América do Sul pode ser muito benéfica para o Brasil. Mas não sei se ela será para a maioria dos países

lívica, por causa do gás que eles nos exportam. Mas nós achamos que isso é ruim. Isso pode ser bom durante um certo período, etc., etc., mas a tendência seria o atrofiamento de várias dessas economias. E nós achamos que, num olhar estratégico, o que nos interessa é uma América do Sul forte. Não é um Brasil forte cercado de países em crise, de países com *deficits* econômicos, sociais e consequentemente *deficits* políticos.

Bem, essas duas coisas é que nos empurraram para outra alternativa, que num primeiro momento chamou-se Comunidade

Sul-Americana de Nações e depois mudou de nome para União das Nações Sul-Americanas (Unasur).

Para qual horizonte aponta a Unasur?

As razões pelas quais nós adotamos essa proposta, aceita pelos países da região, foi uma avaliação que fizemos do continente, por um lado, e da evolução da situação internacional tendente à formação de um mundo multipolar. Então, nesse particular, nós temos que ver, vamos ser um polo? O Brasil vai ser um polo sozinho? O Brasil vai ser um polo com a América do Sul? Nós fizemos a opção por ser um polo com a América do Sul. Por quê? Primeiro, porque nós vemos que na América do Sul estão reunidas uma série de condições materiais e imateriais que tornam muito viáveis a presença da região como um polo mundial. Nós temos gigantescas reservas de energia, provavelmente a maior reserva energética do mundo, se somarmos petróleo. Esse cálculo nós já fazíamos antes do pré-sal. Imagine, depois do pré-sal, se nós pensarmos em petróleo, gás, carvão, biocombustíveis, hidroeletricidade, potencial nuclear... enfim, do ponto de vista energético? Fantástico.

Quais outras condições favoráveis?

Do ponto de vista de recursos minerais também, seja de minerais tradicionais, tipo ferro, seja de minerais que vão ter um papel fundamental nas novas indústrias do futuro, o lítio boliviano, para citar um caso. Nós temos um potencial de produção de alimentos fantástico. Dentre outras coisas, porque é uma produção de alimentos alavancada por pesquisas científicas minera-



DANIEL LUNA/ABF

EQUADOR. O presidente Rafael Correa conduz o projeto de mudanças no pequeno país andino. Na opinião de Marco Aurélio Garcia, a inflexão à esquerda de determinados países do continente facilita a política de integração. “São governos nacionalistas. No entanto, diferentemente do nacionalismo em outras partes do mundo, o nosso nacionalismo na América do Sul, na América Latina, sempre foi um nacionalismo favorável à integração”, diz o professor



BOLÍVIA. Segundo Garcia, “é um país hoje absolutamente estável”. E diz mais: “Evo Morales (foto) é um presidente que ganhou a eleição com maioria absoluta, não houve segundo turno. Ganhou os referendos, a última eleição ganhou com mais de 60%. A economia boliviana está crescendo há vários anos, com uma inflação supercontrolada, abaixo de 3%”

lógicas, tipo Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). Não é, portanto, mais aquela velha agricultura primária exportadora. Eu vejo às vezes as pessoas dizerem: “Ah, o Brasil só exporta *commodities*, só exporta alimento.” Como se isso fosse, assim, uma regressão. Não é uma regressão, é um salto adiante, porque é um tipo de economia exportadora totalmente diferente daquela que nós tivemos no passado, as velhas *plantations*. E com a particularidade de que nós conseguimos manter esse esforço exportador, garantindo ao mesmo tempo a segurança alimentar da nossa população, que é assegurada fundamentalmente pela agricultura familiar.

Que outras vantagens o continente apresenta?

Nós temos biodiversidade, nós temos grandes reservas de água. O mundo vai precisar de água de uma forma intensa, e 35% da água do mundo está aqui. Nós temos hoje uma indústria respeitável. Bastaria adicionar o fato de que nós produzimos aviões, produzimos carros mundiais – só Brasil e Argentina hoje em dia estão produzindo 6 milhões de automóveis, o que é provavelmente um dos maiores polos produtores do mundo.

E um mercado em formação, também isso?

Nós temos população. E uma população gigantesca que, beneficiada por políticas sociais dos últimos anos e pelo crescimento econômico da região, se transformou em mercado. E um mercado que nós sabemos perfeitamente que funcionou de forma admirável durante a crise, sobretudo o nosso mercado interno. Então imagina o mercado sul-ameri-

“

Num olhar estratégico, o que nos interessa é uma América do Sul forte. Não é um Brasil forte cercado de países em crise, de países com deficits econômicos, sociais e consequentemente deficits políticos

cano de provavelmente cerca de 400 milhões de habitantes? Bom, (além de) fatores imateriais: uma região relativamente homogênea, sem grandes conflitos políticos, religiosos, sem conflitos de fronteiras que sejam capazes de produzir coisas mais graves, são todos eles passíveis de resolução diplomática. Nós temos homogeneidade cultural relativa, uma relativa homogeneidade linguística, comparada com a Europa. E temos hoje regimes democráticos na região.

A inflexão de determinados países

à esquerda facilita ou cria problemas para esse processo de integração? Falo de Equador, de Venezuela, de Bolívia...

Olha, eu acho que num primeiro momento provavelmente facilitou. Por uma razão muito simples: são governos nacionalistas. No entanto, diferentemente do nacionalismo em outras partes do mundo – por exemplo, o nacionalismo na Europa –, o nosso nacionalismo na América do Sul, na América Latina, sempre foi um nacionalismo favorável à integração, quer dizer, essa noção de pátria grande que você vê muitas vezes no discurso... é um elemento existente. Todo o século XX foi povoado dessa dicotomia.

Principalmente na América hispânica?

Na América hispânica, mas mesmo aqui. Nós nunca tivemos um fenômeno de isolacionismo no estilo norte-americano, e menos ainda de proliferação de nacionalismos xenófobos, de nacionalismos anti-integração, como foram as experiências europeias que levaram à Segunda Guerra Mundial, e mesmo as experiências europeias que nós estamos assistindo agora. Se você observa a extrema direita europeia hoje, eles estão colocando uma agenda antieuropeia por excelência. O Le Pen (Jean-Marie, líder direitista francês) inclusive, a filha dele agora, defendem abertamente a saída do Euro e coisas desse tipo. Aqui não. Evidentemente cada um terá a sua opinião sobre o regime na Venezuela, no Equador, na Bolívia, no Brasil, na Argentina, etc. Mas então eu diria que num primeiro momento esses regimes, digamos, mais à esquerda, criaram um fator de amálgama do processo de integração. Mas o que é sintomático

é que eles puderam conviver com governos que não tinham o mesmo signo, os próprios governos da Concertação (no Chile), que poderiam ser qualificados como governos do centro à esquerda, às vezes mais para o centro do que para a esquerda, acompanharam muito bem isso. O governo da Colômbia também acompanhou isso, e hoje eu diria que há uma consciência muito grande de que a região tem que se articular.

No ano passado o governo do Equador reuniu, em Quito, economistas de vários países latinos, inclusive do Brasil, para discutir a proposta de uma Nova Arquitetura Financeira para a região. Temas como moeda única, criação de um fundo e o Banco do Sul foram debatidos. Houve algum recuo do Brasil em relação a esses assuntos? Em alguns aspectos o Brasil estaria mais interessado no mundo do que na América do Sul?

O Brasil é cofundador do Banco do Sul. Eu declaro isso. O Banco do Sul está emperrado porque é muito complicado montar um banco, não é fácil. Assaltar um banco é mais fácil do que criar um banco (risos). Agora, evidentemente, os nossos amigos equatorianos têm alguns projetos interessantes, mas que são de difícil viabilização. Eu acho, em primeiro lugar, falsa a percepção que nós estamos mais interessados no mundo do que na América do Sul. Nós estamos interessados na América do Sul e no mundo. E a prova que nós estamos interessados na América do Sul é de que as grandes iniciativas que houve em relação ao continente foram estimuladas diretamente pelo Brasil. Não vou dizer lideradas, porque eu não gosto dessa expressão.

“

Eu diria que num primeiro momento esses regimes, digamos, mais à esquerda, criaram um fator de amálgama do processo de integração

O Equador tem uma situação muito complexa que eles não conseguiram resolver e que vai ser muito difícil resolver. A economia do Equador é dolarizada, entende? Então você tendo uma economia dolarizada, você não pode ter política cambial e política monetária.

Você não tem moeda.

Então você é privado de dois grandes instrumentos de política econômica. Para resolver os problemas internos, você fica circunscrito a medidas de política

VENEZUELA. Garcia afirma que Hugo Chávez inverteu a equação de poder naquele país e começou a distribuir melhor a renda do petróleo. Essa, em sua opinião, a razão de “um enfrentamento político mais agudo”. Ele acrescenta que, “obviamente, todo conflito de uma sociedade tem origem concretamente em quem se apropria do excedente”. E diz mais sobre Chávez: “Até agora, a grande verdade é que ele foi eleito em pleitos livres, sob controle internacional, foi submetido a referendos”



fiscal. Portugal está vivendo esse dilema, a Espanha está vivendo esse dilema, a Grécia o viveu de forma intensa. Então essas engenharias financeiras são muito complexas, são muito difíceis de ser implementadas. Nós estamos propondo coisas muito mais simples e que eu acho que são mais eficazes porque são mais viáveis. A eficácia das coisas está também ligada à sua viabilidade. Por exemplo, nós estamos pro-

“

Vamos ter que transitar por um processo de integração que compatibilize os espaços nacionais

pondo – e já começamos a fazer com a Argentina e queremos que se faça com todos os países da região – é comércio bilateral em moeda nacional. Quer dizer, nós saímos, portanto, da dependência do dólar e fazemos o comércio em moeda nacional.

O mecanismo já está funcionando?

Ainda tem um curso muito pequeno, mas está em curso, e

ROBERTO STUCKERT FILHO/ABr



a tendência é que isso se desenvolva. Os uruguaios já assinaram conosco também uma proposta... eu diria que praticamente todos os países na região estão dispostos a fazer isso. Isso é uma coisa mais viável. Porque esses acordos de moeda única, coordenação macroeconômica, haja vista a experiência europeia, são muito complexos. Acho que nós vamos ter que transitar durante um longo período por um processo de

“

Nós também precisamos resolver os problemas de infraestrutura energética

integração que compatibilize os espaços nacionais, as suas idiosincrasias, as suas particularidades com o desejo de integração.

Falamos dos fatores positivos. Que obstáculos precisam ser vencidos para uma integração plena?

Quando nós construímos a Unasur, tendo em vista todos aqueles fatores positivos que mencionei, nós constatamos também alguns fatores profundamente negativos. Nós não tínhamos integração física, e estamos avançando nisso hoje. Vamos inaugurar a (estrada) transoceânica lá com o Peru. Aqui a da Bolívia, a Santos-Arica, está praticamente pronta. Tem um projeto muito ambicioso, Porto Alegre-Coquimbo, passando pela Argentina, um túnel gigantesco sob a cordilheira. Enfim, nós temos, portanto, avançado nisso, sem falar de que nos últimos oito anos construímos pontes que não existiam com vários países na região. Nós também precisamos resolver os problemas de infra-



EM BUENOS AIRES. Os direitos humanos ganharam destaque na visita feita por Dilma à Argentina, inaugurando sua agenda internacional. Na Casa Rosada, recepcionada pela presidenta Cristina Kirchner, ela encontrou-se com as mães da Praça de Maio

estrutura energética. Renegociamos com o Paraguai, espero que o Congresso ratifique. E é com o dinheiro do Focem (Fundo para Convergência Estrutural do Mercosul) que se está construindo a linha de extensão entre Itaipu e Assunción que vai mudar o perfil da economia paraguaia e, entre outras coisas, vai impulsionar um número muito grande de investimentos brasileiros, paraguaios e outros, e transformar, quem sabe, Assunción num polo industrial. Isso é que vai mudar o Paraguai.

O BNDES tem linha de financiamento específica para a região?

E o BNDES tem financiado muito aquilo que é qualificado como exportação de serviços. Essa linha de transmissão é financiada pelo Focem do Mercosul. Da mesma forma que nós estamos fazendo uma conexão energética com o Uruguai, também com recursos do Focem. Esses são recursos aparentemente pequenos, mas outro dia nós estávamos vendo, são 800 milhões de dólares. Não é tudo aquilo que a região precisa, mas já é muito, o que nos permite avançar. Tem havido também um esforço muito grande de expansão através do Proex, do Branco do Brasil, e do BNDES. Bom, as pessoas às vezes podem reclamar, “ah, está havendo uma expansão dos negócios brasileiros na região”. Mas esses negócios são desejados. Todos os governos da região querem que esses investimentos cheguem lá. Esses investimentos têm que chegar, evidentemente na obediência estrita das regras nacionais.

Mas a grande verdade é a seguinte: nós estamos atravessando um período em que é econo-

“

Nós preservamos um Estado com instrumentos suficientemente fortes não só para ter uma atividade mais reguladora dentro do país. Mas também para garantir que a nossa política externa possa se viabilizar

mia de mercado. Quer dizer, o Brasil, por mais moderado que possa parecer o seu processo, é aquele país que preservou, no Estado, instrumentos que permitem que isso se realize. O BNDES, Petrobras, Eletrobras, que está se expandindo muito, o Banco do Brasil como banco público, e tudo isso. Empresas como Embrapa, que estão ajudando no processo de reconstrução da agricultura em alguns países como, por exemplo, na Venezuela, e uma série de outras iniciativas que nós estamos tomando. Por quê? Porque nós preservamos um Estado com instrumentos suficientemente fortes

não só para ter uma atividade mais reguladora dentro do país. Mas também para garantir que a nossa política externa possa se viabilizar.

Há algum tipo de preocupação em relação aos problemas políticos de países como a Bolívia, Venezuela?

A Bolívia é um país hoje absolutamente estável. Eu sempre digo o seguinte: nos quatro primeiros anos do governo Lula, eu fui 14 ou 15 vezes à Bolívia. Todas as visitas eu fiz, em geral, em situações de crise, e eu me entrevistei com quatro presidentes diferentes em quatro anos. Nos últimos cinco anos, teve um só presidente lá.

Indicativo de estabilidade.

Eles têm estabilidade. É um presidente (Evo Morales) que ganhou a eleição com maioria absoluta, não houve segundo turno. Ganhou os referendos, a última eleição ganhou com mais de 60%. A economia boliviana está crescendo há vários anos, com uma inflação supercontrolada, abaixo de 3%. A Bolívia tem a segunda maior reserva *per capita* de moeda estrangeira do mundo, então? Alguém dirá “ah, tem problemas”. Tem problemas, tem problemas aqui, tem problemas em todo e qualquer outro país. Mas nós vemos o caso da Bolívia como um caso extremamente exitoso.

E a Venezuela?

No caso da Venezuela você tem um enfrentamento político mais agudo. A Venezuela paga o preço de uma política de décadas centrada numa visão rentista da economia. Como a Venezuela era, é e será um grande produtor de petróleo, ela se beneficiou disso para abandonar outros tipos de atividade produ-

tiva no país, sendo um país rico em minérios, um país que tem potencial agrícola extraordinário e um país que tem, inclusive, com 26 milhões de habitantes, um mercado que permitiria o desenvolvimento de uma indústria de bens de consumo correntes. Não o fez no passado, e o que é que aconteceu? Viviam de rendas. A renda do petróleo. Então destruiu a agricultura, destruiu a indústria, importa alface, importa tomate, importa frango, importa ovos, importa tudo. Importa até eletrodomésticos usados de Miami. E permitiu que uma classe média, uma classe alta vissem de forma muito opulenta. É país que tem o maior consumo *per capita* de uísque escocês... enfim, nós sabemos de tudo isso. Qual é o problema? O problema é que com a chegada do (Hugo) Chávez, ele inverteu um pouco essa equação. Ele começou a distribuir um pouco a renda do petróleo para baixo. E obviamente todo conflito de uma sociedade tem origem concretamente em quem se apropria do excedente. No caso lá, o que houve é isso. Independentemente dos problemas de natureza política. Sobre isso eu não quero entrar, porque aí eu ia começar a opinar sobre se o estilo do Chávez é adequado, se o estilo do Chávez não é adequado, etc., etc. Até agora, a grande verdade é que ele foi eleito em pleitos livres, sob controle internacional, foi submetido a referendos.

E sobre o modelo econômico?

Nós temos insistido muito com ele sob a necessidade de mudar o modelo econômico. É por isso que a Embrapa se instalou lá, para começar a desenvolver uma agricultura que dê segurança alimentar aos venezuela-

“

O pré-sal não será só extração de petróleo. Todo o modelo que nós estamos trabalhando é de agregar valor. Além do que, só a exploração vai necessitar de plataformas, navios. São duzentos navios. Onde é que vai ser construído isso? Mesmo que a indústria naval brasileira tenha se expandido muito, ela não vai atender a essa produção

nos, para que os venezuelanos não fiquem mais dependentes de importação. Nós instalamos lá um escritório da ADBI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial), que começou a preparar projetos de fábricas. Vão começar a instalar duas fábricas lá, uma na área de refrigeração

de alimentos e a outra de conservação de alimentos. E nós esperamos que haja outros projetos desse tipo. Os argentinos também querem fazer alguma coisa lá. Nós estamos ajudando por meio da Caixa Econômica, que também tem funcionários lá, no processo de bancarização.

Finalmente, nós estamos também dando uma assessoria grande no que diz respeito aos projetos de habitação. Nós queremos montar, sobretudo, uma equação técnica de financiamento. A Caixa Econômica tem muita experiência aqui no Brasil com a formulação do projeto Minha Casa, Minha Vida.

Qual o impacto da exploração do pré-sal na dinâmica econômica resultante da política de integração com os países do continente?

Vai ter um impacto muito grande. Por uma razão muito simples: o pré-sal não será só extração de petróleo. Todo o modelo que nós estamos trabalhando é de agregar valor. Além do que, só a exploração vai necessitar de plataformas, navios. São duzentos navios. Onde é que vai ser construído isso? Mesmo que a indústria naval brasileira tenha se expandido muito, ela não vai atender a essa produção. O que é interessante observar é que em vários lugares estão surgindo iniciativas de produção naval, de construção naval. Na Argentina, um pouquinho no Uruguai, na Venezuela. Por outro lado também, outras iniciativas, a Venezuela está concluindo uma siderúrgica. E o que nós queremos concretamente é envolver os países da região nesse gigantesco movimento industrial que vem em torno da exploração do pré-sal. ▮



ARTIGO

RICARDO STUCKERT/ABR

0 pré-sal



LULA no Campo de Tupi, na Bacia de Santos, em outubro de 2010

O

ex-diretor da Petrobras e professor titular de Energia do Instituto de Eletrotécnica (IEE) da USP, Ildo Sauer, e a doutora em Energia pela USP e pesquisadora do IEE, Sônia Seger, a convite de VERSUS, analisam o impacto da exploração do pré-sal para o futuro do país. “Petróleo é, cada vez mais, um recurso geopolítico”, destacam os dois especialistas no artigo. “Se decidir explorar essa reserva em 30 anos, o Brasil colocará no mercado cerca de 10 milhões de barris por dia, mais ou menos como a Arábia Saudita faz hoje”, afirmam. Mas advertem: “O capital financeiro está aí, em busca de aplicações rentáveis. Quer que o governo se comporte dentro de suas regras”. Ildo Sauer e Sônia Seger observam que “para fugir dessa sina o País tem de ter um projeto nacional de desenvolvimento econômico e social, um plano”

e o futuro

Os múltiplos significados da exploração do pré-sal para o futuro do Brasil

Ildo Sauer *
Sonia Seger **

A importância histórico-social da indústria petrolífera vincula-se à necessidade da apropriação, pelo modo de produção hegemônico, de formas de energia de alta disponibilidade e baixa entropia, que permitam o aumento da produtividade do trabalho, produzindo excedentes cada vez maiores, a custos que o sistema é capaz de absorver. O carvão poderia continuar sendo a fonte de energia por excelência desde a Revolução Industrial, pois é o recurso fóssil mais abundante do planeta (cerca de 4 trilhões de barris equivalentes de petróleo em reservas no globo). Entretanto, a associação entre a indústria do motor de combustão interna e a do

* Ildo Sauer é Ph.D. em Engenharia Nuclear, professor titular de Energia do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP, foi diretor de Gás e Energia da Petrobras (2003-2007).

** Sônia Seger é doutora em Energia pela USP, consultora e pesquisadora associada ao IEE-USP.

PETROBRAS. Sede da empresa na Av. Chile, Centro do Rio de Janeiro

petróleo transformou um insumo praticamente sem valor em necessidade essencial da vida moderna. Pelas condições especiais que reúne, o petróleo permite que se use menos capital e trabalho vivo para sua apropriação, disponibilizando mais energia líquida. A expansão do automóvel como meio de transporte gerou uma demanda sustentada de produtos petrolíferos e hoje o consumo maciço mundial de petróleo destina-se ao transporte. A tendência é de aumento deste consumo. Agências de análise e empresas de energia não lidam, ainda, com a hipótese de substituição energética plena, mas sim com a necessidade de suprir o aumento da demanda por petróleo com novas descobertas, com complementação a partir de fontes renováveis e não convencionais e com fomento à eficiência energética. Todavia, o problema da exaustão definitiva do petróleo terá que ser encarado em breve, pois os recursos convencionais estão se esgotando em face da taxa atual de consumo, próxima dos 85 milhões de barris/dia. Isto significa que os dois trilhões de barris remanescentes de recursos convencionais conhecidos durarão apenas mais três ou quatro décadas. O enfrentamento das mudanças climáticas também exigirá posicionamento, com investimento em ciência e tecnologia para amenizar os impactos que a substituição energética terá na estrutura de produção e de consumo. E para a mudança do modelo de desenvolvimento não

VIDA MODERNA. O motor de combustão transforma o petróleo em insumo essencial para o dia a dia

MASTRANGELO REINOLFI/UPRESS



basta apenas vontade: é preciso desenvolver as forças produtivas, investir em novas tecnologias, para que elevem sua produtividade e, ao mesmo tempo, trabalhar para que o modelo social seja alterado.

O custo crescente de produzir petróleo deve ser analisado comparativamente. Quando a indústria do petróleo começou, no século XIX, a energia líquida disponível era de 1:100, ou seja, era gasto um barril de petróleo para obter 100 barris. Hoje a proporção é de 1:30 – é gasto em capital humano e trabalho o equivalente a um barril de petróleo para produzir apenas 30. A fonte alternativa ao petróleo mais competitiva é o etanol brasileiro, com uma energia líquida disponível de 1:8 (biodiesel, 1:1 e fotovoltaica, 1:1). Atualmente o óleo é produzido a um custo de US\$ 1 a US\$ 10/barril. Seu valor de mercado nos últimos anos variou entre US\$ 60 e US\$ 150/barril, o que significa um excedente (lucro) de mais de US\$ 50/barril. A renda diferencial é disputada por estados e grandes empresas. A economia mundial consome cerca de 30 bilhões de barris/ano, gerando um excedente econômico de cerca de US\$ 2 trilhões/ano. Isso dá uma ideia do que está em jogo.

“

O país tem de ter um projeto nacional de desenvolvimento econômico e social

O petróleo manterá seu elevado valor ainda por três ou quatro décadas, no mínimo. Quem controlar a apropriação de qualquer elo importante da cadeia desse recurso natural controlará parte do poder. Onde está esse petróleo remanescente? Em três fronteiras: na Ásia Central, na África, em países como Nigéria e Sudão e, agora, no pré-sal brasileiro.

A importância política da intervenção estatal como forma de



apropriar parte da renda extra criada pelo petróleo é relativamente recente. Ela surge em 1922, com a criação da YPF Argentina. Prossegue com a criação da Pemex, 1938, no México. A criação da OPEP em 1960 é outro passo na compreensão política do problema da apropriação da renda petroléira. E com os choques de preços dos anos 1973-1979 esse papel especial do petróleo se torna ainda mais evidente. Na década de 1960,

“

O problema da exaustão definitiva do petróleo terá que ser encarado em breve

o capital privado controlava 85% das reservas mundiais de petróleo, hoje, apenas 16%. O que está em disputa, não só aqui, mas em todos os cantos do mundo hoje, é isso. Quem ganhará com as rendas a serem propiciadas pelos recursos do pré-sal, uma das últimas grandes fronteiras mundiais do petróleo, é o debate, ainda inconcluso, que se apresenta para a sociedade brasileira neste momento. Dimensionar o volume e pensar estrategicamente a propriedade e o valor dos recursos possibilitará apropriar socialmente os benefícios que podem ser gerados pelo pré-sal.

Para estimar grosseiramente valores, considere-se um período de extração das reservas de 40 anos, um preço médio do petróleo de US\$ 75,00/barril (nos 40 anos) e um custo de extração (capital e trabalho, nos 40 anos) de US\$ 15,00/barril. O excedente (renda petroléira) gerado será de US\$ 60,00/barril. Se as reservas forem de 100 bilhões de barris, a extração anual será de 2,5 bilhões de barris, ou 6,85 milhões de barris/dia. Nessas condições, o excedente anual gerado seria de aproximadamente US\$ 150 bi (R\$ 263 bi)!! Em se duplicando, ou triplicando, o volume das reservas, o mesmo ocorre com

a geração potencial da renda. Em termos comparativos, basta lembrar que toda a arrecadação de impostos pelo governo federal no ano de 2010 atingiu o valor de R\$ 800 bilhões, dos quais apenas 5% destinados a investimentos... O que remete a uma reflexão adicional: qual o significado da disputa pelos *royalties* do pré-sal?

Royalties são calculados sobre o volume de petróleo produzido e o preço de referência do campo no mês de apuração. É um valor condicionado pelo mercado internacional e cai quando o preço do petróleo é desfavorável. A quan-

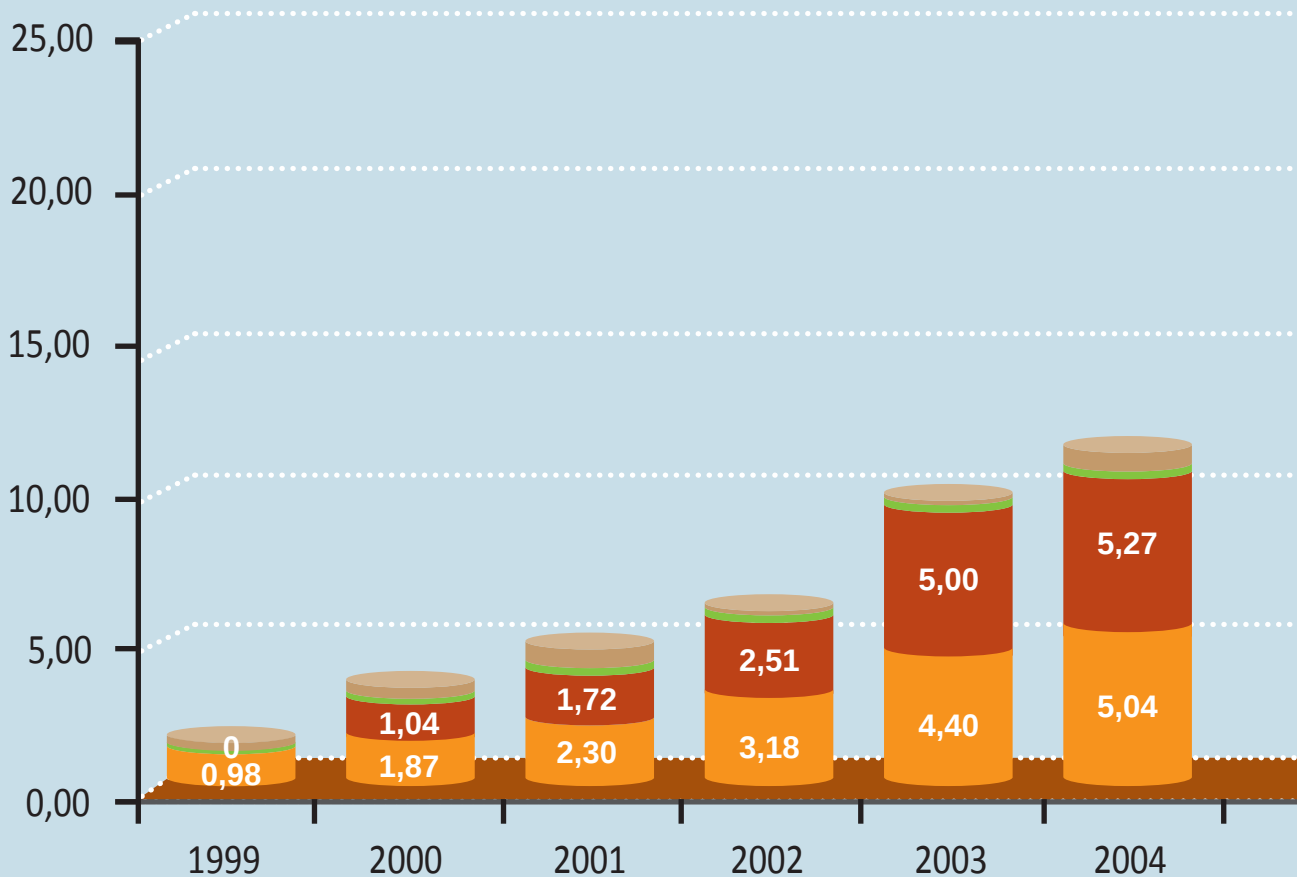
“

Em 30 anos o Brasil colocará no mercado cerca de 10 milhões de barris por dia

tidade a ser paga em um mês de preço baixo pode ser frustrante para as finanças do beneficiário, seja estado, município ou União. Como mostra a figura 1, o valor mais alto do total de *royalties* gerado no país, no período registrado, foi atingido no ano de 2008: cerca de R\$ 11 bi. Comparado à renda potencial que o pré-sal pode gerar, representa uma fração marginal. Privilegiar a batalha em torno dos *royalties* e alçá-la ao centro do debate sobre o pré-sal é perder foco e tempo precioso, privando a sociedade brasileira de conhecer e escolher o futuro dos recursos que

Figura 1

Participações governamentais consolidadas – 1999 a 2010 – R\$ bilhões.

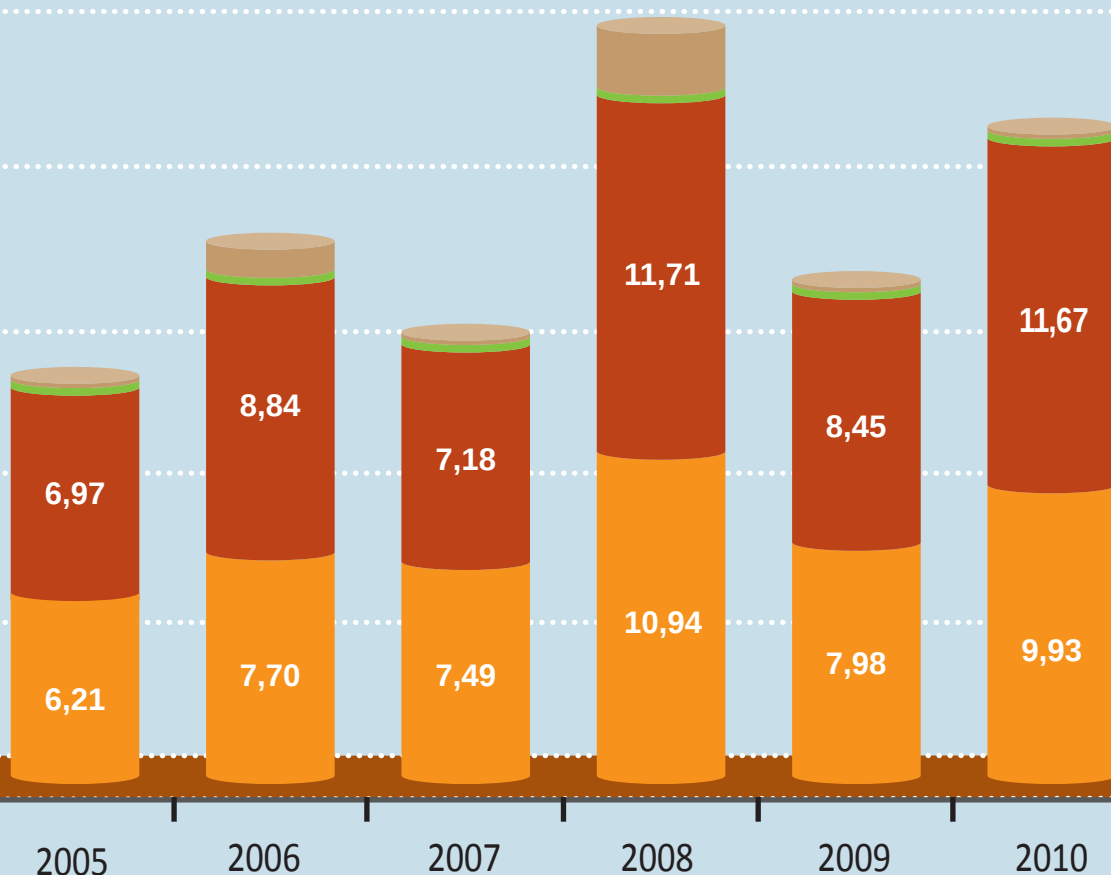


são seus... A tabela 1 mostra que, do valor adicionado líquido pela Petrobras — hegemônica no setor petrolífero do país — à economia brasileira, a maior parte fica retida pelos governos via impostos e participações, ou seja, grande parte da renda petroleira já fica com o Estado, em suas várias instâncias. É necessário pensar estrategicamente a apropriação e distribuição destes montantes, para que sua destinação responda a objetivos mais abrangentes e de longo prazo, reduzindo a concentração e ampliando os benefícios para toda a sociedade.

“

O monopólio público exercido por operadora estatal é a forma mais simples e mais amplamente utilizada

É fundamental fazer uma avaliação mais precisa do petróleo que ainda não foi licitado, com a contratação da Petrobras, que o descobriu, para concluir o processo exploratório, conhecer as acumulações, suas fronteiras, desenvolver um plano de avaliação e, posteriormente, de produção. A quantificação e a caracterização dos recursos e reservas do pré-sal são essenciais para definir a sua utilização estrategicamente. Só assim haverá como planejar a produção. A própria OPEP não produz sem plano. Com este conhecimento, ela articula o equilíbrio



de oferta e demanda e estabelece o preço-alvo estratégico do petróleo. E isso levanta outro problema: o Brasil é o país que menos investe em pesquisa mineral, em relação ao tamanho do seu território (sendo até mesmo superado por países como Chile e Peru).

A hipótese de que pudesse existir uma gigante província petrolífera abaixo da camada de sal foi formulada pelos técnicos da Petrobras ao estudarem, durante décadas, a evolução geológica da costa brasileira. Em todas as descobertas, desde 2006, as notificações foram feitas à ANP (Agência Nacional do Petróleo) e às mais altas autoridades da República. Foi recomendada a revisão do modelo regulatório e institucional do petróleo e a suspensão dos leilões de novos blocos até uma avaliação do impacto do pré-sal. O modelo vigente garante às empresas a maior parte do valor das descobertas, como prêmio pelo risco mais elevado do pós-sal, drasticamente reduzido no pré-sal. Porém, o modelo e a oitava e a nona rodadas de licitações foram mantidos, e

novos atores surgiram para capturar oportunidades, somando-se às empresas já detentoras de blocos sobre o pré-sal, licitados nas rodadas anteriores.

As formas básicas de operar a indústria do petróleo – monopólio público operado por empresa estatal, contratação para prestação de serviços, produção compartilhada e concessão de áreas – já foram bastante expostas. Não se destacou, no entanto, o seguinte: o monopólio público exercido por operadora estatal é a forma mais simples e mais amplamente utilizada, que passou a ser adotada na medida em que os países mais pobres foram se dando conta do enorme excedente gerado pelo petróleo e da necessidade de controlá-lo. Petróleo é, cada vez mais, um recurso geopolítico. Se decidir explorar essa reserva em 30 anos, o Brasil colocará no mercado cerca de 10 milhões de barris por dia, mais ou menos como a Arábia Saudita faz hoje. Mas a Arábia Saudita não foi ao mercado sozinha, nem deixou o mercado decidir por ela. Ajudou a formar a OPEP. Por quê?

Porque a entrada de um grande ator no mercado mundial de petróleo tem consequências sobre os preços. E sobre os excedentes...

Teremos capacidade de compreender essas coisas, de construir um caminho próprio? O capital financeiro está aí, em busca de aplicações rentáveis. Quer que o governo se comporte dentro de suas regras. Para fugir dessa sina, o País tem de ter um projeto nacional de desenvolvimento econômico e social, um plano. Que plano é esse? — Conclusão da delimitação e conhecimento dos recursos; garantia da manutenção da eficiência industrial e operacional; definição de ritmo de exploração e produção conjugando as necessidades de financiamento de um novo projeto de desenvolvimento econômico e social do País com a estrutura do mercado internacional de petróleo e derivados; e, acima de tudo, definição da apropriação e destinação do excedente econômico, da renda petrolífera, em termos sociais, ambientais e estratégicos, incluindo o financiamento das atividades vinculadas à transição energética. ▀

Tabela 1

Valor adicionado pela Petrobras e repartição – 2007 a 2009 – R\$ bilhões

	2007	2008	2009
Receitas	246	316	291
Insumos, depreciação, amortização			
Valor adicionado líquido	127	141	139
Repartição			
Pessoal	14,1	14,5	15,7
Governos (impostos, royalties, participações especiais, etc.)	73,9	85,1	78,1
Remuneração do capital de terceiros/bancos (juros, aluguéis)	16,3	10,9	13,2
Remuneração do capital próprio (lucros e dividendos)	23,2	30,9	31,7

Fonte: Petrobras, 2010.



CIDADE NUA

Afinal, de quem é a rua?

A
fronteira
entre o que
é permitido

e o que é proibido acende o debate na cidade do Rio de Janeiro, este “*purgatório da beleza e do caos*”, segundo a definição da emblemática canção *Rio, 40 Graus**

Pablo Kaschner

* Canção de Fernanda Abreu, Fausto Fawcett e Carlos Laufer, de 1992.



polêmica ganha amplitude na cidade escolhida para abrigar os Jogos Olímpicos de 2016 e a disputa da final do Mundial de Futebol de 2014. A prefeitura criou uma secretaria especialmente para cuidar da “ordem pública”. E instituiu a expressão “choque de ordem” para batizar as operações de repressão no que entende como “desordem” urbana. A explosão dos blocos que recuperou o carnaval de rua da cidade atraiu multidões inimagináveis em 2011 pôs lenha na fogueira das controvérsias. Até que ponto o poder público pode ou deve interferir no usufruto da rua, por definição um espaço público de convivência? Por outro lado, como coibir atos desrespeitadores de indivíduos que se escondem atrás do anonimato das metrópoles e reforçam a tese de que os papéis sociais se diluem nas grandes cidades, locais onde a percepção é a de que o ambiente é mais permissivo?

Com a experiência de quem se

dedica há mais de 20 anos a estudar soluções para as cidades, a professora do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (Prourb) da UFRJ, Margareth da Silva Pereira, leva em consideração os dois lados da moeda. Ela defende uma presença do poder público na vida do cidadão, mas questiona a validade de medidas que considera arbitrarias, como a padronização das barracas de praia. “Somos um povo plural, gostamos e aprendemos com o diferente, e deixar a praia toda igual vai contra a nossa cultura”, reclama. “E, no final das contas, nada mudou substancialmente”, diz a professora, que defende, isso, sim, uma mudança de mentalidade: “Temos que colocar em prática algo que teoricamente aprendemos no jardim de infância: nossa liberdade termina onde começa a do outro”.

Na opinião de Margareth, a alcunha “choque de ordem” é de mau gosto. Trata-se, ela lembra, de expressão que tem origem na psiquiatria e nos métodos de eletrochoque utilizados nos anos 1940 para conseguir mais facilmente a obediência dos pacientes. A professora observa que muitas palavras usadas cotidianamente

nas cidades dispensam a delicadeza da qual a vida civil necessita, como, por exemplo, a expressão ‘trem-bala’, para designar o trem de alta velocidade. “Depois de tantos anos de ditadura, estamos aprendendo, cidadãos e autoridades, a construir um país democrático, e, para isso, é necessário algo que não está em livros ou cartilhas: o exercício do bom-senso”, argumenta.

O escritor carioca Guto Graça vai na mesma linha. “O Rio, por mais que tenha mudado, ainda tem a sua alma ‘gauche’ e o nome ‘choque de ordem’ remete a um estado policial que não combina com a tradição da nossa cidade”. Graça acredita quem se o choque de ordem fosse rebatizado com um nome mais simpático, talvez tivesse uma aceitação maior da sociedade.

Com o aguçado olhar de cronista que tem acompanhado as transformações da cidade, o tijuicano Carlos Eduardo Novaes, autor de *O caos nosso de cada dia*, não tem meias palavras: “Sou a favor do choque de ordem porque o considero como uma ‘marcação em cima’, que deve ser feita, desde que dentro de limites civilizados”.

Se essa rua fosse minha...

Em 16 de maio de 1998, coincidindo com uma reunião do G8 na cidade alemã de Colônia, milhares de pessoas em diversas partes do planeta fecharam o trânsito e organizaram festas ao ar livre que avançaram madrugada adentro ao som de DJs. O evento, o Global Street Party, aconteceu em 20 países sem qualquer apoio de multinacionais e foi organizado pelo movimento de mais rápido crescimento desde

o Maio de 68 em Paris: o Reclaim The Streets (Resgate as Ruas). Militantes anticapitalismo, ecologistas e artistas se juntaram para defender a reocupação das ruas pelas pessoas – e não pelos carros. De bicicletas ou a pé, multidões “sequestraram” movimentadas vias públicas para dançar e apelar para a consciência ambiental. Mais ou menos como acontece por aqui em comemorações de títulos de futebol, excetuando-se, naturalmente,

o ideário politizado do RTS.

“A privatização do espaço público na forma do carro continua a erodir os bairros e comunidades que definem a metrópole. Esquemas de estradas, ‘parques’ de empresas, instalação de shoppings – tudo isso aumenta a desintegração da comunidade e o nivelamento de uma comunidade. Todos os lugares ficam iguais”. O texto da cartilha do núcleo londrino do RTS soa como resposta à amarga frase do



PHIL ROBINSON



CLIFF GILMORE

MENSAGEM. Intervenção urbana levada ao pé da letra

escritor paulista João Antônio, um arguto observador do espírito carioca: “Temos a praia e o botequim. É aonde a gente se vê, se encontra e se reúne, aos grupos. Fora daí, se muito, somos nada coletivos”.

Ecos do RTS retumbam nos dias atuais, e já foram absorvidos, inclusive, pelo pensamento corporativo de empresários europeus. Criado em 2000 por uma montadora francesa, o Ins-

titut pour la Ville en Mouvement (Instituto pela Cidade em Movimento) organizou em 2009 a exposição *A rua é nossa... é de todos nós*. A mostra – que já passou por metrópoles como Paris, Pequim, Toronto, Bogotá e Buenos Aires – aportou no Rio de Janeiro com a missão de debater e imaginar novas maneiras de ordenar e administrar as ruas, entendidas como patrimônio público. A exposição

FINLÂNDIA. O RTS dá as caras na capital Helsinki: europeus foram pioneiros no movimento

contou com um seminário que discutiu sistemas de locomoção alternativos aos carros, uma vez que “o modelo vigente em nossa sociedade deixará de ser automobilístico, a menos que sejamos suicidas”, como afirmou sua curadora, a professora Margareth da Silva Pereira, do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da UFRJ. ▀

A rua

Bruno Sampaio*

No princípio era o verbo. E o verbo era ir, passar ou deslocar-se dum lugar para outro. Partir. Com a partida, surgiu o ponto de partida. E para quem quisesse voltar ao ponto de partida foi criado o verbo 'vir'. Regressar, voltar. De tanto ir e vir, ir e vir, os dois verbos se transformaram num direito: o sagrado direito de ir e vir. Para exercer esse direito, era preciso movimento. Ato ou processo de mover-se. Mudança de um corpo, ou parte dele, de um lugar para outro; deslocamento. Esse movimento tinha uma direção, um rumo. Cada uma das direções marcadas na rosa dos ventos. Ventos que varrem todos os caminhos, faixas de terreno destinadas ao trânsito de um para outro ponto. Quando o caminho fica cheio de gente morando em volta, vira uma rua. Há quem diga que a rua tem alma, que existe a alma da rua. Mas a alma da rua é a alma de quem passa pela rua todos os dias, ou passa só uma vez, ou de quem vive na rua, ou de quem olha para a rua e fica vendo a vida passar, todo dia. O todo dia também é chamado de cotidiano por essa espécie de gente que gosta de dar nome para tudo. E todo dia tem gente na rua, indo, vindo, saindo, ficando, vivendo, morrendo, e tantos outros verbos que não caberiam em folhas de papel, que acabam na rua,

e que vão e vêm ao sabor dos ventos, que varrem os caminhos, e levantam as saias das mulheres e arrancam os chapéus dos homens. Tudo em movimento. Para criar a ilusão de movimento, passa-se 24 fotografias por segundo diante de nossos olhos, e somos capazes de jurar que estamos vendo o movimento. Movimento: cada uma das partes de uma composição instrumental. Adoramos colocar o corpo em movimento ao sabor da música. Inventamos festas para podermos nos movimentar junto com os outros ouvindo a mesma música, nas casas de espetáculos, nas casas, até na rua. Algumas dessas festas são chamadas festas populares. Povo. Conjunto de indivíduos que falam a mesma língua, têm costumes e hábitos idênticos, uma história e tradições comuns. Os habitantes de uma localidade ou região, povoação. Aglomeração de gente, multidão. Plebe. Conjunto de pessoas pertencentes às classes menos favorecidas, que talvez mal saiba conjugar o verbo vir, mas que vai e vem, pela rua, ao sabor dos ventos.

* Músico e roteirista de cinema e televisão.

Raio X da violência

Especialista em conflitos urbanos diz defender, há 30 anos, a legalização de todas as drogas, mas afirma que isso não é possível de ser feito em um só país

Elisa Monteiro

ENTREVISTA

MARCO FERNANDES



Michel Misse

Coordenador do Núcleo de Estudos em Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU) da UFRJ, Michel Misse é referência nos debates sobre criminalidade e violência urbana no país. Em 2010 ele lançou o seu quarto livro sobre o tema, *O Inquérito Policial no Brasil* (Booklink/Fenapef). UPPs, tráfico, milícias, legalização das drogas e sistema carcerário foram temas tratados pelo pesquisador nesta conversa com VERSUS.

* Durante 15 horas cerca de mil detentos de uma das unidades do complexo penitenciário de Bangu – onde estavam presos chefes das facções criminosas que atuam no Rio – se rebelaram, mantendo funcionários como reféns.

Leia também artigo sobre drogas na p. 102.

A desigualdade social explica a violência?

A desigualdade social está em um plano tão genérico que não é capaz de explicar as especificidades de cada caso. Há áreas com intensa desigualdade social que apresentam taxas de violência menores de outras com menos desigualdade. Essa relação não é necessária. Há múltiplas causas que, articuladas, produzem efeitos de violência. E isso varia muito de período histórico para período histórico, de cidade para cidade, de estado para estado, de país para país.

Por que no Rio de Janeiro a associação entre consumo de drogas e violência armada é tão marcante?

Ao contrário de São Paulo, no Rio nunca se chegou a ter um oligopólio do varejo. O varejo sempre foi disputado por várias facções e redes de quadrilhas. Vários traficantes me disseram que se armaram até os dentes em uma corrida armamentista enlouquecida muito mais para garantir o controle do território contra outras facções do que em função da polícia. A polícia era considerada por eles um mal menor, porque com ela podiam negociar, pagar o arrego.

Os conflitos intermitentes entre

as quadrilhas não foi a única, mas foi uma das principais causas da violência. As outras envolvem os acertos de contas ou demonstração de força do chefe da boca para impor seu poder. Forma-se então uma tirania, nesses territórios, que alcança a população que não participa do tráfico. Esse conjunto de fatores forma um quadro que não é comum em outros países. Existe tráfico de drogas em todas as cidades do mundo, e você não tem essa associação do tráfico do varejo com a violência como você tem no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro.

Sua opinião sobre as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs)?

Esse modelo não traz absolutamente nada de novo, ele apenas está sendo praticado no momento certo. O tráfico de drogas no Rio de Janeiro está em franco declínio há pelo menos cinco anos. Já a rebelião de 2003* assinalava o desentendimento e o enfraquecimento das elites criminais que tentavam controlar de forma oligopólica o varejo na cidade. Os policiais, que viviam de extorquir, acabaram criando assim as milícias, que vão se implantar exatamente nas áreas onde o tráfico se enfraquecia. Você não encontra



SXC

milícia em nenhuma grande favela do Rio de Janeiro controlada pelo tráfico.

O problema dessa política (implantação de UPPs) é o seguinte: primeiro, ela vai ter que ultrapassar a mera a ocupação e vai ter que chegar junto com outras políticas que ofereçam alternativas atraentes aos jovens. Segundo, é preciso que haja continuidade, terminado o governo. O terceiro e o maior desafio é abrangência, estender a política a todas as áreas ainda sob controle dos traficantes.

Sua expectativa?

Eu acho que, na verdade, a política do governo não pretende atingir todas as áreas. Ela pretende abranger apenas as áreas que têm maior relação com os grandes eventos que ocorrerão na cidade do Rio de Janeiro, que são a Copa do Mundo e as Olimpíadas.

A milícia é pior do que o tráfico?

Em primeiro lugar, é necessário reprimir, porque a milícia é muito mais perigosa que o tráfico. O modelo da milícia é mafioso. Embora você possa ter um número pequeno de pessoas agindo, o tipo de mercadoria que eles oferecem, a proteção, é a principal mercadoria da máfia Siciliana. E essa não é

uma mercadoria que se possa aceitar ou rejeitar. É uma mercadoria de compra compulsória, portanto, é uma extorsão. Se você não comprá-la pode sofrer retaliações.

Que tipo de políticas, além da policial, deveria compor um plano de segurança pública?

O controle social em uma sociedade não é assunto de polícia. A polícia só deveria entrar quando todos os outros recursos falharam. No caso das instituições brasileiras, podemos dizer que temos muitas falhas na área de controle social. As transformações desde a década de 1950, na família, na estrutura da escola pública, nos transportes públicos, no estilo de vida brasileiros. Tudo isso vai participar da complexidade que resulta em mais violência.

Expandir o sistema carcerário para reduzir a criminalidade. Esse cálculo funciona?

Todas as políticas de expansão da polícia levam à expansão do número de presos. Naturalmente, quanto mais policiais, maior a capacidade de aprisionamento. O trabalho extensivo da polícia só cria dissuasão se estiver associado a outras formas de prevenção, principalmente à educação. Isolado, ele

só leva a mais prisões. Todo este esforço que se tem feito em segurança pública, no Brasil, nos últimos anos, levou a um aumento considerável do número de presos sem que esse aumento tenha representado uma redução significativa sobre a violência urbana.

A legalização das drogas poderia ser conveniente para reduzir a violência?

Eu defendo há 30 anos a legalização de todas as drogas, isto é, não só descriminalização do usuário que já está em curso, mas a legalização do comércio desse mercado. Agora, isso não é possível de ser feito em um só país. A proibição nasceu de convenções envolvendo organizações internacionais e só poderá acontecer em escala internacional também. Veja a Holanda, ela tentou regular esse mercado, isoladamente, e vem sofrendo pressões dos países de fronteira. Na América Latina, seria impossível um país fazer sozinho algo do tipo. No Brasil, por exemplo, com a quantidade de fronteiras que tem, é impossível. ▀

Marx e a economia política: a crítica como conceito*

MARCO FERNANDES



Aloísio Teixeira**

“Por mais incrível que possa parecer, [...] a maior parte dos especialistas em economia política tem apenas noções muito confusas sobre o verdadeiro objeto do seu saber.”

(Rosa Luxemburgo, 1925, p. 35)

Significados do termo “economia política”

O que se pode e o que se deve entender exatamente por “economia política”, nos dias de hoje? No século XIX, não haveria dúvida em relação ao seu significado: a expressão era usada para designar uma determinada área do conhecimento, ou campo da ciência, voltada para o estudo dos problemas da sociedade humana relacionados com a produção, a acumulação, a circulação e a dis-

tribuição de riquezas, bem como para as proposições de natureza prática a eles associadas. A partir do final daquele século, no entanto, a expressão foi sendo progressivamente abandonada, surgindo um novo termo – *economics* – que passou a gozar da preferência dos economistas para designar a sua ciência.

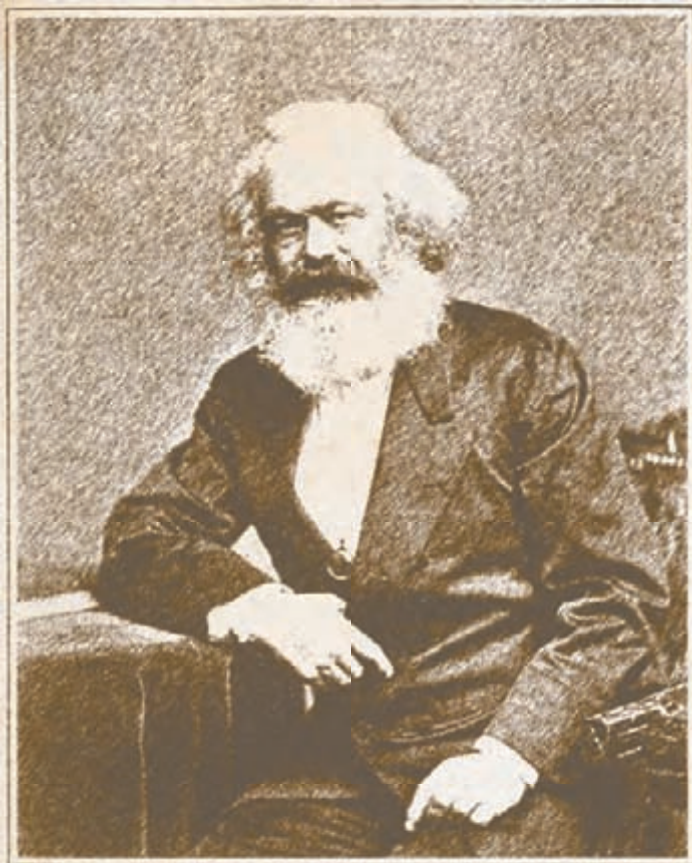
Com essa troca de nomes, o sentido original do termo começou a se perder e foi sendo progressivamente esquecido, de tal modo que, hoje em dia, pelo menos duas acepções estão a ele ligadas, nenhuma das quais guarda qualquer relação com o escopo e o método que caracterizaram a Economia

Política no passado. A primeira é quase um sinônimo de *economics*, cabendo em seu âmbito os mesmos problemas, as mesmas categorias e, talvez, as mesmas soluções que esse termo abrange. A preferência pelo termo clássico, nesse caso, revelaria menos uma opção baseada em fundamentos científicos do que escolhas de natureza ideológica.¹

A outra acepção é a que utiliza a expressão “economia política” para designar os pensadores da escola clássica (aí incluído Marx). Seu objeto e seu escopo, portanto, carecem de atualidade, ficando limitados ao estudo da obra dos economistas do passado, com o

* Este artigo foi escrito originalmente em 2000 para a revista *Econômica*, do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense.

** Professor titular do Instituto de Economia da UFRJ.



que passam a configurar quase que uma “pré-história” do pensamento econômico.² Com isso, o objeto e os temas da Economia Política não só carecem de atualidade, como os problemas com que ela se defrontou podem ser cancelados, pois terão sido resolvidos, ou, pelo menos, superados.

Recentemente, no entanto, uma terceira acepção³ passou a ser usada por cientistas políticos com preocupações econômicas ou por economistas com preocupações políticas, com o objetivo de produzir um entendimento mais amplo dos processos sociais em curso em nossa época e para os quais os acanhados instrumentos das ciências sociais compartimentadas não vêm dando conta. É o caso de

Becker (1976), Frey (1984a e 1984b), Tooze (1984) e outros que a definem como a aplicação da metodologia da ciência econômica ao comportamento humano, ou ainda como uma aplicação da teoria dos jogos, da ação coletiva ou da escolha pública a problemas comportamentais. É principalmente o caso de Gilpin, que a entende como “... a interação recíproca e dinâmica... entre a busca da riqueza e a busca do poder” (1975, p. 43) ou “... para indicar um conjunto de questões a serem examinadas por meio de uma mistura eclética de métodos analíticos e perspectivas teóricas” (id. 1987, p. 9).

Em qualquer caso, no entanto – seja no dos que simplesmente perseveram a antiga designação

para tratar dos problemas da “economia moderna”, seja no dos que a remetem ao plano da pré-história da ciência econômica, seja no dos que, com as melhores intenções, pretendem avançar no conhecimento da interação entre os aspectos social, econômico e político da sociedade humana –, a “economia política”, não o termo, mas o conteúdo substantivo que reveste, não consegue recuperar o vigor analítico que possuía no passado.

A tentativa empreendida nesse texto não tem a pretensão de recuperar esse poder de análise, mas abrir uma trilha que nos permita construir um conceito um pouco mais rigoroso para a expressão “economia política” a partir do exame de sua própria trajetória. Vale perguntar, portanto, o que os “economistas clássicos”, até o final do século XIX, entendiam por Economia Política. Ou, dito de outra forma, o que levou os estudiosos da vida social a adotar essa expressão, durante um largo período, para designar seus esforços de conhecimento da realidade econômica do capitalismo? E por que foi ela abandonada, a partir de certo ponto da história das ideias econômicas, em troca de outra, para a qual não temos uma tradução exata em português – economics? O presente artigo também procura lançar algumas dúvidas e fazer algumas especulações sobre esse tema.

Tenhamos claro, desde o início, que a tarefa não é simples. Independente da denominação escolhida, a própria economia, enquanto ciência, tem encontrado enormes dificuldades para definir-se de forma consensual. Mais do que nenhuma outra, a ciência econômica contém, no próprio núcleo organizador dos problemas de que trata, as paixões e os interesses humanos; é, portanto, natural que

uma verdadeira bruma ideológica a envolva.⁴

Alguns exemplos, colhidos ao acaso, ilustram o ponto. O *Manual de Economia Política*, da Academia de Ciências da extinta União Soviética, por exemplo, assim definia o termo: “A economia política é uma das ciências sociais. Estuda as leis da produção social e da distribuição dos bens materiais nos diferentes estádios de desenvolvimento da sociedade humana” (Academia de Ciências da URSS, 1961, p. 11). E, logo a seguir: “A economia política é a ciência do desenvolvimento das relações sociais de produção, isto é, das relações econômicas entre os homens. Elucida as leis que regem a produção e a distribuição dos bens materiais na sociedade humana nos diferentes graus do seu desenvolvimento” (id., p. 17).

Em perspectiva diversa, Robbins, em conhecido ensaio, no qual procura fazer uma sistematização epistemológica para definir o objeto de sua ciência, resume os esforços dos precursores da teoria marginalista e apresenta uma fórmula paradigmática, que Lessa denominou de “a promessa da tranquilidade ou a queda no vazio” (Lessa, 1974, p. 20). Segundo Robbins, são quatro as condições que tornam qualquer ação humana passível de consideração econômica: que seus fins sejam múltiplos; que esses fins possam ser classificados por ordem de importância; que os meios disponíveis para atingir esses fins sejam limitados; que esses meios possam ter usos alternativos. A convergência desses vetores torna a ação humana sujeita a escolhas, o que é, para Robbins, a essência da conduta econômica. Como decorrência, Robbins define a economia como a ciência que “estuda a conduta humana como a relação entre fins e meios escassos aplica-

dos a usos alternativos” (Robbins, 1932, p. 20). O curioso é que essa é a definição dada por Robbins para *economic science* – não para *political economy* ou para *economics*.

Podemos voltar atrás no tempo e procurar as fontes de inspiração tanto dos cientistas da Academia da extinta União Soviética quanto de Robbins. Para os primeiros, nada melhor que o próprio Lênin, que dizia que “o objeto da economia política não é simplesmente a ‘produção’, mas as relações sociais que existem entre os homens na produção, a estrutura social da produção” (Lênin, 1899, p. 29). Ou Engels, que, em seu *Anti-Dühring*, nos diz que “a economia política [...] é a ciência das leis que regem a produção e a troca dos meios materiais de subsistência na sociedade humana” (Engels, 1878, p. 183).

Quanto a Robbins, suas fontes de inspiração direta são, sem dúvida, Jevons, Menger e Walras. Jevons, por exemplo, em atitude de pura iconoclastia, não hesitava em dizer que “o prazer e o sofrimento são [...] o objeto último do cálculo da Economia” (Jevons, 1870, p. 47). Já Menger definia os bens como aquelas coisas que satisfazem simultaneamente quatro pressupostos:

1º. A existência de uma necessidade humana. 2º. Que a coisa possua qualidades tais que a tornem apta a ser colocada em nexos causal com a satisfação da referida necessidade. 3º. O reconhecimento, por parte do homem, desse nexos causal entre a referida coisa e a satisfação da respectiva necessidade. 4º. O homem possa dispor dessa coisa de modo a utilizá-la efetivamente para satisfazer à referida necessidade (Menger, 1870, p. 244).

Se isso é um bem, em sua acepção geral, o bem econômico é aquele que agrega mais uma condição: “que a demanda seja maior

que a quantidade de bens disponíveis” (id., p. 269).

Vale observar que Menger usa o termo alemão *bedarf*, que tem dois significados: demanda e necessidade. Assim, *bedarf* significa a quantidade de bens que uma pessoa pode efetivamente consumir, a partir de qualquer critério, sua renda, por exemplo (nesse sentido, equivale ao uso comum da palavra portuguesa “demanda”); mas significa também a quantidade de bens necessária para a plena satisfação de uma pessoa, qualquer que seja a sua renda. É nesse sentido que Menger usa o termo, querendo definir os bens econômicos como aqueles que são simultaneamente úteis e escassos – o que nos remete, por certo, a Walras, que apresenta o conceito de *rareté* como a atributo das “coisas materiais ou imateriais [...] que nos são, por um lado, úteis e que, por outro, existem à nossa disposição apenas em quantidade limitada” (Walras, 1972, p. 19).⁵

É claro que esse conjunto de definições contém forte componente ideológico, no sentido de que implicam visões de sociedade, sistemas de valores, paradigmas científicos e entendimento dos objetivos da economia científica inteiramente diversos. E não nos ajudam a dar um passo sequer no esclarecimento da questão inicialmente posta.

Por outro lado, se nos ativermos ao aspecto puramente semântico da expressão, não se pode afastar a hipótese de que tenha sido por pura erudição em línguas mortas que um quase desconhecido autor do início do século XVII tenha chamado de economia política as observações e recomendações que fazia tendo em vista o enriquecimento do reino.⁶

Afinal a expressão origina-se das palavras gregas *politeia* e *oiko-*

nomika; *politeia* provém de *polis*, a cidade-Estado da Grécia clássica e significa organização social; *oikonomika*, por sua vez, é composta de duas outras palavras – *oikos*, casa, economia doméstica, e *nomos*, lei. Ficamos assim com uma expressão que quer dizer alguma coisa como “o estudo das leis que regem a economia das organizações sociais” e que foi usada originalmente para designar problemas econômicos de um âmbito maior que a simples economia doméstica.

Da economia política a *economics*

Acho que é hora de abandonarmos um pouco o árido terreno das definições e buscarmos socorro na história. Para isso, vamos recorrer a dois autores que, certamente, situam-se entre os maiores historiadores do pensamento econômico em todos os tempos: Marx e Schumpeter.

Em sua *Contribuição à crítica da Economia Política*, mais especificamente no capítulo intitulado “Apontamentos para uma história da mercadoria”, Marx diz textualmente que a economia política clássica “começa na Inglaterra, com William Petty, e na França, com Boisguillebert, [e] termina com Ricardo na Inglaterra e Sismondi na França” (Marx, 1859, p. 47). Os economistas posteriores, Marx os brinda com a alcunha de “economistas vulgares”.

Já Schumpeter afirma que “o nome de economistas clássicos é geralmente dado aos economistas de primeira categoria, durante o período que vai da publicação da *Riqueza das nações* (1776; portanto o próprio Smith é o primeiro deles) até a dos *Principles*, de J.S. Mill, em 1848” (Schumpeter, 1924, p. 75).

Considerando o que ambos disseram, pode-se afirmar que a

“

Independente da denominação escolhida, a própria economia, enquanto ciência, tem encontrado enormes dificuldades para definir-se de forma consensual

economia política clássica cobre um período de cerca de duzentos anos, em que o tratamento dado aos problemas econômicos foi-se tornando cada vez mais sofisticado, até adquirir o *status* de um campo científico autônomo. Vale uma olhada rápida em alguns dos principais autores que marcaram esse espaço de tempo. Começamos pelos que escreveram até o final do século XVIII:

- William Petty (1623-1687), em primeiro lugar, deixou um conjunto de obras relevantes, entre as quais se destacam: *Taxes and Contributions* (1662), *Political Arithmetik* (1682) e *Political Anatomy of Ireland* (1691).
- Pierre de Boisguillebert (1646-1714), que, segundo Marx, estava na origem da Economia Política clássica na França e dei-

xou, entre suas obras, uma *Dissertation sur la nature des richesses* (data desconhecida), além dos mais conhecidos *Détail de la France* (1695) e *Factum de la France* (1707).

- François Quesnay (1694-1774), já praticamente um autor do século XVIII, mais não houvesse escrito, legou-nos o fantástico *Tableau économique* (1752).
- David Hume (1711-1776) tratou de inúmeros temas econômicos em seus *Political Discours* (1752) e *Essays and Treatise on Several Subjects* (1753).
- Adam Smith (1723-1790), que dispensa maiores apresentações, deixou-nos uma *Theory of Moral Sentiments* (1759), além de sua obra máxima, *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* (1776).

Essa relação poder-se-ia estender indefinidamente, mas creio que já é representativa da obra dos autores que escreveram sobre temas econômicos até o final do século XVIII. E a citação dos títulos de seus trabalhos vale não como exibição de erudição inútil, mas para registrar que nenhum deles utiliza, na denominação de suas obras, a expressão economia política. O termo, nessa época, ainda não havia adquirido universalidade, sendo usado de forma restrita, como, por exemplo, em Quesnay, na *Encyclopédie*, de 1757, na redação do verbete intitulado “Cereais”, ao qual se segue, entre parênteses, a expressão “economia política”, como para especificar sob que ângulo estaria analisando o problema; e também em Adam Smith que, na *Riqueza das nações*, denomina o Livro IV de “Sistemas de economia política”.⁷

É bem verdade que em 1767, quase dez anos antes da *Riqueza das nações*, portanto, a expressão fora usada, como título de uma

obra, por James Steuart (1712-1780), em seu *An Inquiry into the Principles of Political Economy, Being an Essay on the Science of Domestic Policy in Free Nations*. Mas isso apenas mostra que a denominação, mesmo sendo usada, ainda não se havia generalizado.

No início do século XIX, no entanto, a expressão já está consolidada, e todos os autores que tratam de problemas econômicos usam-na na titulação de seus livros. É o caso de:

- Jean Baptiste de Say (1767-1832): *Traité d'Économie Politique* (1803).
- David Ricardo (1772-1823): *Principles of Political Economy and Taxation* (1817).
- Thomas Robert Malthus (1766-1834): *Principles of Political Economy* (1820).
- John Stuart Mill (1806-1873): *Principles of Political Economy* (1848).

Mesmo Marx, que não se considerava um economista, deu a *O Capital* (1867) o subtítulo de *Crítica da Economia Política*. E até os fundadores da escola marginalista, que pretendiam estar operando uma ruptura radical na metodologia de análise dos problemas econômicos, não escaparam a essa tendência:

- William Stanley Jevons (1835-1882): *The Theory of Political Economy* (1870).
- Carl Menger (1840-1921): *Principios de Economia Política* (1870).⁸
- Léon Walras (1834-1910): *Éléments d'Économie Politique Pure* (1874).

No século XIX, portanto, todos os estudos sobre problemas econômicos, quaisquer que tenham sido a orientação, o método e as conclusões, receberam a denominação de “economia política”. Foi Marshall (1842-1924), no final do século, que abandonou essa expressão e trocou-a por um novo termo, ao



denominar sua obra de *Principles of Economics* (1890).

Não é difícil entender por que Marshall abandonou a expressão tradicional, Economia Política, e adotou *Economics*, como também não é difícil saber por que, em algum momento da história, os estudiosos dos temas econômicos passaram a usar economia políti-

ca. Na verdade, a expressão economia política está, em sua origem, relacionada ao seu inverso, a **política econômica** – e, portanto, a processos e a decisões que envolvem atores reais no campo da política, suas paixões e interesses.⁹

O momento histórico em que o interesse por assuntos econômicos vai atraindo um número crescente

de pensadores, não só provenientes do campo da filosofia política, mas também homens com formação voltada para problemas práticos, é exatamente o momento da formação dos Estados nacionais e da generalização das relações mercantis. Tais processos colocaram, de forma renovada, o problema da gestão das políticas públicas, fazendo com que atividades, como as relacionadas com finanças e tesouraria, adquirissem nova importância.

Nesse contexto, o objetivo dos autores que escreveram sobre problemas econômicos, nos séculos XVII e XVIII, não era a teoria de per se, muito menos a construção de modelos abstratos de análise, mas a discussão e a formulação de políticas concretas, envolvendo tributos, moeda, comércio, preços etc. (daí a definição que Smith dava de economia política). As teorias foram uma consequência do desenvolvimento de suas formulações: a teoria quantitativa da moeda, as teorias das vantagens de comércio, a (ou as) teoria(s) do valor e tantas outras surgiram como uma necessidade de dar uma base mais rigorosa às medidas de política que estavam sendo propostas, relacionadas à gestão da moeda, à liberdade de comércio, à prática da tributação, à formação dos preços etc.

Tais autores estavam criando o fundamento de uma nova ciência, que só vem a ganhar o *status* de um ramo autônomo do conhecimento com Adam Smith. Até então, os que tratavam de problemas econômicos não eram “economistas profissionais”. Além disso, esses problemas eram tratados no âmbito de outros ramos do conhecimento, apropriando métodos e paradigmas de outras ciências.¹⁰

O próprio Adam Smith era professor de Filosofia Moral na

Universidade de Glasgow, e parte das questões de sua *démarche* em direção à economia formavam o núcleo do debate naquele campo do conhecimento, na Inglaterra. O ponto central dizia respeito à essência da natureza humana e, a partir daí, da natureza do Estado. De Hobbes a Locke e a Hume, este é o tema da discussão, o qual será abordado de diferentes (e contraditórias) maneiras. Para Hobbes, por exemplo, a definição do estado natural correspondia a um comportamento humano marcado pelo egoísmo, pela tendência ao conflito e à desagregação, o que impunha a presença coercitiva do Estado para a própria constituição da sociedade civil. É o Estado que define a sociedade civil, e não o contrário. Para Locke, ao contrário, o estado natural seria essencialmente bom, os conflitos não tendo a ver com a natureza humana, mas com a avareza da natureza física. A presença do Estado se impõe como consequência da organização da sociedade civil, dada a necessidade de garantir sua permanência ordenada. Com Hume, esse ponto de vista é levado ao limite, pois para ele a essência da natureza humana é constituída pelo altruísmo, sentimento que faz com que cada um trabalhe para o bem dos demais. Qualquer que seja, no entanto, a visão sobre a essência da natureza humana, no espectro que vai do egoísmo ao altruísmo, é o Estado – como fundador ou como garantidor da ordem social – que constitui a arena na qual se revelam e se resolvem as contradições e os conflitos. Economia e política não constituem um mundo dual, mas esferas superpostas em que a política submete a economia.

A contribuição de Adam Smith supera essa dicotomia, ao aceitar o princípio do altruísmo como dominante em todas as esferas do

comportamento humano, exceto em uma – a que se relaciona com a obtenção de riquezas materiais – na qual prevalece o egoísmo.¹¹ Só que, nessa esfera, quando todos os indivíduos, cada um por si, exercitam o seu egoísmo, buscando o máximo de vantagens pessoais, proporcionam ao mesmo tempo o máximo de vantagens para todos – é a famosa “mão invisível”. A condição – e é nisso que está fundada a necessidade do Estado – é que cada um, ao procurar realizar os seus interesses, não impeça os demais de realizarem os deles. Esta é a tese central da *Teoria dos sentimentos morais* (1759), a partir da qual se torna claro para Smith que o conhecimento da sociedade implica o conhecimento do modo de funcionamento do mundo da produção material, ou seja, a economia. O estudo das relações econômicas se impõe como uma “tentativa sistemática de explicar de que modo, satisfeita a condição anterior, o livre desenvolvimento das forças individuais no terreno econômico dá lugar à constituição e ao desenvolvimento da sociedade econômica” (Napoleoni, 1978, p. 47). A *Riqueza das nações* é o resultado desse empreendimento. E sua consequência é a ruptura entre o mundo da política e o da economia. Esse é o momento, como mostra Tolipán (1983), em que a economia política se coloca como ramo autônomo da ciência.

No início do século XIX, isto já ocorrera – a economia, enquanto ramo do conhecimento, já está autonomizada, bem como a questão de seu fundamento filosófico resolvida (ou esquecida). A expressão “economia política” se consolida, mas, mesmo assim, ainda guarda a memória de seu passado. Tanto que Ricardo e Malthus continuavam preocupados com problemas práticos. Outra

não é a razão pela qual o primeiro denominou seu livro de *Princípios de Economia Política e tributação* e o segundo deu à sua obra o título completo de *Princípios de Economia Política e considerações sobre sua aplicação prática*.

Paradoxalmente, são os economistas “vulgares” (ou mais especificamente Stuart Mill), Marx e os fundadores da escola marginalista os primeiros a dar um tratamento sistemático aos estudos de economia. No caso de Mill, de forma ainda tímida, no caso de Marx, como veremos adiante, recolocando de forma radical o objeto e o método da Economia Política, e no caso dos primeiros marginalistas, realizando uma ruptura, não tão radical quanto ao fundamento filosófico dessa ciência, mas certamente afastando-se definitivamente da trajetória proposta por Ricardo.

Marshall, talvez mais do que ninguém, percebe o descolamento realizado por Jevons, Menger e Walras. Inteligentemente, porém, reveste as novas ideias com a forma e o rito que as tornariam aceitáveis pela academia, apresentando-as “como a continuação direta do pensamento ricardiano” (Teixeira, 1990, p. 10). Sua aguda percepção da ruptura que está em marcha o leva a mudar o nome de sua ciência, adotando o termo *economics*. Não se trata apenas de uma nova palavra, mas de uma completa separação com o passado, e é através desse corte que se funda o campo de uma **economia teórica**, definitivamente separada da **economia normativa**.

Essa ruptura, operada por Marshall, ainda hoje não é completamente entendida.¹² Um autor como Gilpin, por exemplo, em um dos seus sugestivos livros já citados, considera insuficiente a versão clássica da economia política

porque corresponderia exatamente ao que hoje se chama *economics*: “Adam Smith and classical economists used [political economy]... to mean what today is called the science of economics” (Gilpin, 1987, p. 8).

O que é importante aqui reter é que, a partir daí, o escopo e o método da ciência econômica passam a adotar um rumo que a distingue

“

No século XIX, portanto, todos os estudos sobre problemas econômicos, quaisquer que tenham sido a orientação, o método e as conclusões, receberam o nome de “economia política”

dos caminhos trilhados até então. Na verdade, se considerarmos que a corrente neoclássica ou marginalista funda o mainstream da ciência econômica contemporânea, à base de um paradigma que privilegiava a análise do equilíbrio estático, não há como recusar que os autores clássicos, seja os considerados por Marx, seja os considerados por Schumpeter, formam-lhe a

pré-história. A história da ciência econômica contemporânea (*Economics*), de fato, só começa a existir com Jevons, Menger e Walras, ainda que estes insistissem em usar a velha denominação de economia política.

Marx e a crítica da Economia Política

Entre a pré-história (que se encerra com Stuart Mill) e a história (cujo marco inicial são os trabalhos dos primeiros marginalistas), no entanto, há um vazio, que não consegue ser incluído em nenhuma das duas e que, na verdade, poderia ser considerado o ponto de partida para uma nova história: Marx e sua crítica da economia política. Isto porque Marx, ao fazer a crítica das ideias de seus antecessores, tal como expressa em seus textos da maturidade, particularmente em *O Capital*,¹³ constitui um novo objeto, um novo método e um novo programa de pesquisa para a Economia Política – objeto, método e programa de pesquisa que reconfiguram o próprio conceito de Economia Política.

Enfrentemos o desafio proposto por Bensaid (1997) e aceitemos a ideia de que o colapso das políticas de Estado conduzidas em nome de Marx e a crise universal dos partidos comunistas libertam-nos da pressa e do imediatismo que as exigências da militância política e as “razões de Estado” colocavam para o pensamento científico. Encairemo-lo com a tranquilidade e a “paciência do conceito” que um autor de seu porte merece. Afinal, como reconhece Tolipán, não há mais, hoje em dia, “razão alguma para nos prevenirmos contra uma leitura de Marx que acabe por criticá-lo. Pelo contrário, talvez o seu discurso esteja afinal paralisado por mais de um século de leitura

ras de 'boa vontade', um discurso inutilizado por leituras sectárias, dogmatizado pela necessidade de atacá-lo ou defendê-lo. Quem sabe se numa estratégia menos maniqueísta de leitura não esteja sua possibilidade futura?" (Tolipan, 1990, p. 71)

Essa "leitura tranquila" pressupõe um esforço, árduo, para refazer o percurso teórico de Marx, defrontar-se com os obstáculos que enfrentou e tentar resolvê-los, separando, nesse processo, o Marx que é produto da ciência de sua época do Marx que rompe com essa ciência e a supera, realizando uma análise do movimento do capital e da sociedade burguesa que, em seus delineamentos básicos, têm muito a dizer até hoje. Até porque o capital – objeto de seu programa de pesquisa – continua dominando as relações sociais.

Certamente uma condição para isso é não nos deixarmos enredar na forma que Marx adota para sua exposição. Nesse sentido, não nos podemos esquecer de que Marx tinha a pretensão (ou a ilusão) de estar escrevendo para operários, o que o leva muitas vezes a apresentar o discurso científico de forma indireta, enquanto o discurso direto é de natureza essencialmente política; por outro lado, evita, consciente e declaradamente, qualquer discussão sobre a metodologia que utiliza. O desconhecimento dessas peculiaridades tem levado muitos leitores, ao fracassarem na tentativa de aprisioná-lo nos limites estreitos de uma ciência compartimentada, a recusá-lo. Marx não cabe nas fórmulas dos economistas, nem nos esquemas dos sociólogos, nem nas abstrações dos filósofos; ao contrário, seu ponto de partida metodológico é a recusa do positivismo e seu objetivo é produzir o entendimento da dinâmica e da lógica do capital.

O ponto de partida de sua *dé-*

marche é claramente percebido por Belluzzo quando diz que "é dos problemas não resolvidos pela economia clássica que Marx parte para construir um novo objeto de conhecimento" (Belluzzo, 1980, p. 16). Este é também o ponto de vista de Althusser, para quem

'criticar' a economia política não pode significar criticar ou retificar tal inexistência ou tal

“

Marx (...) constituiu um novo programa de pesquisa, reconceituando o próprio domínio científico das investigações econômicas

detalhe de uma disciplina existente, nem inclusive preencher suas lacunas, ocupar seus vazios, seguindo um movimento de exploração já amplamente iniciado. 'Criticar a economia política' quer dizer opor-lhe uma nova problemática e um objeto novo, submeter portanto à discussão o próprio *objeto* da economia política (Althusser e Balibar, 1969, p. 171).

A ideia, portanto, é de que Marx, ao fazer a crítica da Economia Política, constituiu um novo progra-

ma de pesquisa, reconceituando o próprio domínio científico das investigações econômicas. Mas em que consistiu esse processo? Se é certa a hipótese aqui adotada, de que a motivação dos primeiros economistas era produzir recomendações de ordem prática para a organização da vida econômica, dando-lhes em simultâneo um fundamento teórico, não há como evitar a ideia de que as categorias que foram construindo – e as teorias que as suportavam – tivessem um caráter meramente instrumental. Assim foi com o valor, assim foi com o trabalho, assim foi com o dinheiro.

Esses três pontos constituíam o núcleo central de preocupações dos economistas até o início do século XIX e foi exatamente neles que residiram os "problemas não resolvidos" da economia clássica. Constituíam o núcleo central porque neles se explicitavam, de forma irrecusável, as transformações em curso na sociedade humana, a partir da generalização das relações mercantis e de sua extensão ao mundo do trabalho.

Mas, para despir esses conceitos de bruma em que estavam envolvidos, era preciso, antes de mais nada, proceder à crítica da própria metodologia com que os economistas procuravam apropriar-se do real. Os economistas tomavam os dados diretamente da realidade e os formulavam imediatamente como conceitos; com isso ficavam prisioneiros do jogo das aparências e viam nessas formas aparentes – tais como lucro, valor de uso e trabalho como produtor de valores de uso – a forma essencial (e natural) da existência da sociedade econômica.

Marx não se cansa de repetir que "toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência

das coisas" (Marx, 1894, p. 939). E, mais uma vez: "todas as ciências, exceto a economia política, reconhecem que as coisas apresentam uma aparência oposta à sua essência" (Marx, 1867, p. 620). Ou: "o economista burguês cujo cérebro não sabe distinguir entre a forma aparente e o que nela se oculta..." (id., p. 662). Ou ainda mais claramente:

A figura pronta e acabada das relações econômicas tal como se patenteia na superfície – na existência real, por conseguinte, nas ideias que formam dessas relações seus representantes e agentes, ao tentar compreendê-las – diverge muito, sendo efetivamente o inverso, o oposto da estrutura interna delas, essencial, mas recôndita, e da correspondente conceituação (Marx, 1894, p. 236).

Prisioneira das aparências, a Economia Política não conseguia distinguir o método de pesquisa do método de exposição. No Posfácio à 2ª edição do Livro 1, sentindo necessidade de rebater seus críticos e de esclarecer seus leitores, Marx afirma que é preciso

[...] distinguir, formalmente, o método de exposição do método de pesquisa. A investigação tem de apoderar-se da matéria em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real (Marx, 1867, p. 16).

Não se trata, portanto, para Marx, de descrever os fenômenos concretos, tais como são percebidos na realidade, procurando dar-lhes uma explicação, mas de construir o concreto como concreto de pensamento:

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo, e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação (Marx, 1859, p. 14).

Com o método adotado pelos economistas anteriores, "a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas", enquanto que, com o método científico, "as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento" (id., *ibid.*).

O elemento essencial do método adotado por Marx reside, portanto, na abstração, ou seja, na capacidade de distinguir os elementos essenciais do fenômeno analisado, afastando toda e qualquer influência que possa perturbar sua análise em estado puro. No "Prefácio da 1ª edição", Marx advertia seus leitores de que "na análise das formas econômicas, não se pode utilizar nem microscópios nem reagentes químicos" ou que "o físico observa os processos da natureza, quando se manifestam na forma mais característica e estão livres de influências perturbadoras, ou, quando possível, faz ele experimentos que assegurem a ocorrência do processo, em sua pureza". Na pesquisa econômica, "a capacidade de abstração substitui esses meios" (Marx, 1867, p. 4).

Se o método de investigação de Marx consiste, assim, em elevar-se do concreto, enquanto realidade dada e observada, ao abstrato, para retornar ao concreto como concreto de pensamento, como "síntese de múltiplas determinações" abstratas, seu método de exposição não consiste em cami-

nhar do simples ao complexo ou do abstrato ao concreto. É inútil enganar-se quanto a isso. Não é por um gesto de elegância e reconhecimento que Marx adota em *O Capital* a linguagem e as categorias de Hegel – embora lhe revolte o "costume dos epígonos impertinentes, arrogantes e medíocres [...] em tratar Hegel [...] como um 'cão morto'" (Marx, 1867, p. 16).

A lógica dialética é indispensável à correta construção do objeto. Marx não só trabalha em variados níveis de abstração, ao longo dos três livros de *O Capital*, como vê o movimento real em seus desdobramentos de tese, antítese e síntese, ou de afirmação, negação e negação da negação, para usar as conhecidas categorias de Hegel. Nesse sentido, é um equívoco imaginar que o Livro 1 contém o essencial da contribuição de Marx, e que os demais livros vão acrescentando elementos de realidade, "de concretude" à análise que no Livro 1 já se apresenta completa. O próprio esforço de Marx de terminar os esboços dos demais livros, antes de se dedicar à redação definitiva do Livro 1, mostra que queria ter pronto o movimento completo da produção e da circulação do capital, antes de iniciar a publicação de seu trabalho. Só a visão global e integrada do processo de produção e de circulação do capital em seu conjunto permitia-lhe retomar os grandes temas da economia clássica (valor, dinheiro, trabalho), apresentando-os em seus movimentos contraditórios e reconstruindo-os a partir dessa lógica.

No nível de abstração em que trabalha, Marx não trata do "capitalismo", mas não pelas razões apontadas por Merrill (1990) – para quem o termo só começa a ser usado a partir da década de 1880 –, e sim porque seu objeto não é a "so-

cidade atual”, tal como existia em seu tempo, ou, em suas próprias palavras, “a sociedade capitalista, que existe em todos os países civilizados, mais o menos livre de complementos medievais, mais ou menos modificada pelas particularidades do desenvolvimento histórico de cada país, mais ou menos desenvolvida” (Marx, 1875, p. 239). O objeto de Marx, anunciado na primeira frase de *O Capital*, são as “sociedades onde rege a produção capitalista” (Marx, 1867, p. 41). Ou seja, desde o início ele anuncia que está construindo um “modelo” abstrato de sociedade, em que o capital impera total e plenamente e em que pode ser estudado livre das influências perturbadoras das sobrevivências de modelos de produção anteriores ou das particularidades do desenvolvimento histórico de cada país. Esse aliás é o sentido da advertência que faz ao leitor alemão, no Prefácio da 1ª edição, quando lhe diz “*De te fabula narratur*”. Ao escolher a Inglaterra “como principal ilustração” de sua exposição teórica, não estava fazendo uma descrição do capitalismo inglês, mas expondo as leis determinantes do movimento do capital, que valem, ainda que modificadas (ou perturbadas) por vários fatores, para qualquer país. E ao dizer que “o país mais desenvolvido não faz mais do que representar a imagem futura do menos desenvolvido”, não estava fazendo apologia da semelhança absoluta entre os desenvolvimentos capitalistas das diferentes nações, mas que “a questão que [...] debate não é o maior ou menor grau de desenvolvimento dos antagonismos sociais oriundos das leis naturais da produção capitalista, mas estas leis naturais, estas tendências que operam e se impõem com férrea necessidade” (Marx, 1867, p. 5).

Na construção de seu “modelo”

abstrato, Marx opõe a “sociedade onde rege a produção capitalista” à “sociedade mercantil simples”. Mas, vale repisar, tanto uma como a outra são construções abstratas que lhe permitem expor o movimento de negação pelo capital das condições (abstratas) em que a lei do valor impera em sua integridade. Pois é disso que se trata: é uma propriedade do capital, quando

“

Todos esses fenômenos parecem contradizer a determinação do valor pelo tempo de trabalho e a natureza da mais-valia consistente em trabalho excedente

se torna plenamente dominante, fazer com que a realidade apareça sempre invertida. É o próprio Marx que nos diz, após ter apresentado o processo pelo qual a concorrência iguala as taxas de lucro dos diversos ramos de produção, gerando a taxa de lucro médio, e os valores em preços de produção que

[...] a concorrência mostra 1) os lucros médios, independente da composição orgânica do

capital nos diferentes ramos, por conseguinte, da massa de trabalho vivo de que se apropria dado capital em determinado ramo de exploração, 2) ascensão e queda dos preços de produção por variar o nível de salários – fenômeno que, à primeira vista, contradiz por inteiro a relação de valor nas mercadorias, 3) flutuações dos preços de mercado que em dado período reduzem o preço médio de mercado das mercadorias não ao valor de mercado, mas a preço de produção de mercado que diverge claramente desse valor. Todos esses fenômenos *parecem* contradizer a determinação do valor pelo tempo de trabalho e a natureza da mais-valia consistente em trabalho excedente não pago. Na concorrência tudo aparece invertido (Marx, 1894, p. 235/6).

Ao se tornar dominante, o capital subsume o trabalhador, aprisiona o trabalho, mercantiliza a força de trabalho e torna o processo de trabalho meio de produção de mais-valia e, portanto, de capital. Por isso a troca, nas “sociedades em que rege a produção capitalista”, não se dá, como na “sociedade mercantil simples”, proporcionalmente à quantidade de trabalho, mas proporcionalmente à quantidade de capital investido na produção. Desvendar e desmistificar esse processo não significa negá-lo, mas reconstruí-lo como teoria – é isso que Marx faz.

Esse caráter fetichista da produção capitalista está, no entanto, implícito na forma mercadoria (particularmente em sua forma mais geral e abstrata, que é o dinheiro), por isso é indispensável iniciar o estudo exatamente pela mercadoria (e pelo dinheiro), pela “sociedade mercantil simples”, portanto. Reconstruindo as relações entre

mercadoria, dinheiro e trabalho, Marx escapa das armadilhas em que se haviam enredado os economistas clássicos ou vulgares e pode construir, pela primeira vez na história do pensamento econômico, o estatuto teórico do conceito de valor. Isso era impossível ao pensamento clássico não só pelo fato “de a análise da magnitude do valor absorver totalmente sua atenção”,¹⁴ mas também, e principalmente, porque a economia clássica considerava o modo de produção capitalista “a eterna forma natural da produção social”, escapando-lhe “o que é específico da forma valor e, em consequência, da forma mercadoria e dos seus desenvolvimentos posteriores, a forma dinheiro, a forma capital etc.” (Marx, 1867, p. 90, nota 32).

É a partir dessa reconstrução que Marx vai resolver os problemas não resolvidos da economia clássica. Em primeiro lugar, a questão do trabalho, que, desde o momento em que se supera a limitação “naturalista” do pensamento fisiocrático, vai ganhando espaço crescente na literatura econômica. Não escapa aos primeiros autores o caráter mercantil que o trabalho vai assumindo, mas sua leitura permanece, no entanto, prisioneira de uma ótica imediatista, que o vê apenas como produtor de valores de uso. O esforço de Marx, para abstrair a realidade imediata e ver a natureza e o papel essencial do trabalho na sociedade moderna, leva-o a estabelecer uma tripla determinação para a categoria:

I - A forma específica da dominação burguesa, que estabelece a subsunção real como norma;

II - A oposição entre trabalho e produto do trabalho como mercadorias distintas;

III - A indiferenciação do trabalho, do ponto de vista do trabalhador e do ponto de vista do capital.

Igualmente em relação ao dinheiro, mais do que resolver o problema da economia clássica, Marx o recoloca, explicitando a natureza intrinsecamente monetária da economia capitalista. Com isso supera a dicotomia entre o mundo real (o mundo das mercadorias) e o mundo das imagens (o mundo do dinheiro). E estabelece

“

A questão do “tesouro” desempenha um papel vital na teoria de Marx, pois é quem faz a ponte com a natureza especificamente capitalista que o dinheiro passa a assumir

a indissociabilidade entre dinheiro e mercadoria, e, embora afirme inicialmente que a riqueza capitalista se configura em “imensa acumulação de mercadorias”, não restringe as funções do dinheiro a um papel meramente servil em relação à mercadoria, quer permitindo-lhe expressar seus preços, quer permitindo-lhe realizar esses mesmos preços. Enriquece essas funções com uma nova, que converte o dinheiro em representante da riqueza em geral, como “tesouro”. Dessa forma, Marx

pode integrar a riqueza do pensamento mercantilista (Petty e Boisguillebert, em particular) à contribuição de Smith e Ricardo, ampliando o espaço analítico da economia clássica.

A questão do “tesouro” desempenha um papel vital na teoria de Marx, pois é quem faz a ponte com a natureza especificamente capitalista que o dinheiro passa a assumir. Quando o modo de produção capitalista passa a imperar, quando “o dinheiro se transforma em capital”, o dinheiro adquire um novo papel, que é o de servir de meio de existência e veículo para a realização do capital, permitindo-lhe realizar um movimento que, como o próprio Marx diz, não tem limites (Marx, 1867, p. 171). Essa nova função do dinheiro liga-se às riquíssimas observações do Livro 3, sobre o capital fictício e o dinheiro de crédito, que é a forma especificamente capitalista que o dinheiro assume, e que criam uma base para o entendimento do capitalismo moderno, onde a acumulação financeira predomina sobre todas as demais. Ao mostrar, por exemplo, como se constitui o capital fictício, Marx conclui que “assim desaparece o último vestígio da conexão com o processo efetivo de valorização do capital e reforça-se a ideia de ser o capital autômato que se valoriza por si mesmo” (Marx, 1894, p. 537). A importância do “tesouro” é que ele é a base da usura, e “o crédito se desenvolve como reação contra a usura” (idem, p. 687). No entanto, “essa reação significa nem mais nem menos que a subordinação do capital que rende juros às condições e necessidades do modo capitalista de produção” (idem, p. 688). Ou seja, o moderno sistema de crédito, ao impor sua dominação nas relações de financiamento, apropria-se e transforma as propriedades da usura.

O que distingue o capital produtor de juros, como elemento essencial do modo de produção capitalista, não é de modo algum a natureza ou o caráter desse capital. É o fato de serem outras as condições em que opera e, por conseguinte, de mudar por inteiro a figura do prestatário que se confronta com o empregador do dinheiro (id., ibid.).

A forma moderna do crédito, especificamente capitalista, potencializa ao seu limite a propriedade que Marx aponta para a usura:

quanto menos o produto assume o caráter de mercadoria, quanto menos o valor de troca se apodera da produção, em toda a amplitude e profundidade, tanto mais o dinheiro se revela a riqueza propriamente dita, a riqueza absoluta, em relação à manifestação dela em valores de uso (id., p. 685).

Isto posto, podemos voltar à construção do objeto de Marx e à sua reconceitualização da "Economia Política", a partir da análise que faz dos principais problemas com que se defrontaram seus antecessores. O objeto de Marx são as leis do movimento do capital e o conceito de economia política que constrói, a partir da crítica de seus antecessores, é o da ciência que estuda essas leis. Não se trata de uma ciência que estude as leis da produção social e da distribuição dos bens materiais nos diferentes estádios de desenvolvimento da sociedade humana, como supunham os cientistas da Academia da extinta União Soviética ou, de forma mais sofisticada, Lênin e Engels; muito menos um ramo do conhecimento, baseado em uma antropologia ingênua, que vê nas necessidades humanas e em sua satisfação – em um abstrato e atemporal princípio de utilidade

– o critério último das ações econômicas. E menos ainda em uma visão que a reduz à pré-história da ciência econômica ou em uma mistura eclética de instrumentos e conceitos de várias ciências.

A crítica da economia realizada por Marx inaugurou um novo programa de pesquisa cujo objeto são as leis do movimento da sociedade capitalista, ou, mais precisamente, a dinâmica contraditória do capital, cuja essência nos é dada pelos processos de acumulação, distribuição e inovação, e daquilo que os funda e explica – a concorrência. Não pode, portanto, haver economia política – ou sua crítica, no sentido que Marx lhe emprestou – ali onde não impera o modo de produção capitalista, nem pode seu objeto ser fragmentado ou reduzido à análise das condições de equilíbrio no processo de troca.

E mais: como, com o capitalismo, pela primeira vez na história da humanidade, "o poder social torna-se o poder privado de particulares" (Marx, 1867, p. 147), também não pode haver Economia Política ali onde não se constituiu o Estado capitalista. Nessa "nova" Economia Política está assim presente, organicamente, um espaço especificamente político porque fundado em relações de poder e de propriedade nas quais se definem as contradições capitalistas. ▀

NOTAS

¹ Bastaria uma simples leitura dos sumários de alguns periódicos de referência em Economia Política, nacionais ou internacionais, para confirmar inteiramente essa observação.

² Esse ponto de vista tornou-se "oficial" no Brasil, a partir da portaria 128 do Ministério da Educação e do Desporto, de fevereiro de 1999, que regulamenta o Exame Nacional de Cursos na Área de Economia. O texto dessa portaria, que conta com o aval do Conselho Federal de Economia, ao estabelecer, no arti-

go 4º, os conteúdos curriculares de cada disciplina, define o currículo de Economia Política (item j) como abrangendo: "A crítica ao mercantilismo e às origens do pensamento clássico; Smith – valor, distribuição e acumulação de capital; Ricardo – a questão do desenvolvimento econômico e da distribuição de renda; a Lei da Say – a polêmica Ricardo versus Malthus; Marx – valor, dinheiro e capital". A ideia de que esse conteúdo compõe uma espécie de "pré-história" não pode ser evitada, quando se observa que o item seguinte (l) denomina-se História do Pensamento Econômico e seu estudo inicia-se com a escola marginalista. Mais adiante, a portaria, em seu artigo 5º, classifica as disciplinas da Economia em quatro áreas, ficando Economia Política em uma estranha área, designada de "Cultura Econômica".

³ A interessante coletânea de ensaios organizada, há não mais de uma década, por Edward J. Amadeo (1989), não chegou a se constituir em uma tentativa de reconceitualização da Economia Política, apesar de seu sugestivo título. Ficou, a bem da verdade, a meio caminho entre a primeira e a segunda acepções aqui apresentadas.

⁴ "A pesquisa científica livre, no domínio da economia política, não enfrenta apenas adversários da natureza daqueles que se encontram também em outros domínios. A natureza peculiar da matéria que versa levanta contra ela as mais violentas, as mais mesquinhas e mais odiosas paixões, as fúrias do interesse privado" (Marx, 1867, p. 6).

⁵ Walras é o único dos fundadores da escola neoclássica a discutir o conceito de Economia Política, dedicando a isso toda a Seção I (quatro lições) de seu livro. Faz aí a crítica das definições anteriores e distingue a Economia Política pura da economia política aplicada e da economia social. A primeira compreenderia "a teoria do valor de troca e da troca, isto é, a teoria da riqueza social considerada em si própria (Walras, 1874, 23); o objeto dessa ciência seria "a determinação dos preços, em um regime hipotético de concorrência absolutamente livre". As demais tratariam da produção da riqueza social (economia política aplicada) e da repartição da riqueza social (economia social).

⁶ "Antoine Montchrétien, senhor de Watteville (1575-1621), autor do *Traité de l'Economie Politique* (1615), parece ter sido o primeiro a publicar um livro sob o título de Economia Política" (Schumpeter, 1952, p. 212).

⁷ Smith faz aí um balanço das ideias de seus antecessores, o que é precedido por uma introdução em que apresenta uma definição de Economia Política que devemos reter. Para ele, "economia política, considerada como um setor da ciência própria de um estadista ou de um legislador, propõe-se a dois objetivos distintos: primeiro, prover uma renda ou manutenção farta para a população ou, mais adequadamente, dar-lhe a possibilidade de conseguir ela mesma tal renda ou manutenção; segundo, prover o Estado ou a comunidade de uma renda suficiente para os servi-

ços públicos. Portanto, a economia política visa enriquecer tanto o povo quanto o soberano" (Smith, 1776, p. 357).

⁸ O original em alemão intitula-se *Grundsätze der Volkswirtschaftslehre*. É curioso observar que o termo *volkswirtschafts* significa economia nacional (economia de um povo, literalmente); quando combinada com *lehre* (ensino, teoria), no entanto, ganha um novo sentido e passa a significar economia política. O termo em alemão mais usado para designar economia política é *staatswirtschaft*, cuja tradução rigorosa é economia pública (ou do Estado). Talvez por isso Marx, tanto em *Contribuição à crítica da Economia Política* quanto em *O Capital*, tenha preferido usar *Politischen Oekonomie*, mais próxima do termo em inglês; isoladamente *oekonomie* significa economia doméstica. Em qualquer caso, o termo possui o mesmo significado etimológico que em inglês ou francês. O autor agradece a Rachel Valença e a Leandro Konder o esclarecimento desse ponto.

⁹ "Por Sistemas de Economia Política entendendo a exposição de um amplo conjunto de políticas econômicas que seu autor sustenta, tendo por fundamento determinados princípios unificadores (normativos)" (Schumpeter, 1952, p. 64.). Também é significativo que Lessa (1974), ao discutir o conceito de política econômica, comece exatamente pela(s) definição(ões) de Economia Política.

¹⁰ Basta lembrar que William Petty e Quesnay eram médicos; Say trabalhou em bancos e companhia de seguro, posteriormente foi jornalista e empresário têxtil, e, finalmente, professor de economia; Ricardo foi um homem de negócios que fez fortuna na Bolsa; Malthus era sacerdote da Igreja Anglicana; Marx estudou Direito, em Bonn e Berlim, mas defendeu sua tese de doutoramento em Filosofia; David Hume vem da Filosofia Moral, bem como Adam Smith. O mais próximo da exceção foi Stuart Mill – filho de um economista, James Mill –, que não só teve uma educação acadêmica formal, mas desde cedo iniciou-se no estudo dos problemas econômicos, orientado pelo pai.

¹¹ Para uma apresentação mais detalhada desse ponto, ver Teixeira (1989, pp. 46 e ss.).

¹² Marshall, com isso, aprofunda a distinção anteriormente feita por Walras. É interessante também notar que Marshall, logo no início do Capítulo I, define "economia política ou economics" como "um estudo da Humanidade nas atividades correntes da vida; examina a ação individual e social em seus aspectos mais estritamente ligados à obtenção e ao uso dos elementos materiais do bem-estar". E continua: "... de um lado é o estudo da Riqueza; de outro, e mais importante, uma parte do estudo do homem" (Marshall, 1890, p. 23). É curioso observar que, com essa definição, Marshall não apenas procura minimizar a ruptura que está realizando com os clássicos, como explicita a "antropologia ingênua" que funda a ciência econômica, em suas versões clássica, vulgar ou moderna.

¹³ Chamo aqui de textos da maturidade não apenas o Livro 1 de *O Capital*, publicado por

Marx em 1867, como a *Contribuição à crítica da Economia Política*, igualmente publicado por Marx em 1859, e os três conjuntos de manuscritos por ele elaborados nos períodos de 1857-1858, de 1861-1863 e de 1863-1865, dos quais resultaram as publicações póstumas dos Livros 2 e 3 de *O Capital*, a famosa "Introdução" de 1857, os *Grundrisse* e as *Teorias da mais-valia*.

¹⁴ A esse respeito, vale reler a obra clássica de Belluzzo (1980).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS (1961). *Manual de Economia Política*. Rio de Janeiro: Vitória, 1961.
- ALTHUSSER, L. E. BALIBAR, E. (1969). *Para ler El Capital*. México: Siglo XXI, 1978, 16. ed.
- AMADEO, E. J. (org.) (1989). *Ensaio sobre Economia Política moderna - Teoria e História do Pensamento Econômico*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- BECKER, G. (1876). *The Economic Approach to Human Behaviour*. Chicago: University of Chicago Press, 1976.
- BELUZZO, L.G.M. (1980). *Valor e Capitalismo – Um ensaio sobre a Economia Política*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- BENSAÏD, D. (1997). *Marx, o Intempestivo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- ENGLES, F. (1878). *Anti-Dühring (Ou A subversão da ciência pelo Sr. Eügen Dühring)*. Porto: Afrodite, 1973.
- FREY, B. (1984a). "The public choice view of international political economy", *International Organization*, n.38, 1984.
- _____. (1984b). *International Political Economics*. New York: Basil Blackwell, 1984.
- GILPIN, R. (1875). *US Power and the Multinational Corporation – The Political Economy of Foreign Direct Investment*. Londres: MacMillan, 1975.
- _____. (1987). *The Political Economy of International Relations*. Princeton: Princeton University Press, 1987.
- HUME, D. (1752-4). *Escritos sobre Economia*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).
- JEVONS, S. (1870). *A Teoria da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).
- LÉNIN, V.I. (1899). *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).
- LESSA, C. (1974). *O conceito de política econômica – Ciência ou ideologia?* Campinas: Unicamp, 1998.
- LUXEMBURGO, R. (1925). *Introdução à Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- MALTHUS, T.R. (1820). *Princípios de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).
- MARSHALL, A. (1890). *Princípios de Economia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).
- MARX, K. (1859). *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).

_____. (1867). *O Capital* (Livro 1). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, 12.ed.

_____. (1875). "Crítica ao Programa de Gotha", in Marx, K. e Engels, F., *Textos v. 1*, São Paulo: Edições Sociais, 1976.

_____. (1894). *O Capital* (Livro 3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

MENGER, C. (1970). *Princípios de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).

MERRILL, M. (1990) "The anticapitalist origins of the United States", *A Journal of the Fernand Braudel Center – Review*, XIII, 4, Fall, pp. 465-497.

MILL, J.S. (1848). *Princípios de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).

NAPOLIONI, C. (1978). *Smith, Ricardo e Marx*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

PETTY, W. (1662-82). *Obras econômicas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Economistas).

POSSAS, M.L. (1989). *Dinâmica e concorrência capitalista – Uma interpretação a partir de Marx*. São Paulo: Hucitec / Unicamp, 1989.

QUESNAY, F. (1752). *Quadro econômico dos fisiocratas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Economistas).

RICARDO, D. (1817). *Princípios de Economia Política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Economistas).

ROBBINS, L. (1932). *Essay on the Nature and Significance of Economic Science*. Londres, 1932.

SAY, J.B. (1803). *Tratado de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Economistas).

SCHUMPETER, J.A. (1924). *Fundamentos do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. (1952). *História da análise econômica*, v. 1. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

SMITH, A. (1776). *A riqueza das nações*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Economistas).

TEIXEIRA, A. (1989). "Da filosofia clássica alemã à crítica da economia política – notas sobre o percurso teórico de Marx", in diversos, *Teoria econômica – Textos selecionados*, Rio de Janeiro: IEI / UFRJ.

_____. (1990). "'Subversão' e 'restauração' no pensamento neoclássico – uma discussão sobre a teoria subjetiva do valor", *Texto Didático* n° 42, Rio de Janeiro: FEA / UFRJ.

TOLIPAN, R. (1983). "Brevíssimas considerações sobre o método de Marx", *Texto para Discussão* n° 26, Rio de Janeiro: IEI / UFRJ, out. 1983.

_____. (1990). *A ironia na História do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: IPEA / INPES, 1990.

TOOZE, R. (1984). "Perspectives and theory: a consumer's guide", in Strange, S. (ed.), *Paths to International Political Economy*, London: George Allen and Unwin, 1984.

WALRAS, L. (1874). *Compêndio dos elementos de Economia Política pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Economistas).

versus

ACADÊMICA

ENSAIO

O massacre de Hipácia

Marcos Dantas

..... Pág. **56**

ARTIGO

From Veblen to Chang in Institutional Economics

Kirsten Ford

..... Pág. **71**

O massacre de Hipácia: ensaio sobre um roteiro para a barbárie

Marcos Dantas*

Resumo

Em 415 AD, na cidade de Alexandria, foi assassinada, por uma turba de fanáticos cristãos, a filósofa, matemática e astrônoma Hipácia. Sua morte é considerada um dos marcos simbólicos da destruição da antiga cultura helenística e sua substituição, no Ocidente, pelo pensamento cristão medieval. O pouco que se sabe da vida e obra de Hipácia, bem como o muito que é possível reconstituir do agitado ambiente político e cultural de Alexandria nos últimos anos do século IV e primeiros do V, é o objeto do livro de Clelia Martínez Maza, *Hipatia: la estremecedora historia de la última gran filósofa*

de la Antigüedad y la fascinante ciudad de Alejandría. Em diálogo com essa obra, o autor examina alguns aspectos históricos relacionados à decadência do Império Romano e da cultura greco-latina para, ao final, apontar muitos indícios de que poderíamos estar vivendo, hoje, uma época precursora de outra nova grande barbárie.

Palavras-chaves: Hipácia, barbárie, cristianismo, Roma, Alexandria, helenismo

Abstract

In 415 AD, the philosopher, mathematician and astronomer Hypatia was murdered by a mob of Christian fanatic, in the city of Alexandria. His death is considered a symbol of the ancient Hellenistic culture destruction, and its replacement, in the

* Professor do Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da UFRJ.

West, by the medieval Christian culture. Rebuilding the little is known about the life and work of Hypatia and the much is known about the tumultuous political and cultural life of Alexandria in the transition from the fourth century to the V, Clelia Martínez Maza wrote his *Hipatia: la estremecedora historia de la última gran filósofa de la Antigüedad y la fascinante ciudad de Alejandría*. In dialogue with this work, the author examines some historical aspects related to the decline of the Roman Empire and the Greco-Latin culture. In his conclusions, he point to many signs that we can be living today, a precursory era of another great barbarism.

Key-words: Hipatia, barbarism, cristianism, Rome, Alexandria, helenism

1. Introdução

No ano 415 da Era Cristã, a filósofa, matemática, astrônoma grega Hipácia foi brutalmente assassinada a pedradas e pauladas por uma turba enfurecida de cristãos, nas ruas da cidade de Alexandria, então, junto com Roma e Constantinopla, uma das três mais importantes do mundo helenista mediterrâneo. Seu corpo foi esquartejado e as partes queimadas em diferentes cantos da cidade. Com sua morte, dispersaram-se ou emudeceram os últimos representantes da cultura clássica na cidade. Seu suplício, desde então, simboliza a liquidação definitiva do racionalismo antigo, a vitória, pelos mil anos seguintes, no Ocidente, das trevas e obscurantismo medievais.

Não se sabe em que ano ela nasceu. A data mais aceita seria cerca de 370, donde Hipácia estaria no auge dos seus 45 anos, pouco menos, pouco mais, quando foi colhida pela violência crônica que caracterizava a vida política e cultural de Alexandria àquela época. Sua vida adulta, entre a última década do século IV e os primeiros 15 anos do V, testemunhou uma nada pacífica disputa entre cristãos e pagãos na Alexandria e em outras cidades do Oriente Médio, bem como lutas, não menos cruentas, entre os próprios cristãos, desde cedo enredados em fanáticas diferenças teológicas. Menos a vida de Hipácia, sobre a qual pouco se sabe, mais o tumultuado ambiente político e cultural de Alexandria, é-nos revivido, brilhantemente, pela historiadora espanhola Clelia Martínez Maza, em

seu *Hipatia*, a história da “última grande filósofa da Antiguidade” e da “fascinante cidade de Alexandria” (MARTÍNEZ, 2009).

Os acontecimentos que cercam a vida e a morte de Hipácia dão-se quando a decadência do Império Romano, desde 395 definitivamente dividido entre Roma e Constantinopla, já seguia o seu curso. Por isso, tomar conhecimento dessa história, ter consciência de seu tempo único demarcado pela decadência de toda uma civilização, pensar no mundo em que vivemos, cujo parece avançar para nova barbárie, fez-me escrever este ensaio. Em parte, é uma resenha do livro. Em parte, um esforço para situá-lo no contexto maior da época histórica que nos narra. Em parte, por fim, uma reflexão sobre o nosso tempo atual. Gostaria de dedicá-lo a Sakineh Ashtiani, fosse ela também filósofa. Talvez, no drama dessa mulher comum, condenada a morrer da mesma forma como se matava os “ímpios” há 2.000 anos, esteja condensada toda a tragédia desta ordinária época vulgar em que vivemos.

2. A época de Hipácia

Recorro a uma antiga, mas ainda insuperável, *História Universal*, aquela dirigida, nos anos 1950, por Maurice Crouzet. O seu primeiro capítulo do terceiro tomo – “A Idade Média” – abre com essas palavras:

Unanimemente, os escritores latinos celebram, por volta do ano 400, a grandeza de Roma: Roma reuniu “sob um mesmo nome todo o gênero humano”, permitiu a todos os homens “viverem como cidadãos de uma única cidade, como membros de uma só família”, possibilitou aos povos fundirem-se num todo “pelo comércio, pela civilização, pelo casamento” (E. PERROY *et alii*, 1956: p. 15).

Pois o século mal completaria a sua primeira década quando, em 410, Alarico, à frente de um bando de visigodos, saquearia Roma. O começo do fim, quando sua civilização se pensava no auge. Algo que lembre o nosso contemporâneo Francis Fukoyama? Só a história dirá.

Em rápidos parágrafos, tentemos resumir as condições políticas, econômicas e culturais desse mundo helenista quando da decadência de Roma e paralela ascensão do cristianismo.

Desde 212, boa parte dos habitantes do Impé-

rio, sobretudo as famílias aristocráticas e ricas, não importa em que província vivesse, tinha cidadania romana, logo direitos e deveres próprios de qualquer cidadão livre nascido em Roma. Essa aristocracia, e boa parte do que poderia ser considerado classe média, falava normalmente latim e grego e absorvera rotineiramente os hábitos e os costumes greco-romanos. Um sistema público de ensino, em todas as cidades e muitas das vilas do Império, assegurava a educação e a formação dos filhos e filhas desses cidadãos na cultura helenista. Hipácia, em Alexandria, era, como muitos outros professores e filósofos, uma funcionária pública encarregada de repassar e reavivar para as novas gerações de seu tempo, as duas línguas, as ideias, a arte, os conhecimentos dos pensadores, moralistas, historiadores, poetas, cientistas da Antiguidade clássica.

A manutenção do Império e, particularmente, a das suas maiores cidades dependia do recolhimento de tributos, cobrados em princípio às famílias aristocráticas provincianas. Evidentemente, para isso, elas extorquiam o trabalho escravo bem como repassavam parte não desprezível dessas obrigações para as camadas médias formadas por pequenos comerciantes, artesãos, camponeses e outros trabalhadores que vicejavam à sua volta. A partir do século III, uma crise econômica de longa duração (sobre a qual não poderei me estender aqui, mas essencial para entender a derrocada do Império), além das guerras civis e contra os bárbaros tornarão ainda mais pesados esses impostos, aumentando a insatisfação, fermentando revoltas.

Às famílias aristocráticas nas cidades e vilas, inclusive ao Imperador, cabem ainda, como exibição mesmo de poder e distinção social, praticar o *evergetismo*: aplicar parte da riqueza que detinham na realização de obras públicas necessárias à cidade ou província, bem como patrocinar festas, jogos e distribuir alimentos e esmolas. Daí, o famoso, até hoje, “pão e circo”. Desenvolve-se um sistema político e cultural que hoje diríamos *clientelista*, que permite o sustento, nas grandes cidades do Império, de uma multidão de homens livres ociosos – o “proletariado”¹ – facilmente mobilizável por este ou aquele aristocrata em suas disputas de poder.

A partir do século III, acelerando-se no IV, as vastas, bem trabalhadas, produtivas terras sob o domínio de Roma, bem como suas ricas cidades ou

vilas atraíram os olhares cobiçosos de uma enorme população vizinha que ainda vivia no limiar das mais duras condições materiais primitivas de sobrevivência, em choças e plantios seminômades: os assim chamados “bárbaros”. Através das imensas e porosas fronteiras do Império, definidas, em boa parte da Europa, pelos rios Reno e Danúbio, os mexicanos, perdão, os germanos vinham se infiltrando pouco a pouco, ocupando aqui e ali pedaços vazios de terras, promovendo atos de bandidagem, criando inquietação. O Estado tentava detê-los construindo muralhas, como as de Adriano no Reno. Lembra algo mais atual? Ou os aceitava, entregando-lhes pedaços de território para plantio e sobrevivência, prestação de pequenos serviços, incorporação, onde possível, às forças de defesa e segurança. No interior do Império, a população desses imigrantes da Antiguidade não parava de crescer.

Súbito, pressionados por suas carências; empurrados por outros bárbaros que vinham se deslocando desde o Oriente longínquo; impulsionados pelas possibilidades de ganhos relativamente fáceis saqueando as cidades e silos espalhados pelo território imperial; aceitando arriscar a própria vida (nas batalhas) pela promessa de muito melhorá-la (nos saques e usurpações); os bárbaros finalmente lançam-se sobre Roma na segunda metade do século IV, com estonteante vigor. Embora os contemporâneos não parecessem, de início, ter percebido toda a dimensão do que se passava, os bárbaros poriam o Império abaixo em menos de 100 anos. Em 476, deixaria de existir o Estado ocidental. O do Oriente, como sabemos, duraria aos trancos e barrancos até quase o raiar da modernidade.

Hipácia viveu nesse exato momento de transição. Pode ter ouvido notícias da derrota romana de Adrinopla, frente os godos, em 378, se já tinha idade para tanto, mas certamente soube, com o mesmo estupor que tomou conta de todos à época, talvez comparável ao nosso diante das Torres Gêmeas atingidas por dois Boeings, do saque de Roma por Alarico. Diz-nos o historiador:

Acima de tudo, choque psicológico: a queda de Roma, em 410, causou estupefação em todo o mundo civilizado; no fundo da Judeia, São Jerônimo, abatido pela amargura, suspendeu por um momento o seu trabalho; para os senadores ainda pagãos,

tratava-se da vingança dos deuses desprezados, do desastroso efeito da moral cristã de não violência; a inquietude apoderou-se dos cristãos: por que Deus não protegera a cidade de São Pedro? (*idem*, p. 21).

No entanto, logo, a confiança seria restaurada: um autor, em 417, já falava da volta “à abundância, o renascimento das trocas e da vida mundana” e para outro, aquela invasão fora “apenas um acidente” (*idem, ibidem*). Pois sim...

Clelia Martínez não nos apresenta esse quadro maior. Em compensação, nos descreve, com a riqueza de detalhes possível, a tumultuada vida política, os atores sociais e, não raro, individuais, os fatos e ideias que movimentavam Alexandria em fins do século IV e começos do V. Aquilo que o historiador geral narra em largas pinceladas, como que formando um todo coerente, cujo desenlace pareceria inevitável, Martínez quase consegue reduzir a uma sucessão de fatos cotidianos, a movimentos desencadeados por paixões, recalques, idiosincrasias, ambições, sentimentos e ressentimentos vários que motivavam a vida dos habitantes de Alexandria. Tivesse podido recriar diálogos e discursos, algo que somente o futuro historiador do nosso presente terá farta condição de fazer, lograria reconstruir passo a passo a percepção de superfície que os indivíduos podem ter, ou não, do chão que lhes treme sob os pés.

3. A nova cultura cristã: culto à miséria

Se os conflitos econômicos, políticos ou militares que assolavam o Mediterrâneo greco-romano só aparecem nas páginas de Martínez por via das consequências ou por nossa inferência, os religiosos, ao contrário, constituem o próprio fio condutor da narrativa, ainda que quase somente restritos aos vivenciados em Alexandria.

Depois de três séculos em que foi ora perseguida, ora tolerada, a religião cristã é adotada como oficial pelo Império, com Constantino, em 312 (um ou outro imperador, depois, ainda tentou voltar atrás, mas sem êxito). Antes disso, os cristãos despertavam não apenas as suspeitas do Estado, mas estranheza, não raro raiva, dos diferentes segmentos sociais do mundo mediterrâneo. Numa palavra, distinguíam-se pela *rejeição* àquela sociedade:

“dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”. Mostravam oposição a tudo o que podia representar, não apenas no plano político mais evidente, mas sobretudo no plano cultural e psicológico mais profundo, as crenças, os comportamentos, as expectativas do indivíduo médio daquela época. Este indivíduo relacionava-se com os deuses de modo não muito diferente do relacionamento que também mantinham com os reis e outros poderosos, nos assegura Paul Veyne (1991). Era um trato em que o servidor do deus, dele esperava proteção e atenção, inclusive podendo repreendê-lo se não colhia alguma resposta. Homens livres, não importa se ricos ou pobres, podiam conhecer suas posições hierárquicas entre si, mas não aceitavam relações servis:

Havia outra metáfora que os pagãos sensatos comprovavam: a relação servil. O homem que a todo instante treme à ideia dos deuses como diante dos senhores caprichosos e cruéis faz destes uma imagem indigna deles e de um homem livre. O medo dos deuses é o que os romanos entendiam por “superstição”: deixavam à gente do povo, nesse Oriente habituado a obedecer a potentados, imaginar que a devoção significava proclamar-se escravo, servidor de um deus. No fundo, a relação clássica com os deuses é nobre e livre: é de admiração (VEYNE, 1991: pp. 204-205).

Os deuses, pois, devem ser “benfazejos e justos, benévolos, providenciais: super-homens do bem” (*idem, ibidem*). Mas, a rigor, esses eram os deuses cultuados pela plebe. Um cidadão culto “não podia crer em nada; leu Platão e Aristóteles que, quatro séculos antes, tampouco acreditavam. Virgílio, alma religiosa, acreditava na Providência, mas não nos deuses de seus próprios poemas [...]” (*idem*, pp. 208-209). Acrescente-se:

Uma preocupação está curiosamente ausente de tudo isso: o além, a imortalidade da alma. Como a maioria de nossos contemporâneos, ninguém se preocupava com tal questão. A seita epicurista não acreditava nisso, como tampouco a estoica, e a religião não interferia: as crenças no além formavam um campo a parte. A opinião mais difundida, inclusive entre o povo, era a de que a morte era um nada, um sono eterno [...] (*idem*, p. 210).

Em suma, a religião e, ao seu lado, as práticas divinatórias cumpriam mais alguma função *tranqui-*

lizardora do que transcendental, em uma sociedade essencialmente *hedonista* – o que não fariam esses antigos romanos e gregos se tivessem à disposição essa pletora de *gadgets* consumistas que nos *tranquiliza* hoje? Só podiam contar, para o prazer, com as festas, os jogos, inclusive de gladiadores, as termas, os banquetes, as tavernas, o sexo hetero e homossexual. Ou, as guerras... Não que desconhecessem os limites éticos, morais e cívicos: para educá-los, lembrá-los, cobrá-los, exemplificá-los, existiam os filósofos. E quando (re)descobrimos isso, nestas nossas leituras auxiliares, mais claro fica o papel desempenhado por Hipácia, outros e outras filósofos e filósofas na Alexandria e no mundo greco-romano tardio, conforme nos descreve, com riqueza de detalhes, Clelia Martínez. É o que diz Veyne:

Entre os antigos, normas de vida e exercícios espirituais formavam a essência da “filosofia”, não da religião, e a religião estava mais ou menos separada das ideias sobre morte e o além. Havia seitas, mas eram filosóficas, pois a filosofia era a matéria das seitas que propunham convicções e normas de vida a quem tal pudesse interessar; um indivíduo se tornava estoico ou epicurista e se conformava mais ou menos às suas convicções, assim como entre nós se é cristão ou marxista, com o dever moral de viver a própria fé e militar (*idem*, p. 201).

Será fundamental saber disso para compreender plenamente o debate filosófico entre cristãos e pagãos. A filosofia pré-cristã, greco-romana, se propunha a “dar aos indivíduos um método de felicidade. Uma seita não era uma escola aonde se ia aprender ideias gerais; adería-se a ela porque se buscava um método racional de tranquilização. A moralidade fazia parte dos remédios prescritos por algumas seitas, que explicavam a receita racionalmente [...]” (*idem*, p. 214).

Por isso e para isso, o filósofo deveria viver conforme os princípios que pregava. E Martínez exhibe, em várias passagens, essa postura dos pensadores antigos. Um célebre episódio serviria, por exemplo, para definir o caráter moral de Hipácia. Assediada por um discípulo apaixonado, teria jogado-lhe no rosto um pano ensanguentado de suas regras, dizendo: “É isto o que você ama, e isto não é belo” (MARTÍNEZ, 2009: p. 24). Mantendo-se virgem, Hipácia pregava, como caminho para a busca da

verdade e felicidade, a renúncia ao corpo, logo ao sexo, no âmbito dos princípios neoplatônicos que passam a dominar a filosofia greco-romana na fase terminal do Império.

Pelo que nos expõe Peter Brown (1991), a crença cristã buscava pôr em prática, com absoluta determinação, virtudes morais que outras seitas pagãs, e também as judias, defendiam sem, porém, o mesmo grau de exigência. Os cristãos pareciam *radicais*:

[...] os dirigentes cristãos pouco inovam em matéria de moral. O que fazem é muito mais crucial. Criam um novo grupo cuja excepcional insistência na solidariedade face a suas tensões internas garante que seus membros pratiquem o que os moralistas pagãos e judeus já começaram a pregar (BROWN, 1991: p. 250).

Solidariedade é a palavra-chave, sustentada duramente pelos judeus em toda a sua história como vital para a própria sobrevivência de sua nação, traduzida, ou ressemantizada, para os anseios de parte dos cidadãos do Império, pelas cartas de Paulo e seus seguidores.

Desde os seus primórdios, o cristianismo foi adotado tanto por gente da aristocracia, até das famílias imperiais – certamente por aqueles já mais influenciados pela moral dos filósofos –, quanto por gente do povo. Mas enquanto os membros da aristocracia precisam se equilibrar, como sempre, entre a obediência às suas crenças filosóficas e o “pragmatismo”, como diríamos hoje, das exigências políticas e econômicas de sua posição social, o homem livre que vive do seu trabalho, ao contrário, encontra na solidariedade a força necessária para suportar suas humilhações e tormentos:

Nas casas modestas, agir com autoridade não constitui um modo de controlar os escravos e as mulheres. Daí serem maiores as preocupações relativas à ordem íntima, às reservas íntimas de comportamento, à fidelidade entre esposos e à obediência dentro de casa, obtidas “na simplicidade do coração temente a Deus”. A obediência por parte dos domésticos, as boas relações entre parceiros e a fidelidade dos esposos contam muito mais para homens suscetíveis de serem mortalmente feridos pela infidelidade sexual, pelas trapaças e pela insubordinação do pequeno número de seus escravos, do que para homens verdadeiramente ricos e poderosos [...] Um sentimento de solidariedade constitui o complemento natural de uma moral do homem socialmente vulnerável (*idem*, p. 251).

As elites não eram solidárias: distribuíam pão, promoviam o circo, apenas para aqueles reconhecidos também como cidadãos e dando às suas ações sentido de altruísmo cívico. “Grande número dos habitantes da cidade – e mais comumente os verdadeiros pobres, como os escravos e os imigrantes – não se beneficiam com tais larguezas” (*idem, ibidem*). A baixa classe média começará a encontrar, diante da aristocracia, sua marca identitária positiva ao praticar um novo tipo de solidariedade para com os mais pobres:

Cotidianamente, [ela] percebe que existe uma relação entre o “supérfluo” de que desfruta gente modesta e a “falta de meios” dos seus vizinhos mais pobres. Melhor ainda, tal desequilíbrio pode ser eliminado, ou pelo menos acentuado, com a redistribuição de pequeninas somas, ao alcance de qualquer modesta família cidadina ou de um próspero cultivador, entre os pobres rurais. Como muito antes já haviam observado as comunidades judaicas, as comunidades cristãs sabem que para os humildes a manutenção de uma margem de independência financeira num mundo hostil é possível graças a modestas medidas de ajuda mútua. Oferecendo esmolas e uma oportunidade de emprego aos membros mais desprovidos de sua comunidade, judeus e cristãos podem proteger seus correligionários do empobrecimento e, portanto, de uma vulnerabilidade total face aos empregados ou aos credores pagãos. Nesse contexto bem definido, compreendemos melhor como a prática de esmola aos pobres logo se torna um sinal evidente da solidariedade dos grupos ameaçados de crentes (*idem, p. 252*).

Esse movimento comunitarista solidário, servido por um discurso que os primeiros padres e bispos diziam ser a palavra de Cristo ou mesmo de Deus, cresceu no tecido social já decadente do Império, ao longo dos dois primeiros séculos da Era Cristã. A partir do século III, tal discurso passará a ser definitiva e oficialmente a palavra da Igreja, que só então se constitui como instituição. Assim, nos interstícios de um sistema em lenta decomposição, começa a avançar uma nova moral *anti-heretista* – hoje, diríamos anticonsumista. Daí para a rígida moral sexual será um pulo: abstenção sexual até no casamento, ou sexo restrito às necessidades reprodutivas. Afinal, já diziam os neoplatônicos, o corpo é sujo. Os cristãos pretendem que “sua excepcional disciplina sexual atinja seu objetivo:

expressar a diferença que os separa do mundo pagão” (*idem, p. 254*). Mais do que isso: *superioridade*. A renúncia aos prazeres da carne é a demonstração mais evidente da superioridade espiritual de quem a pratica, pois “uma exceção neste ponto igualmente constituirá uma exceção em outros aspectos” (*idem, ibidem*). Atrai admiração, sobretudo de todos os que, por qualquer motivo, teriam razões para se sentirem *rejeitados*. Daí, novos adeptos em busca dessa mesma distinção superior. Daí por fim, no limite, o próprio e definitivo celibato para aqueles que quisessem se dedicar exclusivamente à obra de Deus.

Desse sentimento crescente de rejeição àquela sociedade por parte, sobretudo, dos que dela menos tiravam proveito nascerá, no final do século III, o *monasticismo*. Fenômeno oriundo dos meios rurais, não das cidades, leva um número crescente de homens e algumas mulheres a se retirarem para algum lugar isolado próximo a algum centro urbano, ali passando a viver rusticamente, com poucos recursos, dedicando-se, solitariamente ou em comunidades, à oração, pregação e meditação. São os *monges*, de *monachoi*, “homens solitários”, que terão lugar destacado nos acontecimentos que levaram à morte de Hipácia. Até o “final do século IV, o papel da Igreja cristã nas cidades [será] eclipsado por um modelo radicalmente novo da natureza humana e da sociedade humana, criado pelos ‘homens do deserto’” (*idem, p. 276*).

O monasticismo expressa clara rejeição ao mundo urbano. Por extensão, à *própria civilização*. Quer o retorno, retrocesso, à natureza primitiva do homem: utopia do bom selvagem, na sua forma adâmica. Na visão de um dos seus mais ardentes líderes, João Crisóstomo, morto em 407, logo contemporâneo de Hipácia, o mundo civilizado não passava de uma época de transição entre o Paraíso bíblico e um novo tempo da Ressurreição. As realidades humanas, seus conflitos, suas relações, dizia Crisóstomo, estariam “prestes a se imobilizar na imensa calma da presença de Deus [...] Cidade, casamento, cultura, os ‘supérfluos necessários’ da vida estabelecida são apenas um interlúdio passageiro, diante deste estado límpido, despojado das ‘preocupações desta vida’” (*idem, p. 278*). Nesse *novo paradigma*, como diríamos hoje, a cidade

perde sua preeminência enquanto unidade social e cultural distinta. Em numerosas regiões do Oriente Próximo, o avanço do monasticismo marca o fim do esplêndido isolamento da cidade helenística com relação ao campo circundante. Agora, os cidadãos que partem aos bandos para buscar o conselho e a bênção dos santos homens estabelecidos na vizinhança, o mais das vezes encontram robustos aldeões iletrados que quando muito falam um dialeto grego. Na região do Mediterrâneo, os monges unem-se aos pobres anônimos para formar uma nova “classe universal”, sem ligação com o campo ou a cidade, mas igualmente dependente da misericórdia divina, seja qual for o ambiente (*idem*, p. 279).

Como lemos na obra de Martínez, os monges, conquistada essa influência, não se limitarão às suas rezas. Nas pequenas cidades do Oriente Médio, próximas aos desertos em que viviam, liderarão atos de vandalismo e linchamento contra templos e sacerdotes pagãos. Em Alexandria, quando chamados, servirão de tropa de choque a serviço dos atrabiliários imãs, quero dizer, patriarcas Teófilo e Cirilo. Sobretudo – e assim se explica, talvez, essa militância ativa –, começarão a fazer dos mosteiros que criavam em regiões afastadas escolas alternativas às públicas, nelas formando os jovens místicos necessários à direção da Nova Era. Nestas escolas, para as quais as elites passam a enviar seus filhos (fiéis à máxima segundo a qual tudo deve mudar para que nada mude), ensina-se a moral cristã com base nos textos bíblicos e dos seus primeiros exegetas. Parte desses jovens não permanecerá nos mosteiros, mas reaparecerá, alguns anos depois, nas cidades, embora esvaziadas, a serviço de suas igrejas e às ordens de seus bispos. Uma nova elite eclesiástica está se formando nessas autênticas *madrassas*. Por obra inicial de Crisóstomo, na Síria, passado algum tempo,

de repente percebemos a primeira Antioquia bizantina tal como já podia ser. Não é mais uma cidade helenística; a conduta de seus cidadãos dirigentes já não é sutilmente moldada pelos códigos derivados da vida em seus antigos centros públicos. Os antigos espaços públicos são ignorados, o teatro e o foro estão ausentes. Vias estreitas e tortuosas levam da basílica cristã, que abriga as grandes reuniões religiosas, a pátios retirados; ali, numa intimidade protegida, o pai crente transmite aos filhos a arte religiosa do temor a Deus. Trata-se de um esboço da futura cidade islâmica (*idem*, p. 282).

4. As heresias

O que talvez possa mais surpreender o leitor de Martínez é a virulência alcançada pelos conflitos entre os próprios cristãos, nestes primeiros séculos da Nova Era. Quem conhece um pouco da história, já ouviu falar dos primeiros concílios convocados para dirimir dúvidas teológicas. Mas os historiadores não dedicam muitas linhas, quando dedicam, aos embates de ruas, nas principais cidades mediterrâneas, motivados por essas divergências. A detalhada narrativa de Martínez, dos estúpidos conflitos ocorridos em Alexandria na segunda metade do século IV e primeira do século V, envolvendo *arianos* e *nícenos*, será um dos pontos mais instigantes de seu livro.

Como em tudo o mais que se refere ao entorno histórico geral dos fatos que narra, a autora pouco nos esclarece sobre a natureza desses conflitos. Este é o único ponto fraco do livro. Aqui ou ali, uma rápida nota de rodapé informa-nos o básico do básico de uma ou outra questão, pouco esclarecendo sobre os porquês de as divergências terem se tornado tão ruidosas, não raro raivosas. Se não se é profundo conhecedor do tema (a maioria dos leitores não será), haverá que se recorrer a outras fontes. De novo, voltaremos aos nossos volumes da *História Universal* dirigida por Maurice Crouzet.

A partir do segundo século, contando cada vez mais com quadros intelectualizados da elite (muitos cristãos estudavam na escola de Hipácia) e, ao mesmo tempo, em processo de institucionalização, o cristianismo tendia, naturalmente, a se colocar questões para além do mero moralismo vulgar. Fortes influências neoplatônicas, outras noções oriundas de culturas, vivências ou religiões das diferentes partes do Império, a própria ruptura com a tradição do Velho Testamento e a exigência de interpretar o Novo ainda em fase de consolidação, tudo vai contribuir para a afirmação de tendências teóricas e políticas, adiante reconhecidas como *heresias*.

Vamos saltar sobre a tentação de buscar entender por que razões políticas, econômicas ou culturais, certas teses seriam heréticas, outras não. E vamos nos concentrar na mais importante delas, importante, pelo menos, para o desenrolar dos acontecimentos narrados em *Hipatia*: a heresia de Ario (260-336).

Uma questão teórica central para o cristianismo, em seus primeiros tempos, seria estabelecer claramente a natureza do próprio Jesus Cristo: homem ou Deus? Ario seria um dos pensadores seminais, embora não único, que sustentaria a natureza humana de Jesus, dotado, claro, de poderes divinos a ele delegados por Deus. Seus opositores sustentavam a *mesma substância* (“homousious”) de Jesus e Deus, aquele como encarnação deste. Para dirimir a controvérsia, a pedido dos próprios padres, Constantino convoca o concílio de Niceia em 325, o qual acaba condenando Ario e seus seguidores. No entanto, o mesmo Constantino, que pressionara o conclave de Niceia a condenar Ario, reverá adiante suas posições e reabilitará o bispo herege. Ou seja, a polêmica religiosa interessava também, e muito, ao poder secular que, desde então, não deixará de se imiscuir nos rumos doutrinários da Igreja.

Os argumentos de Ario eram fortes, seja porque ele era bem dotado intelectualmente, seja porque se amparavam na tradição neoplatônica. Nas regiões já dominadas pelo cristianismo encontrava muitos seguidores, assim como em tribos bárbaras além-fronteiras, evangelizadas por pregadores arianos. Depois de Constantino, alguns imperadores aceitarão o arianismo; outros optarão pela ortodoxia nicena. Cada mudança de credo em Constantinopla provoca mudanças verticais no comando das províncias e até nos bispados, de algum modo também submetidos à vontade do Imperador, em troca dos privilégios da aliança com o Estado. A história detalhada dos efeitos desse vai e vem em Alexandria nos é servida de modo primoroso por Martínez: entre a segunda década do século IV e a primeira do V, Alexandria terá seis bispos homousianos e quatro arianos. Um dos mais importantes dentre os homousianos, Atanásio, pontificará, será deposto e exilado, e voltará ao cargo cinco vezes, entre 328 e 366. Pior destino teria o não menos intolerante ariano Jorge da Capadócia, que ocupou a cadeira episcopal de 357 a 361: será linchado nas ruas de Alexandria por turbas insufladas por monges nicenos.

A presença desses *talibãs* monásticos é constante no livro de Martínez. Outro bispo ariano, Lucio, teve de ser protegido pelas tropas imperiais para assumir o cargo, no qual, aliás, não se sustentaria por mais que um ano (367). Voltaria em 373, mas

acabaria expulso, devido a novas badernas, em 378. Surge logo a pergunta ao leitor atento: entendia o populacho, mesmo esses monges nada ilustrados, as elevadas abstrações do debate? O historiador também colocará esta dúvida: “Temos dificuldade em conceber as paixões desencadeadas por disputas, aparentemente provocadas por questões teológicas de uma sutileza inacessível ao comum dos fiéis” (E. PERROY *et alii*, 1956: p. 45).

Muito provavelmente, o que poderia levar grupos populares, misturando trabalhadores pobres com vagabundos e mendigos, a se inflamarem ao chamado de bispos, padres ou monges, deveriam ser relações emocionais, partidarismos irracionais, talvez não muito diferentes desses que hoje em dia, volta e meia, envolvem torcidas de times de futebol em conflitos que podem levar até à morte de alguns torcedores. Aliás, não poucas arruaças políticas ou religiosas tiveram por estopim o que pareciam ser apenas choques entre torcidas rivais no Hipódromo da cidade, narra-nos Martínez.

Podia tratar-se também de adesão ideológica irrestrita e impensada, desses ou daqueles grupos turbulentos, a lideranças inflamadas e demagógicas, devido a profundas e irrefletidas motivações psicológicas de fundo cultural ou histórico, alimentadas por irados ressentimentos e acumulados recalques. Além dos monges, *fações* de agitadores, expõe Martínez, eram sustentadas, servindo às suas disputas de poder, por famílias aristocráticas, sacerdotes pagãos e, claro, bispos da Igreja. Outra SA² daqueles tempos eram os “parabalanos”, no início grupos encarregados de recolher e enterrar os mortos, logo também postos a serviço político e miliciano dos templos e igrejas que tiravam evidente *poder simbólico*, diria Bourdieu, quando não polpudas receitas dos enterros e dos cultos derivados.

Martínez, se apenas nos suscita a pergunta acima, dá-nos, por outro lado, uma rica e detalhada descrição dos vários segmentos e camadas que constituíam a sociedade alexandrina tardoinperial, certamente não muito distintos dos que poderiam ser encontrados em outras grandes cidades mediterrâneas. Não vamos cair no simplismo de buscar aí alguma clivagem bipolar de classe, como seria a gosto do marxismo vulgar. Para começar, alimentando os conflitos estava a disputa entre

pagãos e cristãos, os quais, já vimos, dividiam-se verticalmente, não horizontalmente, na sociedade. Haviam os chamados “colégios”, associações que reuniam diversos tipos de comerciantes, carpinteiros, sapateiros, marinheiros, pescadores, outros perfis de trabalhadores, encontradas em todas as cidades do Império, legalmente reconhecidas, dotadas de direitos e deveres, logo também desfrutando vantagens e desvantagens umas em relações a outras. Demarcadas por suas idiossincrasias profissionais, onde vicejavam preconceitos mútuos e invejas recíprocas, podiam ser facilmente manipuladas pelas forças em conflito. Bispos nicenos confiariam a um dos colégios de marinheiros, com os quais estabeleceram relações clientelísticas, a sua correspondência, logo articulação, internacional. Os arianos mobilizariam um dos colégios de comerciantes, num dos vários tumultos que fomentaram contra Atanásio.

Atravessando tudo isso, também as demarcações étnicas: judeus (muito influentes até serem expulsos em 415 nas mesmas arruaças que atingiriam Hipácia), frígios, lídios, egípcios autóctones etc. À volta, a massa de “proletários” vagabundos, mendigos, ladrões, outros *lumpens*, vivendo dos templos, das igrejas, das casas aristocráticas, servindo-as, nas facções, em troca de sustento ocioso, predispostas, na falta de melhor a fazer, a se envolverem em qualquer baderna. Por fim, mas não por último, a raiva silenciosa contra o domínio romano, depois bizantino, muito bem representado por tropas poderosas que não deviam perder qualquer oportunidade de mostrar quem é que mandava, sobretudo num Egito onde, apesar da helenização, mas muito concentrada em Alexandria, persistiam os traços literalmente pétreos de sua cultura milenar. Mesmo em Alexandria, um dos mais importantes templos, logo polo também de poder político, era o dedicado ao deus sincrético Serápis, uma associação entre o egípcio Osiris e o grego Dionísio. Em 391, esse templo será devastado por turbas cristãs, açuladas por Teófilo, que põem fogo em sua importante biblioteca, anexa ou extensão da de Alexandria, e arrastam pelas ruas da cidade, emulando um linchamento, partes desmembradas da gigantesca estátua do deus. Serápis juntou-se, simbolicamente no sacrifício, a Jorge da Capadócia, a Hipácia, ao niceno Protério (em 457), e a outros.

5. O fim de Hipácia – e da sua cultura

Hipácia, já disse, seguia a tradição neoplatônica, hegemônica na filosofia greco-latina depois do segundo século. Como em outras situações análogas, Martínez nos exhibe uma intimidade com autores, ideias, situações que, à falta de notas explicativas mais numerosas ou mais detalhadas, ou de alguns parágrafos mais substanciais, podem desorientar o leitor, mesmo culto mas não especializado. É fato, reconheça-se, que o texto não perde fluência, ao contrário, ganha elegância por isso, assim bem atendendo ao leitor menos curioso.

Originado justamente em Alexandria, o neoplatonismo teve em Plotino (205-270) o seu principal sistematizador, e em Jâmblico (245-325) outro de seus grandes nomes. Muito resumida e esquematicamente, sustentava a existência de um Ser supremo que se refletia na realidade conhecida e podia se expressar por muitas divindades e demônios – assim legitimando o panteão greco-romano e outros, orientais. Pregava o ascetismo: aquele que não lograva alcançar esse estágio supremo condenaria sua alma a se reencarnar em animais e plantas. Ambicionando um diálogo mais íntimo com os deuses, algumas de suas seitas aderiram à teurgia, isto é, práticas oraculares ou divinatórias, importadas da Caldeia ou mesmo herdadas da tradição grega. Martínez sustentará que a escola de Alexandria distinguia-se da de Atenas sobretudo por não aceitar, ao contrário desta, a teurgia.

Evidentemente, o neoplatonismo preparou os terrenos filosófico e moral para... o advento do Senhor. Em Alexandria, cristãos aristocráticos e intelectualizados frequentavam as aulas de Hipácia sem maiores conflitos, exceto talvez por elegantes polêmicas intelectuais. A maior parte do que sabemos sobre ela, devemos a um desses seus ex-alunos cristãos, o aristocrático bispo Sinésio da Cirenaica (370-413), cuja correspondência sobreviveu ao massacre dos tempos. Suas cartas para diferentes interlocutores, inclusive a própria filósofa, com muitas passagens reproduzidas por Martínez, nos dizem o que Hipácia ensinava, revelam as suas relações sociais e testemunham a sua influência política na cidade. Por elas e por outras crônicas desses tempos terminais tomamos conhecimento dos títu-

los e resumos das obras escritas por Hipácia, pois nenhuma delas chegou até nós.

Ela escrevia *comentários* – a Diofanto, a Apolônio, a Ptolomeu. Também seu pai e tutor, antecessor na direção da escola de Alexandria, Téon (335- 395), notabilizou-se por seus *comentários* a Euclides, Hiparco, Ptolomeu. Outros do mesmo século, em Alexandria, Atenas, Roma, demais centros importantes, dedicavam-se a comentar obras passadas, mais do que gerar conhecimento novo. O leitor estranha. O historiador responde: *decadência*.

Tal decadência é aflitiva em matéria científica. Alguns progressos nas aplicações práticas, não suscetíveis de serem superestimados, não podem dissimular o mais grave: o recuo e mesmo a abdicação do espírito científico voltado para a observação e a pesquisa através da curiosidade desinteressada e da obediência às leis da lógica. Como duvidarmos de que a principal responsabilidade por esta situação caiba ao primado que o homem atribui às preocupações de ordem religiosa? (AYMARD e AUBOYER, 1956: p. 58).

Bingo!

Prossegue:

Dominado pelo misticismo, o paganismo dá o exemplo, em primeiro lugar. Experimenta ele, efetivamente, e exprime antes de tudo, a tendência à efusão sentimental, a necessidade de união com o Ser absoluto: o conhecimento dos segredos do Universo não lhe parece desejável a menos que conduza a uma certeza melhor fundamentada no concernente à sabedoria divina; esta torna-se deplorável se desviar a alma das adorações que constituem seu principal dever e seu único reconforto (*idem, ibidem*).

Ora, terá Hipácia, mesmo distante das práticas teúrgicas, mesmo que Martínez busque sempre destacar o seu espírito lógico e científico, terá Hipácia ultrapassado esse limite próprio da sua época?

Continuando:

Mas tal atitude anticientífica encontra partidários mais ardorosos ainda entre os cristãos que, possuindo a revelação suprema dada pelo Livro, devem absorver-se no seu estudo. Fácil seria rebuscarmos entre os padres da Igreja declarações de princípio condenando inapelavelmente qualquer esforço dedicado a outros fins. Excepcional é o caso de São Basílio, aceitando reter algo das conquistas de antigamente, na medida em que elas permitam uma melhor compreensão da admirável obra do Criador.

A doutrina mais corrente é definida por Santo Agostinho, ao proclamar supérfluo tudo o que não se encontra na Bíblia: “Tudo o que o homem pode aprender fora dela encontra-se nela condenado se for nocivo, e nela está contido se for útil” (*idem, ibidem*).

Não foi exatamente isso o que também diria, dois séculos depois, o califa muçulmano Omar I (586-644) ao seu general Amrou que vinha de conquistar Alexandria e perguntava sobre o que fazer com os restos, ainda imponentes, da biblioteca que lá encontrara?

Com relação aos livros que você menciona, aqui está minha resposta. Se os livros contêm a mesma doutrina do Corão, não servem para nada, porque são repetitivos; se os livros não estão de acordo com a doutrina do Corão, não há razão para conservá-los (apud BAEZ, 2006: p. 70).

O que escapara à sanha dos cristãos nos tristes anos de Teófilo e Cirilo, os maometanos não se furtaram a reduzir definitivamente a cinzas, fazendo dos papiros de Platão, Hesíodo, Safo, de tantos outros e outras, talvez os de Hipácia, combustível para as termas da cidade.

Numa trágica ironia, o que se conhece, com riqueza de detalhes, da vida de Hipácia é o momento de sua morte, descrita por pelo menos três cronistas, sem discrepâncias maiores, nos cem anos seguintes. Sabe-se até o nome de quem liderou os “homens bestiais” (palavras de Damascio, um dos cronistas) que a despedaçaram: um certo Pedro. Era março de 415. Em meio a violências que envolviam judeus e cristãos, a filósofa é arrancada de sua liteira quando chegava em casa, arrastada pelas ruas até o átrio de uma igreja, onde é apedrejada, espancada, esfolada com conchas até morrer. Em seguida, seu corpo é esquartejado e queimado numa praça pública. Naqueles dias, o patriarca Cirilo estava às turras com o governador Orestes que, embora cristão, buscava se equilibrar politicamente entre os grupos e facções que agitavam a cidade. Tratava-se de clara disputa de poder entre uma Igreja já começando a enriquecer e buscando ampliar sua força secular, e um Estado ainda não de todo moribundo, sobretudo no lado Oriental. Orestes, ele também, quase fora linchado por bandos armados, em meio à mesma baderna, tendo sido salvo à última hora por um grupo de sensatos cidadãos. Hipácia man-

tinha, ostensivamente, estreita relação intelectual e política com o governador – logo, claro, para as línguas maledicentes, era sua amante, até mesmo insidiosa feiticeira a turvar-lhe a razão. Avistada por um bando de *hooligans* quando chegava tranquilamente em casa, tornou-se alvo fácil dos comandos vermelhos que apavoravam a cidade.

Cronistas cristãos daqueles tempos reconhecem, na morte de Hipácia, um símbolo da derrota pagã. Cirilo tornou-se o senhor de fato de Alexandria, dedicando-se nos anos seguintes a disputas, sempre encobertas pelas diferenças teológicas, com bispos de Constantinopla e de outras grandes capitais. Depois da tragédia, a Escola de Alexandria lograria sobreviver mediocrementemente até a chegada dos árabes, graças a acordos com a hierarquia cristã, inclusive pondo-se sob a direção de filósofos cristãos. A de Atenas, em 529, será fechada por ordem do imperador Justiniano.

A ofensiva contra os pagãos segue em frente, com nunca assaz suficiente violência. O que aconteceu no Egito, depois da morte de Hipácia, deve ter ocorrido também em outras regiões, sobretudo no Mediterrâneo oriental. Os monges Shenute de Atri, Macario de Tkov e outros vão se lançar com especial zelo à tarefa de destruir os templos pagãos que insistiam em sobreviver durante o século V e ainda no século VI. O paganismo não desapareceria suavemente pela palavra pacífica de piedosos pregadores cristãos. Conforme as detalhadas descrições que nos fornece Martínez, os evangelizadores não agiam diferentemente dos nossos contemporâneos talibãs, ou como já ensaiam entre nós, ainda sem o necessário ambiente a favor, os evangélicos pentecostais. Impunham-se pela força, sob os olhares complacentes do Estado, a cujas autoridades os pagãos chegavam a apelar, em vão.

A partir de meados do século V, “os cristãos submergem numa voragem de violência traduzida na perseguição aos pagãos, seu batismo forçado, retirada dos ídolos de seus templos, pilhagem de recintos sacros, apropriação de residências, não deixando aos pagãos, atemorizados, outra saída se não a fuga” (MARTÍNEZ, 2009: p. 336). Um sacerdote de nome Homero inaugurará a fogueira viva de carne humana que arderá por séculos (Martínez não nos informa a data exata, em meados do século V). E assim se instalou, em pouco mais de cem

anos, por toda a região mediterrânea, uma nova cultura, violenta, primitiva, obscurantista, esmagando, reduzindo literalmente a cinzas, uma brilhante civilização. A humanidade ocidental levaria quase mil anos para começar, apenas começar, a se recuperar desse cataclismo.

6. À guisa de conclusão: reflexões sobre o nosso tempo

Na década de 1970, sob a ditadura militar, o Brasil experimentou um processo de aceleradas transformações econômicas e culturais: tornou-se definitivamente um país industrializado e urbanizado, uma *sociedade capitalista de consumo*. Entre os muitos estudos que documentaram e atestaram o processo, o *Paraíso via Embratel*, de Luis Augusto MILANESI (1978), teve o mérito de retratá-lo em detalhe numa cidade do interior de São Paulo, Ibitinga, a cerca de 300 quilômetros da capital estadual. Milanesi flagrou o exato momento, no curso de poucos anos, em que o município foi engolfado pelo “progresso”, incorporado ao “desenvolvimento”, atraído para o “consumo”. De município rural, tornou-se urbano. De autoprodutor de boa parte dos bens necessários ao seu consumo doméstico, bem como da sua arte e lazer, tornou-se importador de “industrializados” e receptor da “indústria cultural” – nesta, claro, à frente, a televisão.

Mas as mudanças nunca são para todos e todas. Uma parte da população, seja porque não lograva se inserir nos empregos ou atividades necessárias ao consumo material e simbólico da sociedade (capitalista) que então se expandia, seja porque a essas mudanças resistia, por razões culturais ou psicológicas, tendia a ficar à margem do progresso, tendia a insistir em seguir vivendo conforme suas antigas rotinas e regras, embora já num ambiente produtivo e cultural onde não mais cabiam essas rotinas e regras. Esta contradição vai abrir espaço para o crescimento das seitas pentecostais:

Nesse purgatório, às portas do paraíso [do consumo], na miséria, promiscuidade, ignorância consequentes puderam vicejar novas modalidades de aproximação com o sagrado que nasceram do sofrimento e da aflição [...] O desespero da cidade conduz os indivíduos à busca do consolo em símbolos que os reaproxime do passado. O pentecos-

talismo tem uma formação grupal de irmandade que revigora o sentido de grupo, de ajuda mútua, de mutirão, existentes no campo. [...] Os “crentes” ostentam e agredem a cidade com um exterior que foge aos padrões urbanos. [...] Eles caracterizam-se pela ojeriza ao mundo, cinema, por exemplo, além da rejeição às tendências da moda [...] Os “crentes” imprecam contra o mundo, a cidade, e anunciam sua derrocada, apontando a salvação exclusiva: Jesus Cristo (MILANESI, 1978: pp. 163-164).

Os “crentes” são os novos monges pregando contra o Império capitalista do consumo, naquelas derradeiras décadas do século XX e neste alvo-recer do século XXI. Não somente eles. Também os talibãs e outros fundamentalistas muçulmanos, também outras denominações religiosas, os indús sikhs, os radicais judeus, ramificações xintoístas etc. Benjamin Barber reuniu-os todos sob a metáfora da *Jihad*, “oposição fundamentalista à modernidade que pode ser encontrada na maioria das religiões do mundo” (BARBER, 2003: p. 245). Essas seitas reacionárias “reagem lutando contra o presente em nome do passado; lutam por sua concepção religiosa de mundo contra o secularismo e o relativismo; lutam com todos os tipos de armas; lutam contra os ‘outros’ que são agentes de corrupção; e lutam em nome de Deus por uma causa que, por ser sagrada, não pode ser perdida nem mesmo quando ainda não está ganha” (*idem*, pp. 245-246). Cristãos e muçulmanos radicais não são muito diferentes, insiste Barber:

A devoção das comunidades dos subúrbios americanos pelas verdades do Novo Testamento não é menos ingênua do que o anseio dos mártires árabes pelas verdades contidas no Corão. Ambos desejam nascer novamente para nascer no passado, em época anterior àquela em que Nietzsche tentou nos convencer de que Deus está morto [...] defensores da moral, seja nos Estados Unidos, em Israel, no Irã, ou na Índia, não têm alternativa senão travar uma guerra contra o presente para garantir um futuro que seja mais parecido com o passado: não plural, monocultural, não cético, novamente encantado (*idem*, pp. 253-256 *passim*).

Não parecem essas ideias análogas, guardadas as diferenças próprias a cada época, àquelas de Crisóstomo e seus monges?

E a Ciência? Não é crescente, entre nós, a rejeição do espírito científico, a redução da Ciência – em

Bruno Latour ou Michel Foucault, por exemplo – a meras práticas discursivas, isto quando não se busca, com ares de seriedade, submeter suas descobertas e avanços aos desígnios de um *projeto divino* (“divine design”)? Já as ciências sociais e históricas que, com Marx, Weber, Keynes, Saussure, entre outros e outras, desconsideradas, aqui, as limitações, falhas, omissões, contradições, controvérsias que possam ser e devam ser apontadas nesses mestres fundadores, e por que fundadores; as ciências sociais que vinham incorporando cada vez mais rigor metodológico, conceitual, formal próprio da verdadeira ciência na medida em que amadureciam; já as ciências sociais não se tornaram, de repente, espaço para todo o tipo de discurso escolástico. Sokal e Bricmont (1999) demonstraram-no – empiricamente, frise-se – num estudo arrasador.

Discurso – este se torna o objeto do próprio debate quando o objeto já não deve ser mais a realidade concreta. Se Jesus é homem ou Deus, como prová-lo? Só pelo brilho da argumentação e sua armadura lógica interna, sem compromisso com a realidade objetiva. Como escreveu Frederic Jameson, numa passagem que poderia resumir toda a sua vasta análise da lógica cultural do capitalismo tardio, trata-se de

uma estética (ou convenção escrita, ou modalidade de *Darstellung*) para a qual emerge uma regra formal que determina uma espécie de banimento ou tabu da discussão teórica, da tomada de distância interpretativa do material, da apresentação de um balanço provisório e do sumário de “conclusões” a que se chegou até o momento. A elegância aqui consiste na construção de pontes interligando as várias análises concretas, transições ou modulações que sejam suficientemente inventivas para impedir a colocação de questões teóricas ou de interpretação. A imanência, a supressão da distância, deve, nesses momentos de transição, se apresentar de forma a manter a mente envolvida nos detalhes e na imediatez. Daí vem a sensação, após a leitura dos seus artefatos mais bem sucedidos, de espanto, de admiração pelo brilho da *performance*, mas também o desconcerto diante da conclusão do ensaio, de onde parecemos sair de mãos vazias, sem ideias ou interpretações que dele possamos retirar (JAMESON, 2006: pp. 202-203).

Se a prudência ainda não autorizará afirmar-se já estarmos em processo de decadência intelectual,

muitos elementos sugerem ao menos levantar-se a dúvida. Ou não será a ampla aceitação social de manifestações primais como o *funk* uma clara expressão da decadência artística de uma sociedade que já produziu de Bach a Stravinski ou Mahler, de Johann Strauss a Louis Amstrong, Glenn Miller, Beatles, Pink Floyd, para não falar nos nossos geniais brasileiros José Maurício, Villa Lobos, Pixinguinha, Cartola, Tom Jobim, Chico Buarque e tantos outros?

A periodização que o Ocidente impôs à História reconhece claramente que a derrocada do Império Romano não marcou apenas a substituição de algum Estado hegemônico por outro, mas uma profunda mudança em todo o padrão civilizatório: Antiguidade/Idade Média. Essa ruptura, porém, não ocorreu na China e suas áreas de influência, ou na Índia. Enquanto a Civilização decaía, sob o influxo cristão, no Ocidente, China e Índia, assim como os árabes a partir do século VII, seguiam impulsionando-a para a frente. Sabemos que, por volta do século XIV, a China era uma região muito mais avançada do que a Europa, sob qualquer ponto de vista. Assim como também o era o vasto mundo árabe, da Mesopotâmia à Península Ibérica, a quem devemos, apesar do obscurantismo inicial dos primeiros califas, a sobrevivência do que nos chegou das obras científicas e literárias da cultura greco-latina.

O Estado, a cultura, a civilização escravocrata ocidental chegaram ao seu limite de evolução e aprimoramento durante a ascensão e auge do Império Romano. Nos séculos III a V, essa civilização viveu a sua *crise geral*, como diriam, hoje, os marxistas a respeito do anunciado fim do capitalismo. Não a sucedeu uma civilização superior. A cultura, dominada pelo obscurantismo cristão, retrocedeu em todos os campos: na ciência, na literatura, nas artes plásticas, na política. Sobre as artes e a cultura em geral, num “Ensaio sobre a fraude”, o jornalista Mino Carta, após nos dar vários exemplos da “imbecilização do mundo”, lembra que gregos e romanos já conheciam a perspectiva, reinventada mil anos depois por Filippo Brunelleschi (1377-1446) e Leon Alberti (1404-1472) (CARTA, 2009). Na política e na Justiça, apesar dos seus pesares, o Estado greco-romano nos legou o ideal de *democracia* e princípios jurídicos básicos que nos orientam até

hoje, como o sabe qualquer estudante de primeiro ano de Direito. Já os estados bárbaros cristianizados que se implantam tão logo ruiu Roma não passavam, apesar dos títulos pomposos de *rex* ou *dux* que a si se davam os seus chefes, sob as bênçãos de padres e bispos, de territórios dominados por autênticos *bandidos*: grupos armados impondo pela violência, pelo saque, pelo estupro a sua vontade sobre homens e mulheres pacíficos e apavorados que viviam em algum pedaço de território: “a Europa ocidental, no início do século VIII, é uma [...] terra de violência, dominada por uma aristocracia inculta, turbulenta, ávida de prazeres grosseiros e que poder algum consegue disciplinar” (PERROY *et alii*, 1956: p. 126).

“Não existe Estado bárbaro”, dirá Michel Rouché,

pois a barbárie [...] convém a soldados que estre-mecem à menor injúria e só conhecem sentimentos violentos. São de uma grosseria brutal, embriagam-se com facilidade, empanturram-se até vomitar e principalmente pilham e à sua volta só deixam terra vazia (ROUCHÉ, 1991: p. 405).

O rei não passa de um chefe de guerra, o reino é sua propriedade pessoal, conquistada após vencer outros chefes de guerra e se apossar de suas respectivas propriedades, com as pessoas e animais que lá vivessem. Ao morrer, “dono do butim e da terra conquistada, todos os seus bens são divididos em partes iguais, entre os herdeiros como uma propriedade privada” (*idem*, p. 406). O território conquistado se fragmenta, os herdeiros e filhos dos herdeiros, bem como seus prepostos intitulados duques ou barões, guerreiam entre si para mais sofrimento da população trabalhadora não combatente. Em algum momento, um novo chefe, mais implacável, poderá restaurar a unidade de um grande território. Assim se chega, lá na frente, por exemplo, a Carlos Magno.

Não lembrarão esses bandos, guardadas as diferenças de época, as atuais facções e milícias que dominam militar e territorialmente, sob bênçãos de pastores e pastorais, as favelas cariocas ou paulistas? Ou as quadrilhas narcotraficantes que aterrorizam o México e outros países da América Central? Ou os senhores da guerra em várias regiões da África? De todos, o mais exitoso e, por isto mesmo,

o mais simbólico deles é o talibã afegão, o primeiro a lograr assumir o controle de todo um Estado, submetendo sua população, com horripilante violência, ao terror de suas “leis” medievais.

E o que dizer dessa solidariedade ongueira “global”, desse ativismo assistencialista de jovens e não tão jovens membros das classes médias consumistas em missões nas regiões desertas de capitalismo, longe das cidades pelas quais exibem um afetado desprezo, consolando os miseráveis, distribuindo-lhes migalhas do “supérfluo” que desfrutavam, nada os mobilizando, porém, para transformar as reais condições que produzem e reproduzem a pobreza e a exclusão? Não lembram aqueles primeiros cristãos de classe média greco-romana repartindo o pão que mesmo o evergetismo aristocrático não levava para todos?

Se um ensaio nos permite livre pensar, estariam, pergunto, vivenciando o início de um processo que, depois de mais um ou dois séculos, levará a nossa civilização a uma nova barbárie como aquela experimentada pelos europeus nos séculos que se seguiram à queda do Império Romano? Não coloco um tema novo. “Socialismo ou barbárie?” é título de panfleto célebre da revolucionária Rosa Luxemburgo.³ “O século XXI – socialismo ou barbárie?”, voltou a perguntar, mais recentemente, o filósofo István Mészáros (2003). Umberto Eco, do alto de sua vasta cultura medievalista, também nos desafiou a pensar se não estaríamos a caminho de uma *Nova Idade Média* (ECO, 1984). O ataque dos Boeings às Torres Gêmeas já foi comparado às invasões bárbaras em filme que descreve, no seu leito de morte literal e metafórico, o fracasso e desilusão de filósofos um tanto epicuristas, reunidos graças ao dinheiro corruptor de um jovem já rendido ao cinismo opulento dos tempos atuais.⁴

Ou seja, terá o Império estadunidense destino similar ao romano, sem que, no entanto, o futuro, como sonhavam os revolucionários novecentistas, nos prometa um novo estágio civilizatório mais avançado, mas, antes, um novo retrocesso, violento, primitivo, obscurantista, anticientífico? Ou ainda não esgotou o capitalismo o seu potencial de renovação e expansão, estando aí chegando a China, como sugere Arrighi (1996) em estudo exemplar, para dar-lhe novo impulso civilizatório? Não viveremos para sabê-lo.

Poderia a história de Hipácia, o resgate do mundo em que viveu, nos servir de lição para o mundo que podemos estar legando a um futuro não muito distante – 100 anos? 150 anos? Está certo: nem mesmo quem esteja nascendo neste preciso momento em que estas linhas são escritas viverá para testemunhá-lo. No entanto, a vida e a morte de Hipácia mostram como às vezes também, no curso de uma única geração, inesperadamente, a história pode acelerar o seu curso. As placas tectônicas que se vinham movendo imperceptivelmente, súbito explodem num terremoto histórico devastador. E algum fato, resolvido em poucas horas, embora dramático mas não de todo infelizmente incomum em qualquer época, pode exibir de forma lapidar as entranhas do verdadeiro mundo que está por vir. Àquela época, alguns cronistas, citados por Martínez, se escandalizaram, perceberam sua importância e horror, mas quem terá de fato entendido toda a dimensão histórica do que então acontecia em Alexandria e no restante mundo mediterrâneo? Hoje, já temos 2 mil anos acumulados de história, deveria ser suficiente para nos permitir melhor meditar a respeito de fatos similares no nosso tempo. Por exemplo: as posturas tíbias, quando não oportunistas, para não dizer coisa pior, de Dilma Rousseff e, sobretudo, de José Serra e sua esposa, na última campanha eleitoral, quando da ofensiva obscurantista de católicos e evangélicos, pautando temas que, absolutamente, não caberiam numa eleição para presidente de um Estado republicano e laico. Naquele momento, teria sido obrigação de *ambos os candidatos*, bem como também dos meios de comunicação, repudiar vigorosamente aquelas prédicas, não com elas pactuá-las. Agindo como agiram, entregaram mais alguns territórios aos bárbaros...

NOTAS

¹ Modernamente, sobretudo depois de consagradas por Karl Marx, as expressões “proletário” e “proletariado” referem-se à classe operária fabril e, por extensão, aos trabalhadores subalternos em geral. Embora a expressão, no seu sentido de “desposuído” ou “não proprietário”, remeta ao proletariado romano antigo, haverá uma diferença fundamental de significados para o mesmo significante: o proletariado no mundo escravagista romano constituía-se em uma grande camada social de homens livres, porém, por isto, *não trabalhadora*. Ociosos ou, no máximo, dedicados a pequenos serviços ocasionais, o proletariado vivia basicamente dos favores do Estado e de donativos distribuídos por aristocratas, sacerdotes, outros abastados.

² *Sturmabteilungen*, tropa de choque formada em sua maioria por *lumpens* que teve papel importante na ascensão do nazismo alemão ao intimidar pela violência os adversários de Hitler.

³ “Socialismo ou barbárie”, disponível em <http://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1915/junius/cap01.htm>, acessado em 14/01/2011.

⁴ “Invasões bárbaras” (*Les invasions barbares*) é um filme de 2003, do diretor ca-

nadense Denys Arcand, que narra os últimos dias de vida do professor Rémy, cerca de 50 anos, devastado por um câncer terminal, num hospital público do Canadá. Rémy fora um intelectual de esquerda no início da vida adulta, seu filho Sébastien, que vem visitá-lo e com quem mal se relacionava, é um muito bem-sucedido especulador financeiro, em Londres. Graças ao dinheiro, corrompendo funcionários e sindicalistas, Sébastien consegue colocar o pai em ótimas e privativas acomodações dentro do próprio hospital público, e reunir à volta dele os seus antigos e mais chegados amigos e amigas de política, tertúlias intelectuais e promiscuidade sexual, personagens também de um filme anterior do mesmo diretor, "O declínio do Império Americano". Enquanto rememoram suas vidas e comentam suas desilusões, sem que prestem muita atenção numa televisão, ao fundo, as imagens mostram as cenas dos ataques do 11 de setembro às Torres Gêmeas, com um desses "especialistas" midiáticos comentando que se tratariam de novas "invasões bárbaras".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*, Rio de Janeiro: Contraponto/UNESP, 1996.
- AYMARD, A. e AUBOYER, J. "Roma e seu Império", in M. CROUZET (Dir.), *História Geral das Civilizações*, Tomo II, 3 vols., São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1956.
- BAEZ, Fernando. *História universal da destruição dos livros*, Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- BARBER, Benjamin R. *Jihad vs McMundo: como o globalismo e o tribalismo estão transformando o mundo*, Rio de Janeiro: Record, 2003.
- BROWN, Peter. "Antiguidade tardia", in Paul VEYNE (Org.), *Do Império Romano ao Ano Mil*, Coleção "A História da Vida Privada", dirigida por Philippe Ariès e Georges Duby, vol. 1, São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- CARTA, Mino (2009). "Ensaio sobre a fraude", *Carta Capital*, ano XV, nº 552, 1/07/2009, pp. 76-79.
- ECO, Umberto. "A nova Idade Média", in U. ECO, *Viagem à irrealidade contemporânea*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*, São Paulo: Atica, 2006.

MARTÍNEZ MAZA, Clelia. *Hipatia: la estremecedora historia de la última gran filósofa de la Antigüedad y la fascinante ciudad de Alejandría*, Madrid: La Esfera de los Libros, 2009.

MÉSZÁROS, István. *O século XXI: socialismo ou barbárie?*, São Paulo: Boitempo, 2003.

MILANESI, Luis Augusto. *Paraíso via Embratel*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PERROY, E. et alii. "A Idade Média: a expansão do Oriente e o nascimento da civilização Ocidental", in M. CROUZET (Dir.), *História Geral das Civilizações*, tomo III, vol. 1, São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1956.

SOKAL, A. e BRICMONT, J. *Imposturas intelectuais*, Rio de Janeiro: Record, 1999.

ROUCHE, Michel. "A alta Idade Média Ocidental", in Paul VEYNE (Org.), *Do Império Romano ao Ano Mil*, Coleção "A História da Vida Privada", dirigida por Philippe Ariès e Georges Duby, vol. 1, São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VEYNE, Paul. "O Império Romano", in P. VEYNE (Org.), *Do Império Romano ao Ano Mil*, Coleção "A História da Vida Privada", dirigida por Philippe Ariès e Georges Duby, vol. 1, São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

versus
ACADÊMICA

www.versus.ufrj.br

From Veblen to Chang in Institutional Economics

Kirsten Ford*

Abstract

The term “Institutional Economics” has been applied to some of capitalism’s strongest critics as well as its most ardent apologists. This paradox in terms has bred contradictory literature in development economics, some declaring the death of this line of thought while others herald its resurgence. In examining the roots of Institutional economics, this paper attempts to disentangle the ambiguity surrounding this label. The Institutional Political Economy of Ha-Joon Chang will then be examined as a return to Institutionalism’s radical roots in development economics. Concluding remarks suggest that this approach is capable of encompassing gender as an analytical category, an extension that would improve the ability of policy makers to assess the impacts of macroeconomic policy.

Introduction

A quick glance at development literature can leave the reader with no thought other than “institutions matter.” However, such a thought should not be taken for granted. What once was precluded from economic lines of inquiry as a consequence of the stale, lifeless notion of isolated economic man, has traversed the distance from Classical Political Economy, to the center of policy making with the likes of J. R. Commons and others, relegated to the underbelly of heterodoxy, and more recently, has basked in the limelight of mainstream economics. Indeed, Philip A. Klein pronounced that in spite of Paul Samuelson’s declaration of the death of Institutionalism, “in the field of development Economics the victory has been so complete that many economists fail to realize it or to credit Institutionalists with contributing any part of the current analytical framework of development economics.” (Klein 1977, 785) However, a review of Institution-

* University of Utah, BUC 4. kirsten.ford@economics.utah.edu.
Thanks are owed to Dr. Nilüfer Çağatay for her comments on an early draft of this paper. As usual, all disclaimers apply.

nal literature reveals a remarkable difference in the way in which institutions are viewed, the function of private property, and policy implications that result. This is the consequence of a bifurcation in Institutional economics, resulting in the categories of Old Institutional Economics and New Institutional economics, or OIE and NIE, respectively. This paper examines what distinguishes the “old” from the “new,” concluding that only the former is capable of challenging the existing power relations at all levels of inequalities.

The remainder of this paper will be divided into four sections. The first section will survey Veblen’s Institutional economics, considered to be the foundation of the radical line of Institutional economics. The next section considers the work of Douglass North and Oliver Williamson, as the originators of NIE. Having so established the distinguishing features of the two schools of thought, Ha-Joon Chang’s Institutional Political Economy will be explored as a return to Veblenian Institutionalism in the field of development economics. Concluding remarks will suggest an extension of this method to encompass gender as an analytical category.

The Economics of Thorstein Veblen

Veblen’s Institutionalism is rooted within a Darwinian framework, hence he considered himself pioneering an “Evolutionary Economics.” (Veblen 1898) Such an endeavor was in direct response to Marginal Utility Theory, or, in his chosen vernacular, “hedonist” economics. Therefore, in order to understand what Veblen wished to construct, it is useful to first understand what he meant to tear down.

Veblen brandished the term “neo-classical” ostentatiously at marginalist economics – what he considered to be the maladroit child of the “classical” economics of the nineteenth century. While he dismisses both lines of economics as teleological and inconsistent in moving from cause to effect within their own theoretical underpinnings, he is more critical of the neoclassical school, which “is confined within narrower limits and sticks more consistently to its teleological premises.” (Veblen 1909, 621) As is typical of Veblenian sardonicism,

his insult swung too high, and marginalist economists embraced and adopted the term. (Chavance 2008, 8)

His critique was complete, arguing that it is ahistorical, “of a wholly static character,” and unable to comprehend the world in which it exists. (Veblen 1919, 232) This, he argues, is a necessary outcome of an analysis that takes what *is*, as *given*. Such a starting point renders neoclassical economics non-scientific, shutting off lines of inquiry where they should begin. Limited to the narrow range in which values adjust to a given situation, it is incapable of grasping origin or human historical movement, perceiving only constraints posed by the bounded economic circumstance so assumed. A theory of price emerges, but “as to the causes of change or the unfolding sequence of the phenomena of economic life they have had nothing to say hitherto; nor can they, since their theory is not drawn in causal terms but in terms of teleology.” (Veblen 1909, 621)

In proceeding from a reductionist methodology, neoclassical economics is at once thwarted from analyzing the foundation of habitual action from the perspective of the system as a whole, precluding true understanding of sensuous human activity. “Hedonistic man” moves through space and time without pulse or consciousness. He is:

“a lightning calculator of pleasures and pains, who oscillates like a homogenous globule of desire of happiness under the impulse of stimuli that shift him about the area, but leave him intact. . . He is an isolated, definitive human datum, in stable equilibrium except for the buffets of the impinging forces that displace him in one direction or another. . . When the force of the impact is spent, he comes to rest, a self-contained globule of desire as before.” (Veblen 1919, 73)

Thus, humans are not a living process. They are but matter, with exogenously given preferences and void of the human relations of which the social fabric is spun. Institutions are “taken for granted, denied, or explained away.” (Veblen 1909, 622) Such an abstraction yields a theory lacking correspondence to reality, defeating the purpose of theoretical modeling. From this perspective, Ludwig Feuerbach’s critique of the “speculative” Hegelian philosophers who “pluck out their eyes that they

may see better" may just as well have been written by Veblen in view of utilitarianism. (Feuerbach 1989, xiv) In economic theory the stakes of such abstraction are high, above all when a school enjoys the status of the dominant paradigm and so persuades policy.

For Veblen, human and economic development can only be understood in terms of growth and change, therefore a true understanding of economic phenomena requires that nothing be taken as given. (Veblen 1898) What *is*, is not eternal, existent from time immemorial. The web of relations, material conditions, and institutional structure within which we carry on the life process has origin, sculpted in time and culture, constituting its present form. Questions of the life-history of human activity are questions of cultural growth, which for Veblen, in true Darwinian fashion, is a process of non-teleological cumulative causal sequence.

From this perspective, an inquiry into institutions and their role in cultural growth is central. For Veblen, institutions are the customs and "settled habits of thought common to the generality of man." (Veblen 1919, 239) As such, these evolutionary elements are rooted in culture and explain the historical movement of social structures. These social norms and customs become solidified into institutions, which in turn come back and shape our customs and habits of thought. In stark contrast to hedonistic man with exogenously given preferences, these customs and habits of thought are changing endogenously over time. This complex causal relation between individuals and institutions underlies Veblen's notion of cumulative causation, which emphasizes sequential change and the cumulative nature of these changes, a "theory of a process of cultural growth as determined by the economic interest... of a cumulative sequence of economic institutions stated in terms of the process itself." (Veblen 1898, 398)

Following Bernard Chavance, Veblenian causation can be understood as a type of "recursive causation." (Chavance 2008) While a "linear" notion of causation follows cause to effect and considers its work complete, recursive causation continues, bringing to light the influence effect has on cause. Veblen tells us that human life "is a struggle for existence, and therefore it is a process of selective

adaptation. The evolution of social structure has been a process of natural selection of institutions." (Veblen 1994, 188) In understanding his complex causality we can see that institutions are both object *and* factors of selection in this process of selection. "Institutions are not only themselves the result of a selective and adaptive process which shapes the prevailing or dominant types of spiritual attitude and aptitudes; they are at the same time special methods of life and of human relations, and are therefore in their turn efficient factors of selection." (1994, 188) Thus, preferences become "endogenized" in this evolutionary process. (Chavance 2008)

Once this cumulative causation is understood, it becomes clear that Veblen's rejection of methodological individualism in no way implies that the study of human beings is outside the scope of understanding economic phenomena. Indeed, it is variation in cultural customs and habit that gives motion and change to social structures. "Changes in the material facts breed further change only through the human factor. It is in the human material that the continuity of development is to be looked for; and it is here, therefore, that the motor forces of the process of economic development must be studied if they are to be studied in action at all." (Veblen 1898, 388) Once this is understood we can see that Veblen was neither purely holistic, nor purely reductionist, but moved between the social whole and the individual with methodological consistency. (Hodgeson 2004)

In order to fully understand Veblen's approach to economics and growth, it is important to grasp his theory of human nature, which he emphatically rejected as static. The way in which Veblen accounts for human *active* nature is in his theory of instincts. (Hessian and Sardy 1969) According to Veblen, humans have certain innate instincts that embody both potential and propensities. These instincts are genetically and culturally inherited and conditioned, and are more or less manifest depending on the particular historical and material conditions individuals reside in, which is to say, human nature adapts to the demands of the situation.

These instincts fall into two general categories: those which are advantageous to the social whole and those which are injurious. Among the former are the instincts of parental bent, idle curiosity,

and workmanship. The latter set of instincts include predatory behavior, arrogance, and emulation. One of the main drivers behind human behavior is status, and the instinct of arrogance compels individuals to put this into evidence by making invidious distinctions. However, that which bestows status, and the form that invidious distinction takes, is dependent on historical circumstance. For example, in primitive communal societies the instinct of workmanship (a taste for effective work and distaste for "futile effort") was a point for invidious distinction. An individual demonstrated efficiency by doing work that promoted survival of the group. With the dawning of economic surplus cultures became warlike societies, bringing the predatory instinct into dominance. Aggression, seizure, and plunder became the "accredited form of action," and a conspicuous display of ill-gotten gains became the way to put status into evidence. As a result, an invidious distinction between exploit and industrial employment was created, and engagement in industrious behavior became socially inferior and "irksome." (Veblen 1994)

For Veblen, economic growth in capitalism is threatened by the dominance of the predatory instinct, as it breeds inefficiency and waste. His notion of growth rests in his evolutionary system and cumulative causation. Therefore, his concern was not with short run fluctuations in output, but rather one of long run structural change and the *composition* of output. Thus, increased output is not a sufficient condition for economic development. For sustained growth to occur, output must be of the type that smoothes the progress of technological advancement. (Hessian and Sardy 1969) This is critical for Veblen because in the very process of growth, the institutional fabric of the economy is transformed. Technology is itself an institution, as both object and factor of selection, shaping capitalist institutions and the social mind-set. As Veblen elucidated, "the mechanical equipment and the standardized processes in which the mechanical equipment is engaged. . . embodies not the manual skill, dexterity, and judgment of an individual workman but rather the accumulated technological wisdom of the community." (Gruchy 1958, 161) From this view, technological progress has an

evolutionary function, challenging existing institutions and the power relations embedded in them.

However, Veblen did not maintain that the mere appearance of some new technology would directly bring about the new institutions that would allow for the full effect of technological progress. He recognized an institutional stubbornness, making economic growth a strained and often broken process. The difficulty lies in what he termed institutional lag. This is the observation that there is ever a gap between today's institutions and the current needs of society. "Institutions are products of the past process, are adapted to past circumstances, and are therefore never in full accord with the requirements of the present." (Veblen 1994, 191) Given that each step in institutional evolution is shaped by what was before, cumulative causation necessarily entails institutional inertia. This is exacerbated by an inherently antievolutionary element that tenaciously resists progressive tendencies. Social inertia, or "past-bound drag of cultural habit wedded to privilege" is solidified in the present in what Veblen called "imbecile institutions." (Jennings and Waller 1994, 110) Those in power are capable of impeding new social interpretations that would allow society to address the needs of today, and their imbecile institutions rationalize their power position, spilling over into the attitudes of those lower in the social strata. Veblen recognized that neoclassical economics in all ways fits this bill, hence his scathing critique of its method. "They are principles of action which underlie the current, business-like scheme of economic life, and as such, as practical grounds of conduct, they are not to be called in question without questioning the existing law and order." (Veblen 1909, 626) In other words, the neoclassical paradigm functions as an apologia for the existing state of affairs. To question its validity is to question nothing short of the whole of society, and the power relations therein.

Veblen illustrates the way this power elite acts as an antievolutionary element to social progress in his *Theory of the Leisure Class*, which demonstrates the role and extent to which the leisure class, a refined version of yesterday's predatory class, affects the social structure. Put simply, there occurs a "selective elimination" of individuals that dare chal-

lenge the status quo. That is not to say that those who recognize institutional lag and the “imbecile institutions” that perpetuate unhappy social relations are entirely eliminated – this would remove the variation required for an evolutionary system. But it does highlight a significant source of rigidity in terms of institutional adaptation.

When the invidious distinction of a society is attached to non industrious occupations, as is the case in capitalist enterprise where the predatory instinct dominates “captains of industry,” economic growth is threatened. The upper tier of the social strata gain prestige by putting their lack of engagement in productive work on conspicuous display, engaging in conspicuous consumption (a conspicuous waste of goods) and conspicuous leisure (a conspicuous waste of time). This lifestyle establishes a standard of living for all of society, changing general habits of thought and disseminating an ideology of inefficiency and waste throughout the culture. In this regard Veblen astutely recognized the antirevolutionary nature of society *in general*. From this perspective the lower social strata, engaged in productive efforts, not only face obstacles to bringing about social change with the barrier of imbecile institutions, they simply do not wish to revolt against those who hold the power. Rather, they aim to become one of them. Should this effort fail, which it most certainly will, they will at least attempt to look and act like them through pecuniary emulation of conspicuous waste and leisure.

Returning to his notion of economic growth, Veblen saw the *potential* in new technology to eventually corrode imbecile institutions and restructure society in conformity to its needs. This is a potential because Veblen saw no reason that it had to unfold this way. As a result of complex and cumulative causality, Veblen saw human history evolving in a “blind drift,” or in the manner of path dependence. (Jennings and Walker 1994) That part of the population which is immediately in contact with the technological process would have the instinct of workmanship more strongly expressed in their nature, and consequently would develop a matter-of-fact way of viewing their world. This class would necessarily recognize the inefficiency of the captains of industry, and would ultimately take

over the productive process to ensure efficiency in production. (Veblen 1990) Veblen did not conceive of this as a swift or seamless process, and lamented the considerable waste that society would incur in this evolutionary unfolding. He saw only two paths the United States could pass over: a road to socialism, or a road to complete fascism. (Gruchy 1958) This latter road would be the consequence of assiduous exploitation of the working masses by the vested interests.

Those who followed the Veblenian tradition, termed OIE, carried on many of his themes; placing institutions at the center of analysis, recognizing the role of technology in growth and the non-automatic nature of its dissemination, and the centrality of cumulative causation in economic development. However, from this they extracted an optimism rather than pessimism. For these Institutionalists a third road appeared on the horizon, one in which the human element in the recursive causation between individuals and institutions plays an active role in eroding imbecile institutions. Economists such as Clarence Ayres, J.R. Commons, and Wesley Mitchell saw the Veblenian insight as one in which policy could be the tool to fashion capitalist institutions in a way that would promote efficiency and limit its tendency to reproduce and deepen economic inequality.

As Paul M. Sweezy points out, “Veblen treated the United States as the prototype of an advanced capitalist society, just as Marx, writing earlier, had assigned that role to Great Britain.” (Sweezy 1958, 177) He may well as have said this of Veblen’s earliest disciples, who “used the U.S. economy almost exclusively as their geographic unit of analysis.” (Peach 2003, 128) However, over time Institutionalism did begin to gain a global perspective as economists like John Kenneth Galbraith and Wendell Gordon began to apply the institutional paradigm into their studies of development and international economics, and economists outside the U.S., notably Nobel Laureate Gunnar Myrdal, also made use of the institutional framework to discuss international economic issues. (Peach 2003) From basking in the limelight of U.S. economic policy in the early part of the twentieth century, to marginally existing on the fringes of heterodox economics by the latter half, this “Old Institutionalism” has nonethe-

less survived to inform modern economists who are attuned to its basic tenets. As will be discussed below, it has made a particularly useful reemergence in the field of development economics.

However, not all Institutional economics are created equal. By the mid 1970s a development in economic thought bearing the name "Institutional" emerged from a paradoxical source: Veblen's so-called "neo-classical" economics. Appropriately, it was a qualified institutionalism, lest it be dismissed as a return to a radical Veblenian school, and thus New Institutional Economics, or NIE, was born.

New Institutional Economics

The names Douglass North and Oliver Williamson have become synonymous with this branch of economics. Broadly speaking, the assumptions underlying this deductive school of thought are the existence of certain institutions because they have the lowest transaction costs, and the notion that institutions should be envisaged as the interactions of individuals from which institutions emerge. Although at times there may be some recognition of endogenized preferences through the influence of institutions, this typically enters in ad hoc and fails to be fully wed to theory. For methodological legitimacy to be maintained, analysis begins with *Homoeconomicus*, justifiable as an "Ideal Type" in the vein of Max Weber. According to Malcolm Rutherford the fundamental distinction in outlook "shows up in the tendency of new Institutionalists to see the development and functioning of institutions largely in efficiency and economizing terms. . . as opposed to the old Institutionalists who tends to see many other social and political factors (status, group identity, ideology, and economic and political power) as also involved." (Rutherford 1995, 444)

For Williamson, emphasis is placed on transaction costs, adapted from Coase's theory of the firm. This necessarily entails a study of individual action and rationality. As will be seen with North as well, one of the first tasks Williamson sets for himself is a reevaluation of the notion of strict rationality of methodological individualism. This is achieved with a "bounded rationality," such that

the individual agent, in pursuing his own self-interest, is limited by his own incapacity to perfectly predict the risks and uncertainties implicit in contract agreements. In his own words, this rationality "refers to rate and storage limits on the capacities of the individuals to receive, store, retrieve and process information without error." (Williamson 1973, 317) In contrast to Simon Herbert's bounded rationality, which results in satisficing behavior in the individual, Williamson's usage of this concept is terminal in transaction costs. Additionally, the individual is thoroughly infused with "opportunism," which is "an effort to realize individual gains through a lack of candor or honesty in transactions." (Williamson 1973, 317) Though coercion is not within this individual's given motivation set, he is "farsighted" in terms of his outcomes and will conceal or bend information to the other party in pursuit of his best outcome, thus yielding high costs in transaction.

The institution of interest to Williamson is the "governance structure," which is where transactions and negotiations occur. (Williamson 1998) When specific investments must be made by either buyer or seller in a transaction, a problem of "asset specificity" arises. It becomes more cost efficient for these two parties to merge than remain separate and incur rising transaction costs. This "mutual dependence" therefore occasions the need for a governance structure capable of organizing their activities. Changes in these structures change the comparative costs, such that the "institutional environment is a 'shift parameter' – a datum for the actors." (Groenwegen et al. 1995, 470) Although he recognizes agents as they may try to influence legal institutions, this is not decisive to his analysis. In the end, this leads him to praise the "institutional reforms" of the Washington Consensus, which place private property and contract enforcement at the heart of the policy agenda. (Herrera 2006)

Similar to Williamson, Douglass North wishes not to replace neoclassical theory, but rather to "build on, modify, and extend" it in order to incorporate a theory of institutions into economics. (North 1993) He maintains the assumptions underpinning microeconomics of competition for scarce resources, and therefore sees the study of economics as a theory of choice subject to constraints.

For North, institutions should be central to any economic theory as they are the critical constraints individual agents face in achieving their objectives. Drawing upon Coase, he sees institutions formed by economic agents in order to decrease uncertainty in exchange, and he emphasizes the connection between neoclassical theory, institutions, and transaction costs:

“The neoclassical result of efficient markets only obtains when it is costless to transact. When it is costly to transact, institutions matter. And because a large part of our national income is devoted to transacting, institutions and specifically property rights are crucial determinants of the efficiency of markets. [Coase’s] insight is the key to unraveling the tangled skein of the performance of economics over time, which is my primary concern.” (1993, 2)

What we see from this statement is that the assumptions underlying neoclassical economics are not incorrect *per se*, but rather that we live in a world of asymmetric information and therefore market imperfections. If this could somehow be rectified, institutions would cease to be of economic relevance. This stands in stark contrast to a Veblenian understanding of the nature of institutions. As fundamentally social beings who must organize in order that production takes place, institutions are the very substance of human life. Thus, from a Veblenian perspective the phrase “institutions matter” goes without saying, and necessitates no qualification. (Veblen 1898a)

However, working from a framework that places individuals as the proper starting point for analysis, North accomplishes his task of incorporating institutions into the neoclassical paradigm by modifying “instrumental rationality,” as this is the element he pinpoints as the source which causes institutions to vanish from neoclassical analysis. Under its strict assumptions, individuals operating on the basis of instrumental rationality necessarily act on the basis of optimization, with the choice of ends as given. In such a scenario there is no need to discuss the role of institutions, they simply do not enter analysis. But as has already been established, in our lamentably imperfect world (lamentable on the grounds that we have not achieved perfect competition), “institutions matter.” North looks for his modification to the strict rationality of methodological individualism in the way in which human beings process information.

According to cognitive science, humans possess mental modes that allow them to understand their world. These are bestowed upon us through culture, which articulates values, norms, and custom, as well as through our experiences within our “local” environment. In this way variation in mental modes and world perception can be accounted for. Individual action stems from these mental modes, and can be altered if presented with an experience that contradicts what would have been expected on the basis of these modes. This results in “multiple equilibria.” As a result, world perceptions are limited and vary widely from one individual to the next, creating an environment riddled with asymmetrically held information and an inability to process all the necessary information required for transparent and harmonious exchange. Returning once again to Coase, information bears a high price in this environment, and it is this in combination with contract enforcement costs that the costs of transaction are determined. The upshot of this line of reasoning is that institutions, in order to reduce the uncertainty inherent in exchange, are born of transaction costs.

What has emerged is a linear causality: from individuals to institutions. Not surprisingly then, North has a different conception of institutions. They are, “the rules of the game of a society, or more formally, the humanly-devised constraints that structure human interaction,” which entail both formal, and informal institutions, as well as the “enforcement characteristics of both.” (1993, 5) These he distinguishes from organizations, which are the “players,” grouped together by function and purpose. For example, firms, labor unions, churches, political parties, all fall under organizations. Institutional change, or “modification,” then takes place based upon individual maximizing behavior. If individuals believe they can improve their outcomes by reorganizing the terms of exchange, they will do so, and incremental, path dependent institutional change transpires. In a notion that reminisces of Veblen’s imbecile institutions, North argues that the individuals and organizations with bargaining power in a society are also the agents that have a stake in maintaining the system. The consequence he sees to this is that an economy on an “inefficient” path will persist on

this as a result of the institutional inertia the privileged are able to sustain.

For North, the primary driver of institutional change and economic growth is not the engineer that Veblen saw such revolutionary potential in, but the entrepreneur within an organization. Entrepreneurial "learning" dictates both the rate and direction of economic change. While North does grant Veblen an element of "idle curiosity," he does not factor it into his motivations for invention and innovation. His purpose is to give an "institutional/cognitive story" of economic change in the long run. The true source is to be found in the neoclassical assumptions that stand at the base of the New Institutional Economics. The more competitive is a market, the higher the rate of learning and the faster will economic change occur. The type of learning that takes place governs the direction in which economic change moves, and is a reflection of the mental modes of the individuals involved and the incentive structure as determined by the institutional framework. The primary incentive structure is, of course, strong property rights.

What North gives us then is a radically conventional story of the entrepreneurial spirit motivated by pecuniary gain, nurtured and made stronger with the institution of private property. David Landes perhaps captures the essence of this perspective when in looking at weak property rights in history he remarks, "Today of course we recognize that such contingency of ownership stifles enterprise and stunts development, for why should anyone invest capital or labor in the creation or acquisition of wealth that he may not be allowed to keep?" (Landes 1999, 32) This argument from authority apparently requires no justification, it is just something that we "of course" all know. Kenneth L. Sokoloff and Stanley L. Engerman, also New Institutionalists, make the same argument under the name of "good" institutions. Even when taking one step back from institutions to include colonization patterns and factor endowments, this is still a means to the end, which is to argue that property rights in the form of patents were critical in creating incentives for innovation and investment, and therefore lie at the heart of modern successful capitalist countries. (Sokoloff and Engerman 2000)

North, as promised, brings his thesis to the State,

as the institution that enforces the so-called "rules of the game." This, he argues, is an improvement upon neoclassical economics which typically views the state as exogenous or irrelevant to economic development. Here the emphasis is on "getting prices right" by removing State action that would inhibit the natural movement of prices toward equilibrium. Adhering to the principle of perfect competition in theory, North argues that this holds true only if property rights are such that the conditions for competitive markets are created and sustained. "It is politics that shape economic performance because they define and enforce the economic rules of the game. Therefore the heart of development policy must be the creation of politics that will create and enforce efficient property rights." (1993, 7) In this way he has brought institutions into light not just as constraints, but also as entities that can enable economic agents, specifically, by improving efficiency.

Although North has indeed brought institutions to the center of analysis, NIE is still theoretically bound to a notion that holds the competitive marketplace as the natural ordering of economic life. The State has a place insofar as it supports the objective of maintaining it where it is existent, and cultivating this environment where it is deficient. As Malcolm Rutherford again points out, "Despite his references to the limited computational power of individuals, to cognitive psychology, and to the influence of social norms – all of which lead us to rule-guided behavior, North persists in describing the activities of individuals and entrepreneurs predominantly in terms of self-interested maximization." (Rutherford 1995, 447) Groenewegen et al. conclude similarly, "the [NIE] is of an individualistic, deductive nature. After having characterized the transaction, different potential governance structures are discussed in terms of their transaction cost minimization. Then hypotheses are confirmed using historical examples." (Groenewegen et al. 1995, 471) While North makes mention of the Veblenian elements of power, ideology, and myth, they are not effectively integrated into his theoretical assumptions, and therefore fail to play a decisive role in the policy prescription that follows. When causality runs from the self-interested individual to institutions, and institutions are deemed

the “rules of the game,” institutional policy is one of either constraining or channeling individual behavior in a way that yields optimum efficiency.

The appeal of such reasoning is not difficult to see. What has emerged is straightforward guide to economic development that tends to justify the existing state of affairs in capitalist developed countries, and is backed with all the legitimacy of the dominant paradigm in economics. Indeed, the World Bank adopted the philosophical underpinnings of this NIE by the early 1990s, as the phrase “institutions matter” became increasingly ubiquitous. A quick survey of this literature reveals institutions as “rules of the game,” with emphasis placed on contract agreements and strong property rights. (See for example Javed and Perry 1998, and Poverty Reduction and Economic Management Network 2000.) Establishment of robust property rights, alongside other “good” institutions that would foster “good governance,” became the strategy for promoting economic growth worldwide.

It is in this context that Ha-Joon Chang can be understood, as he offers up a direct response to this development in the Washington Consensus. His critiques of this policy and the methodological foundations that guide it bear striking resemblance to Veblen’s critique of neoclassical economics. This is of no accident, given that NIE is firmly rooted in neoclassical economics and Chang is a methodological return to OIE. Taking a historical approach to the study of economics, critiquing the dominant paradigm for taking what *is*, specifically institutions, *as given*, recognizing institutional lag and the recursive nature of causation, Chang brings Veblenian insight to the field of development economics.

Ha-Joon Chang’s Institutional Political Economy

One of the fundamental critiques Chang has of the “so-called New Institutional Economics” is that an emphasis on institutions is not enough, and finds fault in its failure to break from neoclassical economics in authentic and essential way. (Chang 2003a) Insofar as it views institutions as constraints that can generate inefficiencies, it is entirely consistent with mainstream economics and demonstrates a linear causality. Where it adds dimension to the

understanding of institutions is in the recognition that they can also play an “enabling” function. However, as was seen in North, “they still maintain the myth that the unconstrained market is the natural order, while institutions are man-made substitutes that should be (and will be) deployed only when that natural order breaks down.” (Chang and Evans 2005, 102) Bringing institutions to light, Chang argues, is a necessary, but not a sufficient condition in understanding the nature of economic development. Institutions *do* matter, but the way in which they are understood is of grave importance. As Chang points out, even good intentions, if misinformed, can mean utter devastation to a nation. Institutions deemed “good” and “natural” in capitalist developed countries are transplanted onto developing capitalist countries, often with great consequence. Thus the definition and understanding of institutions is far more than an exercise in semantics, “people are hurt because social scientists and policy makers misunderstand institutions.” (Chang and Evans 2005, 100)

To remedy this misconception of the nature of development in general, and institutions in particular, he develops a theoretical framework of Institutional Political economy, or IPE. From this perspective institutions are defined as “systematic patterns of shared expectations, taken-for-granted assumptions, accepted norms and routines of interaction that have robust effects on shaping the motivations and behavior sets of interconnected social actors.” (Chang and Evans 2005, 99) Thus, institutions are not axiomatically taken as the maxims of a game, but run much deeper, indeed into Veblen’s customs and habits of thought, highlighting human nature as one of social being. From this vantage point a view of human life as it interacts with institutions recursively once again emerges.

Chang refers to this interaction as the “constitutive” nature of institutions, which highlights an endogenous process of preference formation. In starting at the cognitive level before theoretically erecting institutions built of individual maximizing rituals, NEI maintains exogenous preferences and thus fails to recognize the profound nature of their basic unit of analysis. For Chang, institutions are such a part of the social fabric that they transform the very substance that motivates us. IPE then

does not take human motivations as given,

“but as being fundamentally shaped by the institutions surrounding the individuals. This is because institutions embody certain ‘values’ and, by operating under these institutions, individuals inevitably internalize some of these values, thereby altering themselves. This [constitutive role of institutions] is a central hallmark of a truly ‘Institutionalist’ approach. . .” (Chang 2003a, 54-55)

There are three “mechanisms” by which this constitutive aspect operates. First, institutions have the capacity to shape what human beings perceive to be in their interest. Secondly, they are of the nature that they can imbue the common view of *which* issues are valid for political action, and, finally, institutions shape what is perceived to be the legitimate *forms* of such political action. (Chang 2002) Institutions are constraints, to be sure, while also having the capacity to enable in the sense that North discussed above, but must also be understood as one element of a two-way street of causation. From the perspective of NIE it is a narrow one-way path, with direction running from individual (cause) to institution (effect.) Although more “sophisticated” approaches have emerged from the simple dimensions of NIE, Chang argues that the challenge of developing a strong theory of culture remains. (Chang and Evans 2005)

Much of Chang’s historical analysis reveals a Veblenian institutional lag. Indeed, this is the main thrust of his book *Kicking Away the Ladder: Development Strategy in Historical Perspective*. Looking at institutions such as universal suffrage, central banking, protection of property rights, and child labor regulation in the now developed capitalist countries, or NDCs, he demonstrates temporal delay from when the need for these institutions surfaced and when they finally became institutionalized. For example, universal suffrage in the U.S. was not achieved until a full 95 years after the vote was given universally to men. But even this is misleading, as this universal male suffrage was reversed only twenty years later as African American males were disenfranchised, and did not witness their voting rights restored until 1965. In the case of Switzerland and France it took nearly 100 years. (Chang 2003) Furthermore, a comparative look at GDP per capita reveals that the NDCs were much

wealthier at the time they erected these “good” institutions than has perhaps been perceived. “In the early days of their economic development, the NDCs were operating with far less developed institutional structures than those which exist in today’s developing countries that are at comparable levels of development.” (Chang 2003b, 515) Even once these institutions were erected in the NDCs it was not a seamless process. As shown above in the case of male suffrage in the U.S., reversals often took place. Thus, arguments which claim that “good governance” preceded and fostered growth are simply inaccurate. When put in historical perspective, precisely the reverse thesis emerges.

Although Chang makes clear that reasons for institutional lag vary country by country, there are broadly two explanations underpinning this gap. Put simply, institutions are expensive, and it was untenable to adopt social welfare programs when resources were lacking. But there is also an element of “social inertia” that takes place. Once again, a historical view reveals that the wealthy elite actively block progressive change. Although he does not use the term “imbecile institutions,” Chang is capturing the essence of the way in which Veblen’s privileged class was able to hinder social change. Child labor laws and voting rights were not in the interest of the upper tier, and through their control over institutions were able to hinder such developments for decades in the U.S. However, Chang is not entirely pessimistic. The constitutive nature of institutions has the consequence that when an institution is put into place what once was unthinkable, such as banning child labor, overtime changes human motivations. Child labor is now universally accepted as inappropriate and exploitative in the NDCs. Furthermore, this recognition of privilege wedded to power does not mean policy cannot be actively altered, it merely highlights the challenges that will be faced. As Chang and Ilene Grabel argue “it is both fatalistic and incorrect to act as if their [IMF, World Bank, and WTO] power and influence are absolute and immutable.” (Chang and Grabel 2004, 203)

Chang also stresses the significance of institutional inheritance in the formation of new institutions, the result of which is institutional path dependency. Chang points out that new institutions are

adaptations of old institutions, and are erected of the same material. "The strong element of legacy, inertia, and path dependence in the determination of institutional forms" must be recognized by those who would ask capitalist developing countries to implement a "global standard" of "good" institutions in as short a time span as five to ten years. (Chang and Evans 2005, 104) Again, it must be remembered that it often took the NDCs generations to develop their current institutions. It must also be recognized that not all institutions packaged as "good governance" are necessary. The imposition of an unneeded institution may come at the cost of other, necessary institutions.

Having outlined Chang's approach to development economics, it is worth returning to what is perhaps the most fundamental critique waged at the NIE: the tendency to take institutions as given. For Veblen this was what rendered neoclassical economics ineffective, shutting off the "inquiry at the point where modern scientific interest sets in." (Veblen 1919, 240) What Veblen was pointing to was the tendency to observe current institutions, generalize them, and then view all times and all places in history through this lens. With such an approach to history it is no surprise that verifications abound. This method presupposes that what is, must be right. But the notion of institutional lag would suggest just the opposite. As Veblen is quoted as saying, "What is, is wrong." (Lekachman 1994, viii) Chang continually refutes ahistorical theory and policy that assumes, in essence, that regarding institutions in the NDCs – particularly the U.S. – what is, is right. "History is written by the victors, and it is human nature to reinterpret the past from the point of view of the present." (Chang 2003, 64)

Among the most critical institutions to have been presumed "natural," with perhaps the greatest consequence, is that of private property. According to E.K. Hunt, one of the defining characteristics of OIE "has always been its concern with the organization and control of the economy. This has inevitably involved an analysis of the structure of power – a topic systematically avoided by the mainstream economists. For most Institutionalist economists an analysis of power necessarily involves a study of the complex institution of proper-

ty..." (Hunt 1994, 54) Indeed, one of Veblen's major tasks was to move beyond the "Natural Rights" view on the origin of private property to uncover the genesis of modern ownership. (Veblen 1898a)

For Veblen, ownership is a cultural fact which must be learned, not a fact of nature to be presupposed. According to the natural-rights theory, the "natural" owner of some object is the individual that either produced it, or somehow improved upon it. The basis of ownership in this view then is rooted in a self-sufficing individual, an individual Veblen denies has ever existed.

"Within the human period of the race development, it is safe to say, no individual has fallen into industrial isolation, so as to produce any one useful article by his own independent effort alone. . . The only possible exceptions to this rule are those instances of lost or cast-off children nourished by wild beasts... But the anomalous, half-hypothetical life of these waifs can scarcely have affected social development to the extent of originating the institution of ownership." (Veblen 1898a, 33-34)

Not only is the self-sufficing individual a mythical creature, but a glimpse into our own history reveals that being engaged in the production of some article does not entitle one to that which they produce. As Veblen sagaciously observes, serfdom and slavery are clear demonstrations that "those who work cannot own, and those who own cannot work." (Veblen 1898a, 42) He includes women's productive efforts in the patriarchal home as another example of this aphorism, ultimately rooting the "beginnings of ownership" to the seizure of women and the products of their labor once apprehended. Ownership of a "trophy wife" becomes the preferred way of putting ones physical prowess into evidence and demonstration of invidious distinction. Passed from one generation to the next, this becomes solidified into the institutions of ownership-marriage and private property.

NIE, in contrast, views the function of private property quite differently. From this perspective the modern form of ownership is not a conflictory element in society, but is the foundation upon which successful capitalist countries were built. Bestowed upon this institution is the power to unleash the entrepreneurial spirit, so it is not surprising that the origin of private property is rooted special

cultural characteristics. Although not the first to emphasize culture as the source of capitalist development, David Landes is representative of this line of thought. He argues that the origin of private property is to be found in medieval Europe, specifically, the Judaic-Christian tradition. (Landes 1999) While not all New Institutionalists who argue that private property is the key to capitalist development see the genesis of modern ownership in culture, the story and policy converge with the conventional story once the institution of private property is historically reached. For example, authors like Daron Acemoglu see existing wealth and labor exploitative opportunity of colonizers as the basis for this institutional development. (Acemoglu, Johnson and Robinson 2002) Sokoloff and Engerman place emphasis on geography and factor endowments as the route to private property. (Sokoloff and Engerman 2000) Once this stage is reached, entrepreneurial energy, from which economic growth and development springs, is allowed to flourish. As Landes says, "why should anyone invest capital or labor in the creation or acquisition of wealth that he may not be allowed to keep?" (Landes 1999, 32)

Chang points out that it is this myth of the sanctitude of private property and the promotion of privatization through the Washington Consensus that is the cause for so much hardship in capitalist developing countries. The New Institutional neoliberal view sees patents, copyrights, and trademarks as critical in the development of the NDCs and argue that monetary incentives for invention and innovation are the only appropriate incentives. Although arguing that at times privatization is the appropriate policy, Chang and Grabel point out that this process is both expensive and complex. It results in a great burden on the State, even as the private sector profits. (Chang and Grabel 2004) In terms of patents and copyrights, historical canvassing does not support the claim that economic growth follows from strict property rights. In fact, it supports just the opposite. Much growth in NDCs took place *before* patents and copyrights were existent, or when they were particularly weak. (Chang 2003, Chang 2003a, Chang and Grabel 2004) Furthermore, not all motivations underpinning invention and innovation are of a pecuniary nature.

History, Chang points out, is full of examples of innovation driven by a motivation for the public good. Yet the Washington Consensus enforces strict intellectual property rights, privatization, and enforcement of private property in the name of economic growth. In looking at such policy as dictated by the NDCs via the WTO, World Bank, and the IMF on the developing world, Chang concludes that once the advanced capitalist countries secured core status in the world economy, they "kicked away the ladder" to ensure other countries could not follow. (Chang 2003)

Concluding Remarks

The distinction between NDCs and developing capitalist countries is then one of power, wed together by imbecile institutions, and fortified by the institution of private property. It is a return to the powerful Veblenian understanding of institutions and the role of private property as a power relation. In making such a return, Chang's IPE opens a powerful door for policy that includes gender as an analytical category, as it allows emphasis to be placed on individuals, households, and institutions, while enriching and understanding of the way in which these shape one another. Indeed, Veblen wrote much on the subjugation of women both in the household and in society at large. Due to the constitutive nature of institutions, the inclusion of gender is not only compatible with IPE, as it brings equal emphasis to individuals in their cultures and institutions, but would enrich and strengthen it in terms of developmental policy that would otherwise be invisible. In 1970 Ester Boserup demonstrated the significance of the omission of women in the study of international and development economics, ushering in a wave of literature that has attempted to rectify gender blind analysis. (Boserup 1970) More recently, feminist literature has called for an approach to economics that allows its practitioners to see into the "black box" of the household. Numerous authors have cataloged male-biased development policy and its consequences, including the inability to accurately assess the true impact of macroeconomic policies aimed at increasing efficiency as long as the unpaid portion of the labor force is invisible. (See for example Elson, Grown

and Çağatay 2007.) Though this paper does not attempt to develop an IPE that encompasses gender as an analytical category, having established the connection of Chang to Veblen, this can be seen as a useful undertaking for future research. As James T. Peach argued, Institutional economics is itself an institution. (Peach 2001) As such it is critical that power relations at all levels of analysis are challenged.

REFERENCES

- Daron Acemoglu, Simon Johnson and James A. Robinson. 2002. "Reversal of Fortune: Geography and Institutions in the Making of the Modern World Income Distribution" In *The Quarterly Journal of Economics* November 2002: 1231-1294.
- Boserup, Ester. 1970. *Woman's Role in Economic Development*, New York: St. Martin's Press.
- Burki, Shahid Javed and Guillermo E. Perry. 1998. *Viewpoints; Beyond the Washington Consensus: Institutions Matter*. Washington DC: The World Bank Latin American and Caribbean Studies.
- Chang, Ha-Joon. 2002. Breaking the Mould: an Institutionalist Political Economy Alternative to the Neo-Liberal Theory of the Market and the State. *Cambridge Journal of Economics* 26: 539-559. <http://cje.oxford-journals.org/cgi/content/abstract/26/5/539> (accessed April 2, 2009).
- Chang, Ha-Joon. 2003. *Kicking Away the Ladder: Development Strategy in Historical Perspective*, UK: Anthem Press.
- Chang, Ha-Joon. 2003a. "The Market, the State and Institutions in Economic Development." In *Rethinking Development Economics*, ed. Ha-Joon Chang, 41-60. London: Wimbledom Publishing Company.
- Chang, Ha-Joon. 2003b. "Institutional Development in Historical Perspective." In *Rethinking Development Economics*, ed. Ha-Joon Chang, 499-521. London: Wimbledom Publishing Company.
- Chang, Ha-Joon and Ilene Grabel. 2004. *Reclaiming Development: An Alternative Economic Policy Manual*, Reading: Cox and Wyman.
- Chang, Ha-Joon and Peter Evans. 2005. "The Role of Institutions in Economic Change." In *Reimagining Growth, Towards a Renewal of Development Theory*, ed. Silvana De Paula and Gary A. Dymksi, 99-140. New York: Zed Books.
- Chavance, Bernard. 2008. *Institutional Economics*, London: Routledge.
- Elson, Diane, Caren Grown and Nilüfer Çağatay. 2007. "Mainstream, Heterodox and Feminist Trade Theory: In *The Feminist Economics of Trade*, ed. Irene van Staveren, Diane Elson, Caren Grown and Nilüfer Çağatay, 33-52. New York: Routledge.
- Feuerbach, Ludwig. 1989. *The Essence of Christianity*. New York: Prometheus Books.
- Groenewegen, John, Frans Kerstholt, and Ad Nagelkerke. 1995. On Integrating New and Old Institutionalism: Douglass North Building Bridges. *Journal of Economic Issues* 29, no. 2: 467-475.
- Gruchy, Allan G. 1958. "Veblen's Theory of Economic Growth." In *Thorstein Veblen: A Critical Reappraisal*, ed. Douglas F. Dowd, 151-176. New York: Cornell University Press.
- Hererra, Rémy. 2006. The Neoliberal Rebirth of Development Economics. *Monthly Review* 58, no. 1 <http://www.monthlyreview.org/0506herrera.htm> (accessed April 23, 2009).
- Hession, Charles H. and Hyman Sardy. 1969. *Ascent to Affluence: A History of American Economic Development*. Boston: Allyn and Bacon.
- Hodgson, Geoffrey M. 2004. *The Evolution of Institutional Economics: Agency, Structure and Darwinism in American Institutionalism*. New York: Routledge.
- Hunt, E. K. 1994. "Class, Social, in Institutional Economics." In *The Elgar Companion to Institutional and Evolutionary Economics A-K*, ed. Geoffrey M. Hodgson, Warren J. Samuels and Marc R. Tool, 54-58. UK: Edward Elgar Publishing Limited.
- Ann L. Jennings and William Waller. 1994. "Cultural Hermeneutics and Evolutionary Economics" In *The Elgar Companion to Institutional and Evolutionary Economics A-K*, ed. Geoffrey M. Hodgson, Warren J. Samuels and Marc R. Tool, 108-114. UK: Edward Elgar Publishing Limited.
- Klein, Philip A. 1977. An Institutionalist view of Development Economics. *Journal of Economic Issues* 11, no.4: 785-803.
- Landes, David S. 1999. *The Wealth and Poverty of Nations, Why Some are So Rich and Some so Poor*. New York: W. W. Norton & Company.
- Lekachman, Robert. 1994. Introduction to *The Theory of the Leisure Class*, by Thorstein Veblen, v-xi, New York: Penguin Books USA Inc.
- North, Douglass C. 1993. "The New Institutional Economics and Development," *Economic History* 9309002, EconWPA.
- Peach, James T. 2001. Hamiltonian and Teleological Dynamics a Century after Veblen. *Journal of Economic Issues* 37, no.1: 123-132.
- Rutherford, Malcolm. 1995. The Old and the New Institutionalism: Can Bridges be Built? *Journal of Economic Issues* 29, no.2: 443-451.
- Sokoloff, Kenneth L. and Stanley L. Engerman. 2000. History Lessons: Institutions, Factors Endowments, and Paths of Development in the New World. *The Journal of Economic Perspectives* 14: 217-232.
- Sweezy, Paul M. 1958. "Veblen on American Capitalism." In *Thorstein Veblen: A Critical Reappraisal*, ed. Douglas F. Dowd, 151-176. New York: Cornell University Press.
- Veblen, Thorstein. 1898. Economics as an Evolutionary Science. *The Quarterly of Economics*, July.
- Veblen, Thorstein. 1898a. The Beginnings of Ownership. *The American Journal of Sociology* 4: 32-49.
- Veblen, Thorstein. 1909. The Limitations of Marginal Utility. *The Journal of Political Economy* 17, no. 9: 620-363.
- Veblen, Thorstein. 1919. *The Place of Science in Modern Civilization and other Essays*. New York: Huebsch.
- Veblen, Thorstein. 1990. *The Instinct of Workmanship and the State of the Industrial Arts*. New Brunswick: Transaction Publishers.
- Veblen, Thorstein. 1994. *The Theory of the Leisure Class*, New York: Penguin Books USA Inc.
- Weber, Max. 1958. *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*. New York: Charles Scribner's Sons.
- Williamson, Oliver E. 1973. Markets and Hierarchies: Some Elementary Considerations. *The American Economic Review* 63, no. 2: 316-325.
- Williamson, Oliver E. 1998. The Institutions of Governance. *The American Economic Review* 88, no. 2: 75-79.
- Poverty Reduction and Economic Management Network. 2000. *Reforming Public Institutions and Strengthening Governance*. Washington DC: Poverty Reduction and Economic Management (PREM) Network, Public Sector Group, The World Bank.

Chamada para Artigos

A VERSUS Acadêmica
aceita trabalhos
submetidos sob forma
de artigos e ensaios

A Revista VERSUS é uma publicação do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Plural e interdisciplinar, a publicação tem o objetivo de reunir o pensamento crítico das diversas áreas do conhecimento voltadas para os problemas sociais, econômicos, políticos e culturais da sociedade contemporânea. VERSUS nasceu com o propósito de se constituir num polo aglutinador do esforço intelectual para entender o Brasil e a realidade internacional.

Diretrizes para submissão

A VERSUS Acadêmica (ISSN: 1984-4263) aceita trabalhos submetidos sob forma de artigos e ensaios relacionados às Ciências Sociais Aplicadas, entendidas em sentido amplo. A publicação dos trabalhos está condicionada a um processo de seleção realizado por membros da Equipe Editorial e por pareceristas da revista, garantido o anonimato destes últimos.

Normas de apresentação dos textos

Artigos e ensaios

Os textos dos artigos e ensaios deverão conter resumo e abstract de até 10 linhas, de acordo com a seguinte formatação: Folha A4 (29,7 x 21 cm); margem superior = 3 cm, inferior = 2 cm, esquerda = 3 cm e direita = 2 cm; editor de texto: Word for Windows 6.0 ou posterior, utilizando caracteres Times New Roman corpo 12; espaçamento de entrelinhas 1,5 e alinhamento justificado. Além disso, logo abaixo do resumo deverão estar indicadas as principais palavras-chave do texto. Tabelas, quadros e gráficos deverão ser numerados sequencialmente por tipo, no título, com algarismos arábicos e menção da fonte dos dados.

Referências bibliográficas e notas

Os textos precisam seguir as normas editoriais da revista:

Todas as obras citadas no texto devem entrar nas referências bibliográficas, que, por sua vez, não devem conter nenhuma obra que não tenha sido citada no texto. As notas deverão ser de natureza substantiva, restringindo-se a comentários adicionais ao texto. As referências bibliográficas, quando necessárias, deverão aparecer no próprio texto, com a menção do último sobrenome do autor, acompanhado do ano da publicação e do número da página, caso pertinente (ZEA, 1976, p. 18). Quando houver mais de uma referência na mesma citação, separá-las por ponto e vírgula (Epstein e Power, 2003; Epstein et al., 2005). Até três autores, podem os três ser citados nominalmente; a partir de quatro, grafar apenas um autor seguido de *et al.* As notas devem ser inseridas ao final do texto, antes da bibliografia e numeradas em algarismos arábicos, com exceção da qualificação do autor ou dos autores do artigo ou ensaio, que deve ser colocada em nota de rodapé na própria página da referência, com asterisco inserido junto ao nome de cada autor. Ao final dos ensaios e artigos, as referências bibliográficas devem ser listadas em ordem alfabética, de acordo com os seguintes exemplos:

Livros

FRANK, Robert; COOK, Philip. *The Winner-Take-All Society*. Nova Iorque: Free Press, 1995.

RAMOS, Guerreiro. *A Redução Sociológica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

Capítulos de livros

OCAMPO, José Antonio; PARRA, Maria Angela. The Commodity Terms of Trade and Their Strategic Implications for Development. In: JOMO, K.S. (org.) *The Long Twentieth Century: Globalization under Hegemony*. Nova Delhi, Oxford University Press, p. 164-194, 2006.

Teses

ASSMAN, Selvino. *A Filosofia da História de Leopoldo Zea: a América Latina e a História*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Lateranense, Facoltà di Filosofia: Roma, Itália, 1983.

Artigos

VAZ, Henrique C. L. "Religião e Modernidade Filosófica". *Síntese Nova Fase*, v. 18, n. 53, p. 147-165, abr./jun., 1991.

Itens de verificação para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão com todos os itens listados a seguir. Serão devolvidas aos autores as submissões que não estiverem de acordo com as normas.

A contribuição deve ser original e inédita e não estar sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, justificar em "Comentários ao Editor".

Os arquivos para submissão devem estar em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF (desde que não ultrapassem os 2MB).

O trabalho deve ter até 20 páginas em fonte Times New Roman corpo 12, entrelinha 1,5; empregar itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); e inserir todas as figuras, as tabelas e os gráficos no final do texto. O texto deve seguir os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em "Diretrizes para Submissão", na seção Chamada para Artigos.

A identificação de autoria do trabalho deve ser removida do arquivo e da opção Propriedades no Word, garantindo dessa forma a isenção da revista caso este seja submetido a avaliação por pares cega (ex.: artigos), conforme instruções disponíveis em "Assegurando a Avaliação por Pares Cega".

O trabalho deve apresentar TÍTULO, RESUMO (de até 15 linhas) e PALAVRAS-CHAVE (no máximo 5) na língua original (português ou espanhol) e em INGLÊS.

Imagens e gráficos devem estar em alta resolução (300 dpi).

Assegurando a avaliação por pares cega

Para assegurar a integridade da avaliação por pares cega, para submissões à revista, devem-se tomar todos os cuidados possíveis para não se revelar a identidade de autores e avaliadores durante o processo. Isso exige que autores, editores e avaliadores (passíveis de enviar documentos para o sistema, como parte do processo de avaliação) tomem algumas precauções com o texto e as propriedades do documento.

Em documentos do Microsoft Office, a identificação do autor deve ser removida das propriedades do documento:

- No Word 2003: menu Arquivo > Propriedades > apagar o nome do autor.
- No Word 2007: Botão do Office > Preparar > Propriedades > apagar o nome do autor.

Em seguida, salvar sem a identificação do autor:

- No Word 2003: menu Arquivo > Salvar como > Ferramentas (ou Opções, no Mac) > Opções de segurança > Remover informações pessoais do arquivo ao salvar > OK > Salvar.
- No Word 2007: Botão do Office > Salvar.

Em PDF, os nomes dos autores também devem ser removidos das Propriedades do Documento, em Arquivo, no menu principal do Adobe Acrobat.

Sobre o processo de seleção dos artigos

Os artigos encaminhados à revista serão primeiramente analisados pelo Conselho Editorial em seus aspectos formais. São critérios para seleção dos artigos: o caráter científico, a relevância e a atualidade, a aplicabilidade e o bom desenvolvimento do tema. Havendo irregularidade, os artigos serão reprovados. Após essa avaliação inicial, os artigos serão encaminhados, sem qualquer indício que possa identificar o autor, aos pareceristas capacitados e especializados na área do artigo indicado pelo autor. O autor será informado do resultado da sua avaliação. A avaliação dos pareceristas pode ser: "recomendado para publicação"; "recomendado para publicação com modificações" ou "não recomendado para publicação".

Para submissão de trabalhos, enviar e-mail para:

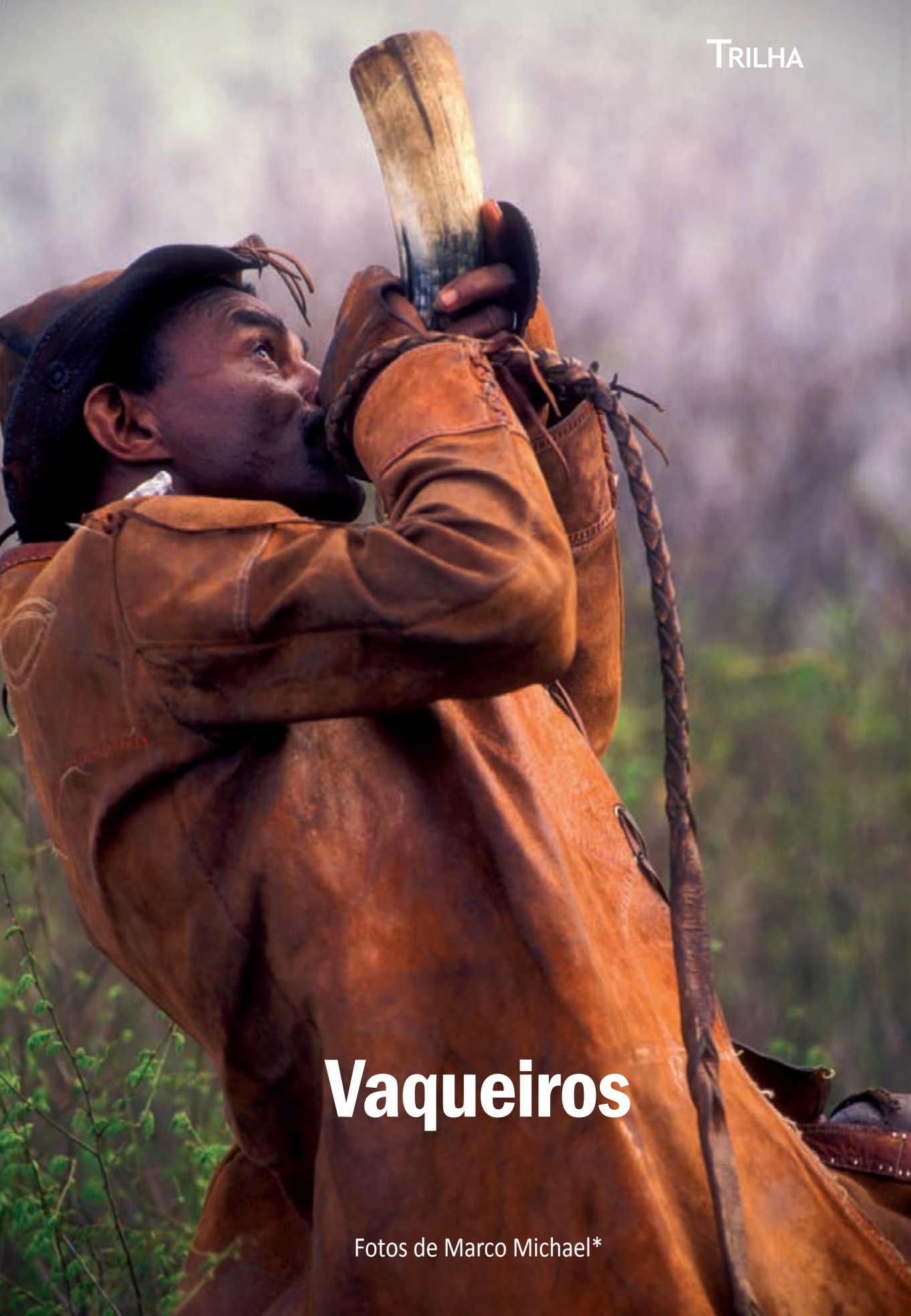
versusacademica@ccje.ufrj.br

Confira prazos no site.

www.versus.ufrj.br

versus
ACADÊMICA

www.versus.ufRJ.br

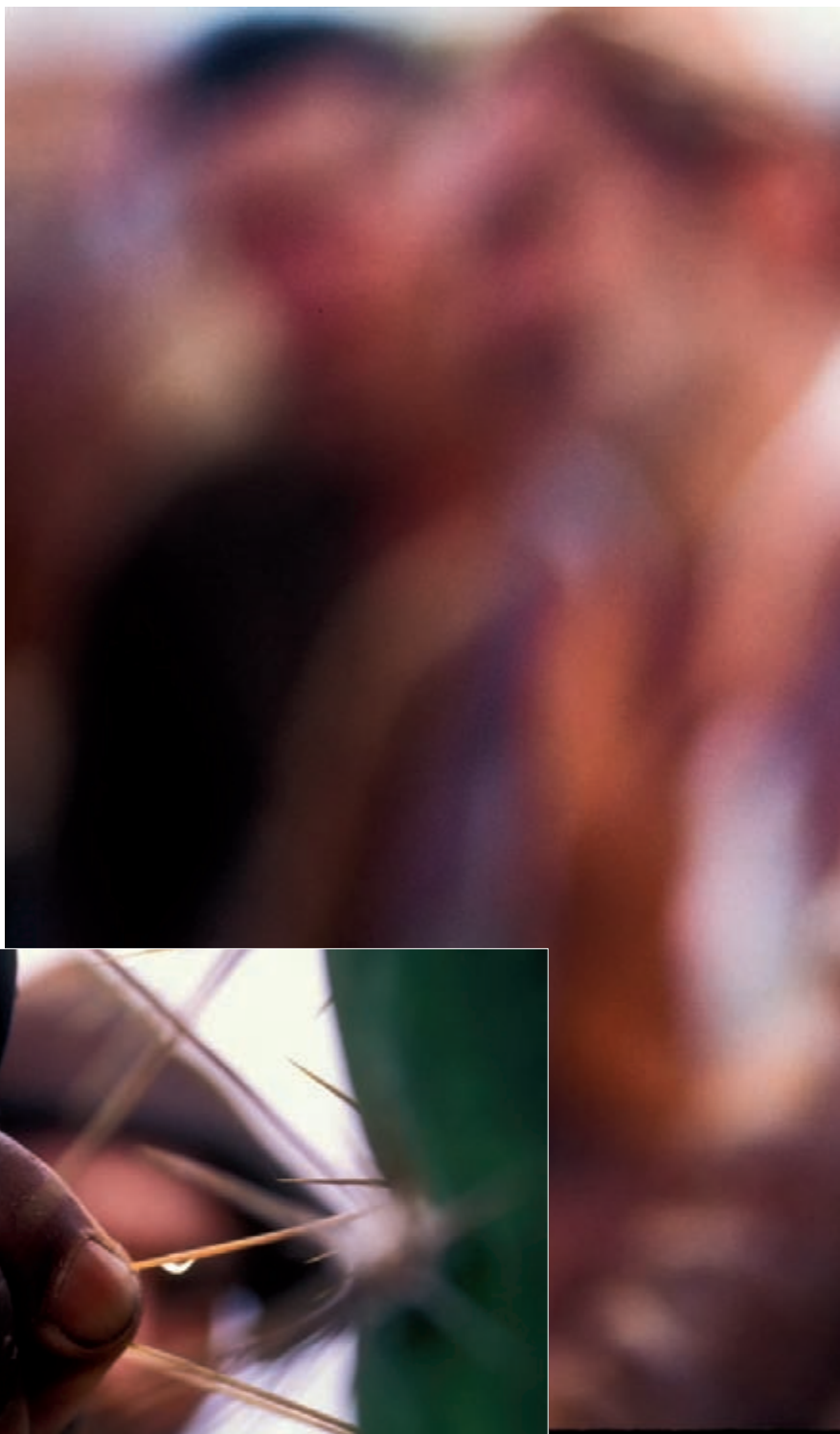
A man with a mustache, wearing a brown leather jacket and a dark cap, is blowing a long, curved horn. He is looking upwards and to the right. The background is a blurred, misty landscape with green foliage. The overall tone is historical and adventurous.

TRILHA

Vaqueiros

Fotos de Marco Michael*

Sol inclemente, alto
sertão nordestino.
Rugas cravadas na
pele tostada, olhar
inalcançável, o vaqueiro
emerge na paisagem
inóspita. É um
personagem desgarrado
do nosso tempo. Quando
a seca é grande, desafia
os espinhos e corta o
caule de mandacarus
para servir ao gado





O escritor Euclides da Cunha comparava o vaqueiro a um “campeador medieval”. O gibão, sua armadura. Para se proteger das armadilhas da caatinga, veste gibão de couro cru curtido ao sol, que deixa a indumentária cor de ferrugem. E mais: guarda-peito, luvas, perneiras, botinas e chapéu. Tudo de couro





O vaqueiro não escolhe entre o profano e o religioso. Fica com os dois na aridez do sertão. A celebração religiosa mais conhecida é a Missa do Vaqueiro, que se realiza há 40 anos no povoado de Serrita, no sertão pernambucano. A liturgia, precedida de cavalgada e procissão, é para lembrar Raimundo Jacó, vaqueiro assassinado





* Fotógrafo cearense premiado. Tem trabalhos publicados nas revistas *Veja*, *Época*, portais UOL, Terra, G1, jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, além das agências Estado e Reuters.



BRASIL

A difícil marcha pela reforma agrária

Luiz Carlos Maranhão

A black and white photograph showing the silhouettes of a group of people, likely a protest or rally, holding flags against a bright, hazy sky. The figures are in the foreground, and the flags are of various shapes and sizes, some with visible poles. The overall mood is one of collective action and struggle.

Brasileirista afirma que mesmo no governo Lula a reforma foi conduzida de forma conservadora, com a preocupação de não contrariar o agronegócio e as elites agrárias

ENTREVISTA/Miguel Carter



Miguel Carter, professor da American University (EUA), está na contramão de parte da nova geração de brasilianistas*

– que se ocupa em entender a política e a economia brasileira para traduzi-las a governantes e investidores. O assunto de Carter é a reforma agrária no Brasil, tema que ele pesquisa há mais de duas décadas e que busca repercutir em circuitos acadêmicos internacionais-. Desse esforço resultou o livro *Combatendo a Desigualdade Social – o MST e a reforma agrária no Brasil* (Editora UNESP, 564 págs.). A coletânea organizada pelo cientista político reúne textos de autores/pesquisadores do Brasil, da Europa e dos Estados Unidos. Miguel Carter era ainda estudante quando se embrenhou em 1987 pelo interior do país e tomou contato com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Bancado por bolsa de estudos da Columbia University, retornou ao Brasil no início da década de 1990 para uma investigação mais sistematizada sobre os conflitos agrários e o MST. De passagem pelo Rio para um seminário organizado por dois laboratórios** da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Carter conversou com VERSUS. Veja o que ele diz: “A reforma agrária no Brasil é conservadora, lenta, não mexe na estrutura fundiária da terra e se esforça para não desafiar a elite agrária e os interesses do agronegócio – o grande beneficiário dos financiamentos dos sucessivos governos”. Confira os principais trechos da entrevista.

* Como foram batizados acadêmicos americanos que se debruçaram sobre a realidade brasileira na década de 1970.

** VERSUS agradece aos professores Mônica Martins, do Laboratório de Economia e História (LEHI), e João Márcio Mendes Pereira, do Grupo de Estudos sobre o Agro Contemporâneo (GEAC), que viabilizaram esta entrevista.

Por que o país não avança na reforma agrária?

O que tem acontecido, principalmente no período de Sarney para cá, incluindo os dois mandatos do governo Lula, é o que eu caracterizo como uma reforma conservadora, que não mexeu na grande estrutura da concentração fundiária. O fato é que o Estado brasileiro manteve uma política já quase secular de favorecimento à elite agrária, intensificada no período militar com o financiamento da agricultura industrial de grande escala, que resultaria no modelo do agronegócio. Então, esse agronegócio que existe hoje no Brasil dá para dizer perfeitamente que é filhote da ditadura militar. Ele não estaria hoje no patamar de produção, de desenvolvimento se não fosse os investimentos que recebeu durante o governo militar. E também pelos subsídios que ainda recebe hoje,

que equivalem oito vezes mais do que recebe a agricultura familiar.

Então o empecilho é o comprometimento do Estado com a elite agrária?

Como sempre esteve ao longo da história do Brasil. Isso vai do tempo da colônia até hoje. Evidentemente, as características mudaram, porque se modernizou o campo, entrou uma nova tecnologia, houve intensificação das relações com as forças globais que estão por trás da agricultura contemporânea. Hoje são um punhado de multinacionais que controlam o mercado das sementes, dos insumos, das maquinarias; o mercado internacional das *commodities* agrícolas está nas mãos de pouquíssimas firmas, é um grande oligopólio. O Estado age para manter a elite agrária no poder, para ajudá-la a se tornar mais moderna, competitiva, para a venda de produtos para o exterior.

A criação e a manutenção desse modelo agroexportador financiado pelo Estado brasileiro é que vão criar um grande desequilíbrio na correlação de forças. A isso acrescentamos a grande concentração de poder midiático, esse oligopólio de nove grandes conglomerados que basicamente produzem 85% das informações veiculadas no Brasil. Então, tudo isso vai somar forças para criar uma correlação muito difícil de você tentar superar.

O que distingue uma reforma agrária conservadora de uma reforma agrária progressista, conceitos que o senhor desenvolve no seu livro?

Uma reforma agrária conser-

INFÂNCIA. Acampamento Arroio dos Ratos, no Rio Grande do Sul



AYRTON CENTENO/ARQUIVO MST

vadora tem uma motivação mais reativa e contida, ela reage a protestos sociais. Uma reforma agrária progressista é proativa, engajada, ela é motivada por uma agenda de mudanças sociais. Então, uma política conservadora no campo lida com demandas específicas; ela não lida com grandes problemas sistêmicos. A reforma progressista tem uma orientação estrutural. O objetivo principal de uma política conservadora para a reforma agrária é aplacar, apaziguar os conflitos rurais, inclusive limitar a mudança, não tem um projeto de mudança. Enquanto que a outra busca transformar a estrutura agrária e a correlação de poder que emana dela.

As alianças do governo com as elites agrárias se mantiveram consistentes no governo Lula?

Grosso modo, a reforma agrária conservadora do jeito que eu caracterizo no livro, como uma reforma agrária reativa, se manteve. Essa política tenta apaziguar os conflitos locais no campo ao invés de promover uma mudança estrutural. Não possui agenda que possa favorecer o empoderamento das classes populares no campo. Sobretudo, tenta não mexer com os interesses da elite agrária. Então, acaba criando assentamentos muito dispersos, espalhados, a maioria deles na região das fronteiras agrícolas na Amazônia. Essa política se manteve, mas há nuances.

Evidentemente que o governo Fernando Henrique Cardoso fez mais do que o governo Sarney com o seu plano falido de reforma agrária. O governo FHC encontrou o MST com maior capacidade de pressão. O movimento já tinha crescido, já tinha entrado no Nordeste. O período teve também o impacto simbólico muito forte dos dois massacres: o de Corumbiara (março de 1995) e Eldorado dos Carajás (abril de 1996). Então, eviden-

temente esse governo fez mais que os anteriores.

O que marca a diferença da política de Lula em relação a FHC na questão agrária?

O governo Lula teve uma relação menos conservadora do que o de Cardoso, dialogou mais com os movimentos e os grupos ligados à reforma agrária. Bom, FHC usou instrumentos do governo federal para criminalizar os movimentos sociais, principalmente no seu segundo mandato. O Lula não aceitou isso. Pelo contrário: deu muito mais valor aos movimentos sociais como um ator relevante na democracia. Mas teve a cautela para não

se chocar diretamente com os interesses da elite agrária. Apesar disso, botou dinheiro principalmente em alguns programas bem-sucedidos, como o de aquisição de alimentos, que garante a compra da safra dos produtos da agricultura familiar e dos assentados. Tenho visitado muitos assentamentos, e todo mundo dá graças a Lula e a Deus por esse programa, porque não precisam lidar com atravessadores. Esses alimentos vão para hospitais públicos, merenda escolar, para as prisões. Então, ele vai subsidiar a alimentação nessas instituições públicas. Foi um programa que veio como pauta da agenda de negociação desses grupos.



O MST foi mais amistoso com o governo Lula, sacrificou parte de sua agenda?

Há discussões a respeito. O movimento não é uma coisa uníssona, internamente há discussões. Mas acho que o problema principal do MST foi que, ao entrar o PT no governo, esse partido não chegou nem perto a cumprir os grandes objetivos que o MST tem como movimento do campo, que visa uma transformação mais ampla na sociedade brasileira. Como não existe uma esquerda eleitoral mais forte com presença no Congresso – o PSOL e outros partidos têm ideias que em alguns casos batem com as lideranças do MST, mas não têm

muita expressão política –, então o MST acabou ficando um pouco isolado. Na época de Cardoso era fácil, tinha o PT como aliado.

A sociedade hoje é mais hostil ao MST do que era há alguns anos?

As pesquisas mostram isso. Acho que houve na última década uma campanha sistemática de parte dos grandes meios de comunicação de tratá-los (integrantes do movimento) como bandidos, como criminosos, e só apresentar fatos isolados com algum confronto mais físico. Deixam de reconhecer o fato de que existem, a cada ano, milhares de protestos que não acabam em destruição de nada.

O MST é acusado de não respeitar a lei, de cometer crimes quando ocupa propriedades. Os críticos do movimento dizem que isso põe em risco a democracia.

Bom, esse é o argumento ortodoxo, que tem permeado em grande parte do Judiciário e é propagado pela mídia, pela classe política mais conservadora. É uma visão sumamente restrita e limitada de como funciona o estado de direito e da história da construção do estado de direito. Vamos por partes. Se o MST tem problemas com o estado de direito, choques, embates, temos também que analisar o estado de direito, não só o MST. O estado de direito nesse país tem uma veia

MARCHA. São Gabriel, Rio Grande do Sul





HISTÓRIA. Assembleia na Fazenda Anonni, Rio Grande do Sul, 1987

altamente classista. O Judiciário, por exemplo, nas áreas mais rurais é formado em grande parte por juízes que estão ligados à classe proprietária e que vão defender, de forma direta ou indireta, esses interesses diante de uma questão de disputa por terra. Então temos que compreender que o Poder Judiciário é problemático também. Há uma outra questão: não tem na história mundial movimentos sociais que não tenham entrado em choque com o Estado, com a ordem jurídica vigente. O movimento operário, no início do século passado, lutou por direito à greve, direito a formar sindicato. Entrou em choque, foram perseguidos como bandidos. Mas no final legalizaram

todos esses instrumentos de luta da classe operária. Do mesmo jeito as mulheres, os gays, negros. Os movimentos sociais entram em tensão com o aparelho da ordem, a ordem legal. O MST faz a mesma coisa.

MST está fazendo isso no Brasil, além de entrar em choque com a ordem legal, entra em choque com a ordem legal para transformá-la. Eles também são arquitetos de uma nova ordem jurídica. Temos que entendê-lo como um movimento que procura mudar a lei, ou a sua interpretação, para ela beneficiar outros interesses que não têm sido contemplados pela ordem jurídica.

Ordem jurídica que é mais adversa aos trabalhadores do campo?

Muito adversa. A classe campo-

nesa, *grosso modo*, não tinha nem direito ao voto até 1985, porque a maioria era analfabeta, o analfabeto não podia votar até 85. Eles não tiveram direito de formar sindicatos e grupos até a década de 1960. Nos seus direitos civis e políticos, foi o segmento mais postergado na história do Brasil. Os trabalhadores do campo foram, inclusive, o alvo principal do clientelismo político, da compra e venda de votos, e ainda são. Mas hoje, com o MST, vários outros grupos estão tentando reverter essa situação, politizar, defender seus interesses de classe. Então, nesse sentido eles participam muito ativamente da vida institucional e participam das disputas no Poder Judiciário. O Judiciário não



DANIEL DE ANDRADE/ARQUIVO MST

é uma coisa única, há disputas internas dentro das escolas de pensamento e o MST participa da rede de advogados populares com a Pastoral da Terra. Eles têm advogados treinados, estão disputando as leis, criando novos entendimentos.

Como é que o MST é visto pela opinião pública internacional, de fora para dentro?

É uma visão diferenciada, né? Evidentemente que a revista *Economist* quando faz uma matéria sobre o MST é influenciada pela grande mídia do Brasil. Mas existem outras leituras. E aí é interessante sublinhar o fato de que o MST tem trabalhado muito bem as suas relações internacionais por meio da Via Campesina, da Confederação Lati-

noamericana de Organizações do Campo. Existem hoje quatorze grupos de amigos do MST na Europa e nos Estados Unidos que envolvem pessoas que normalmente conhecem bem o Brasil.

O que a sua pesquisa diz sobre os objetivos estratégicos do MST?

No início a luta era muito focada na terra. Depois, à medida que começaram a surgir os assentamentos, a luta pela sobrevivência levou à ampliação da pauta na década de 1990, envolvendo educação, crédito, e criando laços mais amplos com a sociedade brasileira e o exterior. E hoje é cada vez mais presente, por exemplo, a ideia de que a reforma agrária tem que estar casada com uma visão do meio ambiente. E, por esse lado, eles talvez tenham a sua ferramenta mais forte para criticar o agronegócio. Porque o agronegócio é uma forma de você gerir o campo destruindo a ecologia. O Brasil é o país que mais usa agrotóxicos, o cerrado está sendo devastado, mesmo limitando a cana para algumas áreas, as fazendas estão indo para a Amazônia, a poluição dos rios se amplia. Para o futuro, a reforma agrária talvez não seja só para combater a desigualdade, que vai continuar, porque a desigualdade é tremenda. Não vai ser só para aliviar a pobreza. Porque ela ajuda muito a aliviar a pobreza, as experiências que aconteceram são importantíssimas.

A reforma agrária é fundamental para enfrentar a desigualdade?

A reforma agrária é fundamental para diminuir a desigualdade no campo e com isso também criar um clima que permita outras políticas complementares para a redução da desigualdade.

Nos últimos 60 anos, a reforma agrária é uma das bandeiras mais fortes associada à redistribuição de renda. Nesse sentido eu acho que,

simbolicamente, ela continua tendo um peso muito importante.

Desigualdade não anda junto com desenvolvimento? Para haver desenvolvimento tem que enfrentar...

Desigualdade atrapalha o desenvolvimento econômico. Existem estudos do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que fazem um contraste entre o Brasil e a Coreia do Sul. O país asiático fez uma reforma agrária radical, após a Segunda Guerra Mundial, estabelecendo limites para a propriedade da terra. Lá, inclusive, tu não podes ter mais de três hectares. Então isso igualou todas as oportunidades da população camponesa e fez com que os investimentos do Estado na educação fossem voltados para todo mundo por igual. Isso fez com que a Coreia do Sul (à época, um país rural) avançasse muito mais rápido, tivesse o processo de desenvolvimento mais acelerado e muito mais igualitário. Nos índices de igualdade, a Coreia do Sul está entre os países mais igualitários do mundo. E cresceu muito mais. E o caso brasileiro: o Brasil ainda continua sendo o décimo país mais desigual do mundo, segundo dados do Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). A desigualdade atrapalha a possibilidade do crescimento, porque tu tira da margem da sociedade uma fatia importante da população que não gera PIB. Ela atrapalha o desenvolvimento social, cria um *apartheid* social, um clima de desconfiança, o Brasil é o país que tem o menor grau de confiança social. Só 5% da população declara ter uma confiança na maioria das pessoas, o resto vive desconfiado. Isso vai atrapalhar a política, atrapalha a criação de associações da sociedade civil e vai atrapalhar a economia. ▀

DROGAS

100 anos de REPRESSÃO

Neste artigo
escrito para
VERSUS,
Luciana Boiteux,
professora de

Direito Penal e coordenadora do Grupo de Pesquisas em Política de Drogas e Direitos Humanos da Faculdade de Direito da UFRJ, questiona a eficácia do “modelo proibicionista” adotado em relação às drogas. A especialista observa que alternativas como “a política de redução de danos”, surgida nos últimos anos, encontram resistências.



Política Internacional de Drogas e Redução de Danos:

O fim do “Consenso de Viena”?

Luciana Boiteux*

*Professora adjunta de Direito Penal da UFRJ, coordenadora do Grupo de Pesquisas em Política de Drogas e Direitos Humanos da FND/UFRJ.





SXC

O modelo proibicionista de drogas completou cem anos da proibição de determinadas substâncias, que foram alçadas à categoria de ilícitas, tendo como meta a erradicação de seu uso. Foram várias as convenções internacionais que definiram o modelo repressivo de criminalização do uso e do comércio de drogas ilícitas, ratificadas pela ampla maioria dos países do mundo.¹

Atualmente, o controle de drogas está sob a égide da Nações Unidas, sob o formato de um modelo uniforme e burocratizado, que as submete a um regime internacional de interdição, com uso terapêutico bastante restrito. Caracteriza-se pela opção da criminalização do

uso e do comércio de drogas, com opção primordial pela prisão, sendo colocado em segundo plano o acesso à informação e à prevenção. Tal modelo, a partir da década de 80, passou a incorporar uma visão intervencionista e militarizada justificadora de intervenções em países latino-americanos a pretexto de “combater” o tráfico de drogas, tal como se observa na política norte-americana para a América Latina.²

Nesse sentido, a Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, concluída em Viena, em 1988, sustenta essa política repressiva, aparentemente consensual entre os países. A expressão “Consenso de Viena”, assim, ex-

pressa a ideologia que sustenta o modelo proibicionista atual, direcionada pelos órgãos de controle de drogas da ONU, localizados na cidade austríaca, onde realizam suas reuniões anuais. Mesmo diante dos claros fracassos, a posição da maioria dos países que compõem a ONU tem sido no sentido de manter como objetivo (declarado) a meta de uma sociedade “livre de drogas”.³

Diante desse quadro, se nota que as alternativas que surgiram nos últimos anos, tal como a política de redução de danos, apesar de aplicadas com sucesso por vários países e inclusive no Brasil, tem encontrado resistências ao seu reconhecimento na esfera inter-



SVC

nacional. Esta foi concebida originalmente como uma estratégia de saúde pública com o objetivo de reduzir os danos à saúde em consequência de práticas de risco, aplicadas ao campo da droga na forma de programas de distribuição de seringas a viciados, como uma maneira de alcançar aqueles que não querem, ou não conseguem, parar de injetar drogas e, por isso, compartilham seringas, se expondo à infecção pelo HIV, hepatite e outras doenças.⁴ Segundo Reghelin, “é uma tentativa de minimização das consequências adversas do consumo de drogas, do ponto de vista da saúde e de seus aspectos sociais e econômicos sem, necessariamente, reduzir esse consumo”.⁵ Tal política se opõe ao modelo proibicionista clássico, que prega o ideal de abstinência como meta a ser alcançada, pois trabalha com o ideal de moderação.

Em que pese seus bons resultados, a redução de danos continua sofrendo oposição direta de órgãos internacionais de controle de drogas, que consideram que sua utilização pelos países implicaria violação das convenções internacionais, por “estimular o consumo de drogas”.⁶ Contudo, em outras esferas das Nações Unidas, como na Organização Mundial da Saúde (OMS) e na Unids,⁷ tais estratégias, paradoxalmente, são recomendadas como modelo de prevenção.

Considera-se que a ausência de reconhecimento oficial dessa política pelo sistema de controle internacional se insere no contexto ideológico e geopolítico das potências, podendo ser atribuída ao endurecimento da posição dos Estados Unidos, maiores financiadores da ONU, contra esse tipo de estratégia e, ainda, à força política de outros países conservadores em política de drogas, como a China, a Rússia e o Japão.⁸

No entanto, os últimos anos demonstraram que o consenso internacional proibicionista estava se enfraquecendo. Em 2009, a reunião da CND (Comissão de Drogas Narcóticas da ONU) foi o ápice de um período de importante reflexão, incentivada pelas importantes mudanças nas leis de drogas de alguns países, notadamente os europeus, na busca do equilíbrio entre a repressão e prevenção, e das alternativas à prisão do usuário.

Na citada reunião, palco da avaliação das políticas e da elaboração de um novo Plano de Ação, com metas e estratégias para os próximos anos, discutia-se a inclusão do termo “redução de danos” no texto da declaração política. Porém, nas negociações para a redação deste documento, a ser firmado pelos Chefes de Estado, diante do sério impasse na proposta de inclusão do termo “redução de danos”, este acabou sendo excluído do texto.⁹

Tudo levava a crer, até o último instante, que seria mantido o consenso proibicionista. No entanto, observou-se que a redução de danos esteve presente nos discursos oficiais dos países, sendo que, pelo Brasil, o atual ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Gen. Jorge Felix, ao qual está subordinada a Senad (Secretaria de Políticas Públicas sobre Drogas), defendeu a redução de danos como política preventiva, assim Argentina, Holanda, Espanha e Alemanha, entre outros. Na realidade, a declaração política negociada não representava o panorama real das políticas internas dos países, mas apenas refletia a posição hegemônica das potências, contra a qual os demais países não conseguiram se posicionar de maneira concreta.

Contudo, logo em seguida à aprovação do texto por aclamação, evidenciando um aparente consenso, a representante da Alemanha

leu uma “declaração interpretativa” do texto oficial, assinada por outros vinte e cinco países,¹⁰ e registrou que os países signatários interpretariam o trecho “serviços de apoio relacionados” – que constava da Declaração oficial – como “redução de danos”, tendo se tornado público o dissenso quanto à aceitação dessa estratégia que havia sido banida do documento oficial.

A relevância histórica disso está no fato de ter sido a primeira vez que se expôs publicamente a falta de consenso entre os países na temática, podendo ser dito que o “Consenso de Viena”, contido nas convenções em vigor, chegou ao fim. Por outro lado, oficialmente, o Plano de Ação que norteará a estratégia a ser seguida até 2019 foi aprovado sem referência à redução de danos, mas não há dúvidas de que a política oficial foi desafiada publicamente por um grupo significativo de países e que essa atitude trará condições para que se concretizem alternativas nacionais diferenciadas.

Diante disso, se conclui ser ainda muito difícil, do ponto de vista da geopolítica internacional, uma mudança radical de rumos da política de drogas oficial, pelo menos a médio prazo, notadamente pela forma como se estruturam as organizações internacionais, como plataforma de debates dos países, legitimadoras da hegemonia das potências.

Enquanto as grandes potências, especialmente Estados Unidos, China e Rússia, além dos países asiáticos, não tiverem interesse em mudar os rumos do controle internacional de drogas, as políticas da ONU seguirão formalmente a mesma estratégia. Porém, ainda que o termo redução de danos não tenha constado dos documentos oficiais, não se tem dúvidas de que o fim

SITE COLETIVO DAR (DESENTORPECENDO A RAZÃO)



MOVIMENTO. Manifestação pela legalização da maconha em Ipanema, Rio de Janeiro

do “Consenso de Viena” trará outras possibilidades, já que o efeito uniformizante e coercitivo das convenções sobre drogas foi colocado em cheque, sendo reconhecido que um crescente número de países não mais segue fielmente a “Cartilha de Viena”, por considerá-la excessivamente repressiva, além de retrógrada, violadora de direitos humanos e alheia às questões sociais.

Diante da exposição pública da ausência de consenso, há como se prever que os países irão refletir internamente sobre suas políticas sobre drogas e propor alternativas, deixando de lado os burocráticos documentos internacionais, cada vez mais desacreditados e alheios à realidade social.

Após Viena 2009, há mais espaço para alternativas na política interna dos países do que havia antes. Como exemplo, podemos citar a experiência positiva de Portugal,¹¹ que descriminalizou a posse de todas as drogas para uso pessoal e criou um modelo de controle administrativo sobre o usuário fora do sistema penal. Após alguns anos de sua aplicação, os resultados são promissores e constituem, hoje, uma alternativa viável.¹² Em que pesem alguns

retrocessos na política holandesa, o momento atual registra outras possibilidades de mudanças nos Estados Unidos, onde alguns estados desafiaram as políticas federais e autorizaram o uso medicinal da *cannabis*, além da proposta concreta de legalização dessa substância na Califórnia, que está prestes a ser votada.

Desta forma, o fim do “Consenso de Viena” sobre drogas pode ser declarado, mas isso não significa que a necessária transformação do sistema ainda não tenha um longo caminho a trilhar por uma política de drogas mais sensível e respeitadora dos direitos humanos. 

NOTAS

1 Cf. RODRIGUES, Luciana Boiteux de Figueiredo. *Controle Penal sobre as drogas ilícitas: o impacto do proibicionismo no sistema penal e na sociedade*. Tese de Doutorado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2006.

2 Nesse sentido, vide RODRIGUES, Thiago. *Narcotráfico: uma guerra na guerra*. São Paulo: Desatino, 2003.

3 Meta proposta expressamente pela UNGASS, em 1998. Para maiores informações sobre o processo da UNGASS 1998, conferir em JELSMA, Martin. *Drugs in the UN system: the unwritten history of the 1998 United Nations General Assembly Special Session on drugs*. *International Journal of Drug Policy*, April 2003 (Volume 14, Issue 2). Também disponível em: www.ungassondrugs.org.

4 Conforme define o Ministério da Saúde, em seu site oficial: www.ms.gov.br.

5 REGHELIN, Elisângela Melo. *Redução de danos: prevenção ou estímulo ao uso indevido de drogas injetáveis*. São Paulo: *Revista dos Tribunais*, 2002, p. 74.

6 Cf. INTERNATIONAL DRUG POLICY CONSORTIUM. *The 2005 United Nations Commission on Narcotic Drugs. Position Paper*. Disponível em: http://www.internationaldrugpolicy.net/reports/BeckleyFoundation_PositionPaper_01.pdf.

7 Essas agências produziram um paper em 2004 denominado: *Policy Brief: Provision of Sterile Injecting Equipment to Reduce HIV Transmission*.

8 Para maior aprofundamento da discussão sobre os modelos atuais de políticas de drogas e os paradigmas proibicionistas frente às novas propostas de redução de danos, vide RODRIGUES, Luciana Boiteux de Figueiredo. *Controle Penal sobre as drogas ilícitas: o impacto do proibicionismo no sistema penal e na sociedade*. Tese de Doutorado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2006.

9 Foi feita na ocasião uma votação para saber quais os países estariam a favor de incluir uma nota de rodapé na declaração política, em seguida à expressão *other related services*, com a seguinte redação proposta: “alguns Estados-membros chamam estes outros serviços relacionados de ‘redução de danos’”, mas a proposta foi rejeitada por apertada maioria. Cf. BOITEUX, Luciana et alii. (Coord.). *Tráfico de drogas e Constituição*. Brasília: Ministério da Justiça, 2009, p. 26 e ss.

10 Dentre os quais Alemanha, Portugal, Espanha, Austrália, Bolívia, Espanha, Bulgária e Suíça.

11 Por meio da Lei nº 30/2000, que está em vigor desde 01/07/2001. Na perspectiva de descriminalização do uso e da posse de drogas, Portugal adota como critério a quantidade individual de 10 dias (dose diária admitida de 2,5g de maconha, 0,5g de haxixe e 0,5g de THC). Cf. EMCDDA. *Illicit drug use in the EU: legislative approach*. Lisbon: EMCDDA, 2005, p. 26.

12 Cf. HUGHES, Caitlin Elizabeth, STEVENS, Alex. What can we learn from the portuguese decriminalization of illicit drugs? *British Journal of Criminology*. Volume 50 Issue 6 November 2010 p. 999-1022. First published online July 21, 2010 doi:10.1093/bjc/azq038. Seus autores concluíram que, contrariamente ao que se esperava, a descriminalização em Portugal não levou a um aumento do consumo de drogas, pois houve redução do uso problemático, de danos ligados à droga e da superlotação da Justiça Criminal.

dois pontos

ABRIL DE 2011

Literatura • Artes Plásticas • Música • Cinema • Livro • Fotografia

O último texto de

Bella Jozef

Em novembro de 2010, uma parada cardíaca pôs fim à vida da ensaísta, crítica literária e professora especializada em Literatura Hispano-Americana Bella Jozef. Dias antes, a convite de VERSUS, ela havia escrito um texto analisando a obra do escritor mexicano Octavio Paz (1914-1998), Prêmio Nobel de Literatura. Com a publicação desse artigo inédito, VERSUS rende homenagem a esta intelectual que desempenhou papel indispensável para neutralizar o preconceito que turva o olhar sobre a cultura latino-americana. Também professora de Literatura Hispano-Americana da UFRJ, Cláudia Luna destaca a importância da produção ensaística de Bella Jozef.



Paixão pela América Latina

Cláudia Luna

Professor Associado de Literatura
Hispano-Americana da UFRJ.

Pulsa triste o coração da América Latina: morreu Bella Jozef. Parecia eterna, pela vitalidade e paixão que emanava, pela profundidade do conhecimento que produziu. Graduada em 1945, sucederá Manuel Bandeira na Cátedra de Literatura Hispano-Americana da Universidade do Brasil, construindo, a partir da pedra angular que recebeu, uma luminosa catedral. Dedidou a vida inteira à cultura latino-americana, formando gerações de pesquisadores que hoje atuam em universidades de todo o país. Dentre as tantas homenagens que recebeu em 1996, ano em que completou setenta anos, constam o título de Professora Emérita da UFRJ e a Ordem de Mayo do governo argentino.

Compreendeu, como poucos, a inter-relação entre texto e contexto, e o caráter indissociável entre teoria, história e crítica literária. Em sua *História da literatura hispano-americana* (2005), propõe “uma releitura crítica do acervo literário e cultural da América Hispânica, como questionamento dos suportes de sua construção histórica”. Em livros

como *O espaço reconquistado* (1993) e *A máscara e o enigma* (2006), debruça-se sobre a produção literária da modernidade latino-americana, buscando “diálogos entre a teoria crítica e a produtividade literária, fundamentais na constituição de uma literatura e uma cultura que se quer própria”. Trata-se, no campo da literatura, de assinalar a “diferença e o que acrescentou de próprio em seu discurso”, contribuindo para a autonomia intelectual do continente.

Transitou por vários gêneros, aliando a produção à reflexão crítica, e efetuando a ponte entre universidade e vida social. Em seus artigos para jornais de grande circulação, refletia sobre as novíssimas vertentes desta literatura. Foi mediadora de uma plêiade de intelectuais e escritores. Em *Diálogos obliquos* (1999), propõe uma teoria da entrevista. Impressionam, na obra, a objetividade e a precisão das perguntas, capazes de chegar ao cerne de cada autor. Sua paixão, entretanto, era Borges. Nos últimos anos publica um livro dedicado ao poeta e contista argentino, que conhecera

pessoalmente. Interessava-lhe, em especial, o tema da memória.

Como orientanda e colega, pude testemunhar sua lide americanista e compartilhar sua paixão incondicional pela América Latina, sua confiança no papel da literatura e no compromisso do intelectual. Era exemplo de tolerância e acolhimento, adepta da pluralidade de ideias e opiniões.

Faleceu na véspera do lançamento de sua última obra, *Escritos sobre García Márquez*. Deixa inéditos livros inteiros, prólogos, arquivos, e uma vastíssima e preciosa biblioteca, que será doada à Universidade, conforme seu desejo. Portanto, qualquer avaliação sobre o alcance de sua contribuição intelectual será necessariamente prematura, neste momento. O certo é que precisamos honrá-la, como se devem honrar “os que produziram cultura e ampliaram o campo da liberdade do homem”, conforme ela certa vez afirmou. Eterna será, em todos os corações que pulsam pela América Latina.



Atualidade do pensamento de Octavio Paz


 Agneta CoordCOM

Bella Jozef

Em 1990, o poeta e ensaísta mexicano Octavio Paz (1914-1998) foi laureado com o Prêmio Nobel de Literatura, merecida consagração para uma das mais importantes expressões líricas da modernidade e um dos pensamentos mais coerentes da cultura ocidental, “pela sua obra apaixonada e com amplos horizontes, caracterizada por uma inteligência sensual, dotada de integridade humanística”.

Embora tenha dito, certa vez, referindo-se a Pessoa (num profundo estudo que lhe consagrou), que “os poetas não têm biografia, sua obra é sua biografia”, no caso de Octavio Paz não podemos deixar de referir-nos à geração que lhe tocou viver, a de 1930, marcada pela Guerra Civil espanhola, pela turbulência das Frentes Populares e radicalismos ideológico-políticos. É uma geração de rebeldes de que fazem parte Alberti e Eluard, Orwell e Camus. Um fato merece destaque em sua vida diplomática:



BELLA JOSEF. "É no continente (latino-americano) que se produz a melhor literatura, mais universal pela temática, pelo achado estilístico, pela visão de mundo"

em 1968, em total desacordo com a política de repressão adotada pelo governo do México ante o movimento estudantil e para protestar contra a matança da Praça de Tlatelolco, demissiona-se do cargo de Embaixador.

A obra de arte para Octavio Paz

Octavio Paz participa do pensamento de Roland Barthes, Umberto Eco e Lévi-Strauss, em muitos sentidos. Concorde com Barthes de que “a característica da poesia é que cada frase contém uma pluralidade significativa. Quando é regida pela razão, tenta dar a cada palavra e a cada sentença um significado único”. Para Paz, a realidade compõe-se de uma série de estruturas que podem subdividir-se em outras, assim como o discurso que expressa essa realidade. Lévi-Strauss, ao penetrar no significado das estruturas mais primitivas, como os cantos rituais, constata que há níveis de linguagem em que “o mistério do sentido permanece como anacronismo”. Nesses lugares centrados no ponto mais inescrutável do inconsciente alojar-se-iam os mistérios genésios contidos na mente em seu estado puro.

Na introdução à “Poesia em movimento”, Paz refere-se à obra fechada (ou antiga) e à obra aberta (ou moderna), concluindo que esta pertence à tradição da ruptura inaugurada desde o romantismo na Europa e cuja continuação se realiza na América hispânica pela mediação do poeta chileno Huidobro. A obra aberta foi denominada por Blanchot de *órfica*. A “tradição de ruptura” exprime amor do presente, do agora. Os românticos, com sua poética antirracionalista, privilegiaram dois princípios: a analogia e a ironia. A primeira é

“a ciência das correspondências”, o reino da semelhança. Só poderia nascer “numa sociedade fundada e desagregada pela (razão) crítica”, a ruptura de uma ordem tradicional que o homem ocidental acreditava imutável, para redescobrir novos significados em uma linguagem plasmada anteriormente. A analogia é, ainda, segundo palavras de Octavio Paz, “o recurso da poesia para enfrentar a alteridade”.

As obras modernas exemplificam a estética da obra aberta em movimento. Paz concorda com Umberto Eco de que o texto de Mallarmé, *Um golpe de dados*, assinala algo mais do que o nascimento de um estilo ou um movimento, é a “aspiração de uma forma aberta que tenta escapar da escritura linear”. A modernidade da arte consistiria, pois, na atitude crítica – crítica de si mesma e da realidade – e até dessa mesma crítica que é também uma reflexão sobre a linguagem.

Para vencer o perigo do hermetismo e do silêncio, a poética da obra em movimento tem como finalidade primordial a comunicação por meio da palavra. Na poética da obra aberta, a sensação de ambiguidade da palavra cria outra, de ambiguidade com relação ao real. Abarca as possibilidades combinatórias do poema, na passagem do silêncio à palavra, de que se libertam os mais profundos significados.

Signos em rotação

Os vários temas discutidos em *Signos em rotação* confluem para as relações entre o poeta e a comunidade moderna. Num universo que se desagrega, totalidade que deixou de ser pensável exceto como ausência ou coleção de fragmentos heterogêneos, o eu também se desagrega. A dispersão da ima-

gem do mundo em fragmentos desconexos resolve-se em perda da *outridade*. O mundo como imagem desaparece e em seu lugar levantam-se as realidades da técnica. “A imaginação poética” – diz Paz – “não é invenção mas descobrimento da presença. Descobrir a imagem do mundo no que emerge como fragmento e dispersão, perceber em um o outro, será devolver à linguagem sua virtude metafórica, dar presença aos outros, o descobrimento de *outridade*”.

Através da linguagem, o poeta procura a si mesmo e a ponte de comunicação com os homens, instaurando a ligação de homem para homem, em contraposição ao relacionamento ser-máquina. A arte atua como possibilidade de escapar da massificação. A linguagem desempenha, assim, papel decisivo. “O homem é homem graças à linguagem, graças à metáfora que o faz ser outro e o separou do mundo natural”. Somos contemporâneos de todos os homens pela palavra. Somos filhos da palavra, fomos imaginados antes de ser. Pela palavra podemos recuperar os antigos poderes e chegar ao reino perdido. Para dizer-nos, devemos dizer o mundo, e o mundo para dizer-se, deve dizer-nos. Ao descobrir a imagem do mundo, ao perceber em um o outro, se está devolvendo à linguagem esta virtude que consiste em “dar presença aos outros”. Daí esta afirmação de Octavio Paz: “A imagem poética é a *outridade*”. A poesia não pode ser diálogo, pois nela cada um fala só consigo mesmo; nem monólogo, em que é outro o que ouve a si mesmo, mas que nela tende a resolver-se a discórdia “por meio de uma conversão dos termos: *eu* do diálogo no *tu* do monólogo”.

A poesia que pretende um “agora” e um “aqui” recupera e exalta para o homem a “vida concreta”,



**BARCELONA
DESPEDAÇADA. Octavio
Paz integra a geração de
escritores formada sob o
impacto da Guerra Civil
Espanhola**

que é a verdadeira vida, por oposição ao viver uniforme que tenta impor-nos a sociedade contemporânea. Paz recorda a frase de Breton: “A verdadeira existência está em outra parte”, para esclarecer que essa outra parte “está aqui, sempre aqui e neste momento”. A poesia é encontro da *outridade*, mas na *outridade* percebemos simultaneamente que, sem deixar de ser nós, somos outros, e que, estando sempre onde estamos, “nosso verdadeiro ser está em outra parte”. Outra parte que é um aqui, um agora mesmo.

Crítica e poesia

Nessa trajetória tão coerente não podemos precisar o que surgiu primeiro – o ensaio ou a poesia. Como demonstrou em *O mono gramático*, a obra é um campo de trabalho em que criação e crítica se dão simultaneamente. Sua perfeita manipulação da linguagem torna seus ensaios esclarecedores, iluminadores. Esta manipulação plena da linguagem é o ato supremo de liberdade: “O poeta não se serve das palavras, é seu servidor. Ao servi-las, devolve-as a sua plena natureza, fá-las recuperar seu ser. Graças à poesia a linguagem reconquista seu estado original”.

A crítica de Paz é uma crítica da linguagem, isto é, do homem e da realidade. Ele não esquece que o homem interroga a si mesmo, esforçando-se em compreender sua essência e seu destino.

Tempo e existência

Tanto em prosa como em poesia, Paz revela que o “saldo no instante consagrado” exige uma espécie de transmutação no tempo, isto é, um abandono do tempo cotidiano que nos dilacera entre o passado e o futuro, entre a recordação e a angústia e um regresso ao “tempo original”, ao “tempo arquetípico”: “*hoy no es muerte ni vida / no tiene cuerpo, ni nombre, ni rostro, hoy está aquí, / echado a mis pies, mirándome.*” São expressões-chave nas reflexões de Paz sobre a experiência poética “consagração do instante”, “perpetuidade do presente”. O meio de que dispõe a poesia para possibilitar-nos o regresso ao tempo puro, originário, é o ritmo. Dele emana um sentido: identifica-se com a “ideia poética”.

Preocupa-se com o conflito entre o ser de que nos originamos – o passado, e o que aspiramos a

tornar-nos – o futuro, isto é, o que somos e o que seremos. Como síntese, dirá: “Tudo é presença, todos os séculos são este Presente” (“Liberdade Bajo Palabra”).

Conciliação das contradições

O pensamento de Octavio Paz nunca foi estático nem imobilista. Suas reflexões têm sido revistas, desde *O labirinto da solidão* (publicado em espanhol em 1950 e no Brasil em 1976). Nessa obra, invoca o poder da palavra para mover a realidade: “Não há distância entre o nome e a coisa e pronunciar uma palavra é pôr em movimento a realidade que designa.”

A coletânea de ensaios *O arco e a lira*, inicialmente publicada em 1956, foi acrescida de *Signos em rotação* (1965). Admite a distância entre a palavra e o objeto por ela designado. Desenvolve uma série de conceitos sobre a poesia, sua linguagem, ritmo, origem, funções e pretensões. A poesia tenta fundar a palavra poética no próprio homem. À diferença das Sagradas Escrituras, a escritura poética é a revelação de si mesmo que o homem se faz. Desta circunstância procede o fato de a poesia moderna ser também teoria da poesia.

Em obra posterior, *Corriente Alterna* (1967), admite que “o problema da significação em poesia esclarece-se apenas se percebe que o sentido não está fora, mas dentro do poema: não no que dizem as palavras mas no que se dizem entre si”. Quando escreve sobre Breton, assinala que: “O inspirado, o homem que verdadeiramente fala, não diz nada que seja seu: por sua boca fala a linguagem”. Ao comentar a obra de Lévi-Strauss, afirma que, para o antropólogo francês, “é a na-

tureza a que fala consigo mesma através do homem sem que este se dê conta”.

A síntese de um pensamento crítico

A obra de Octavio Paz, poeta e crítico de dimensão universal, insere-se em amplos esquemas. Sempre sentiu necessidade de participar da criação de um espaço crítico na América hispânica. Sempre o mesmo e sempre diferente, procura a tensão dos contrários, uma perpétua presença do espírito, de coerência interior e intuição. Profundamente influenciado pelo barroco espanhol – sobretudo Gôngora – e Soror Juana Inês de la Cruz, pelos surrealistas e pelos franceses Baudelaire, Mallarmé, Rimbaud, os românticos alemães, em língua inglesa Blake, Donne e Whitman, mantém verdadeiro diálogo com as artes e seus criadores. Todo texto é um tecido de relações. Somos uma realidade em movimento (*Corriente Alterna*).

Sua obra *O labirinto da solidão*, começada nos Estados Unidos, quer explicar o ser mexicano, as “secretas raízes” que motivam a conduta do homem e o ligam a sua cultura. Isto o faz ir à mitologia e à história, dando como resultado esse livro complexo, denso e rico. Perscruta e inquire o *pachuco*, com sua vontade de ser, isto é, de não ser como os outros que o cercam.

A maior parte da obra de Paz caracteriza-se, assim, por uma busca da unidade e da comunhão. Esta diminuição do pessoal relaciona-se com o fascínio crescente de Paz pela forma e pela estrutura. Com uma obra crítica que abarca desde os trágicos gregos ao cinema de Buñuel, as sociedades primitivas e o zen-budismo, com um juízo

rigoroso e estudo consciencioso, a aproximação à obra de Octavio Paz poderia fazer supor que se trata de um pensar disperso: nada mais errôneo. A diversidade e a multiplicidade supõem a unidade. O impulso unificado de que é imbuído tende à síntese, à conciliação dos contrários. O pensar de Paz é aberto, não possuindo, portanto, uma doutrina rígida. Sua principal preocupação tem a ver com o *ato de nomear*, a doação de um significado. Seu comércio com a linguagem revestiu a forma de uma relação pessoal com uma coisa viva e humana. Na linguagem, nas palavras, busca-se a si mesmo e busca a ponte de comunicação com todos os homens.

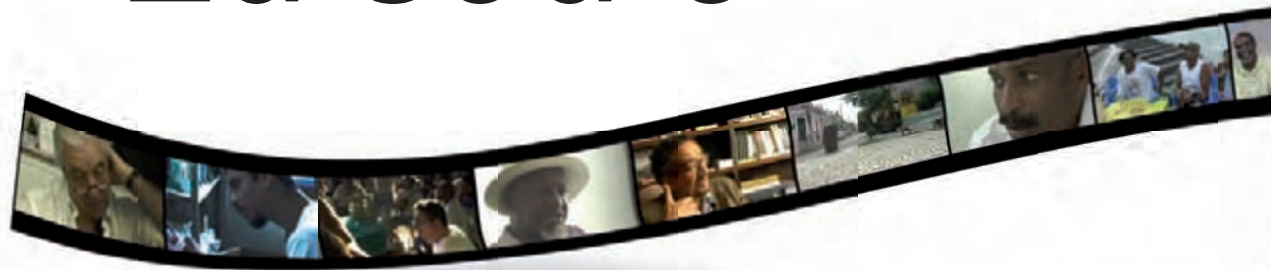
Sem renunciar ao futuro nem esquecer o passado, ocupou-se dos grandes temas do século XX mexicano, que aprofundou em *Tempo nublado*: as crises da democracia imperial dos Estados Unidos, a revolta dos particularismos, o modelo modernista e suas consequências sociais, a multiplicação das ortodoxias ideológicas e a relação existente entre a América Latina e o sistema democrático.

Sua obra viverá em nós, em alta clareza, num presente perpétuo, onde habita a palavra verdadeira. ▀

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- PAZ, Octavio. (1974) *Los hijos del Limo*. Seix Barral: Barcelona.
 ———. (1965) *Cuadrivio*. Joaquín Mortiz: México.
 ———. (1965) *El caracol y la sirena*. Joaquín Mortiz: México.
 ———. (1965) *Las peras del olmo*. Univ. Nacional Autónoma: México.
 ———. (1982) *O arco e a lira*. Nova Fronteira: Rio de Janeiro.
 ———. (1983) *Tiempo nublado*. Seix Barral: México.

Eu sou o



samba...

A saga de um artista suburbano sem dinheiro no banco e sem parentes importantes e seus dribles nas dificuldades

Pablo Kaschner

INTERNET



CARTOLA E NELSON. Poetas de primeira e vidas de dificuldades

Aos leitores da VER-SUS, uma charrada: Quem sou eu? Vivi na pobreza e hoje, graças à ironia inescrupulosa do capitalismo, tenho meu nome associado a *status* financeiro. Acertou quem respondeu “Van Gogh”, o genial pintor holandês que vendeu apenas um quadro em vida, morreu na miséria e hoje é usado como nome de banco *prime*. Não foi o único. Mozart morreu pobre e foi enterrado em vala comum. Pelo visto, as vicissitudes da vida artística não são de hoje. E nem é necessário que se vá tão longe para buscar exemplos de nomes cujas



ARTE: GIL CASTRO

contas bancárias eram ínfimas, se comparadas ao quilate do artista em questão.

Cá em terras tupiniquins, Cartola, Zé Ketí e Nelson Cavaquinho provaram que ser artista no nosso convívio pode ser ainda mais árduo que viver pelo inferno e céu de todo dia, como cantou o poeta. E se a situação dramática acontece com monstros sagrados do samba, não fica difícil imaginar as dificuldades enfrentadas por figuras menos conhecidas do grande público. Bira da Vila bem poderia ter seguido este *script*, mas – com doses de talento, visão e, por que não, sorte – decidiu dar

outro rumo a este roteiro de final infeliz.

A autodescoberta como compositor veio cedo, aos 14 anos. Bira compôs, em homenagem ao pai, o poema “O Malandrinho”, de 1978, que viria a ser musicado por um amigo três anos mais tarde. Aos 17 já participava, na condição de mascote, da primeira roda de samba de Duque de Caxias. Aos 23, o reconhecimento: Bira entra para a ala dos compositores da Grande Rio. Compõe amadoramente até 1982, quando conhece aquele que mudaria os rumos de sua carreira: Luiz Carlos da Vila. A coincidência do sobrenome ar-

tístico, ainda que as “vilas” fossem diferentes – Bira é da Vila São Luís, em Caxias –, parece tê-los unido como irmãos de sangue, e Luiz passa a dar conselhos profissionais ao “caçula” e o ídolo vira seu maior incentivador. Mais que parceiros, tornam-se amigos. Some-se a isso a experiência no escritório de representação comercial no qual trabalhava, e Bira compreende, então, que não poderia sobreviver do samba caso não se profissionalizasse.

Sua carreira autoral dá o primeiro passo significativo em 1993, com a gravação do samba “Sorriso de Banjo” por Jovelina Pérola

MARCO FERNANDES



BIRA DA VILA: resgate dos compositores da Baixada Fluminense, sua “terra natal”

Negra. Artista completo, não se limitou à composição, e, percussionista de mão cheia, este neto de índia com sanfoneiro português sempre deu suas batucadas. Em 1998, incentivado por Luiz Carlos da Vila, inicia profissionalmente como intérprete, no show *Nova Matriz*, de composições próprias.

A partir de então busca organizar projetos que dessem voz a artistas sem espaço na mídia. Nesse contexto, surge O Canto da Baixada, iniciativa que busca valorizar a produção artística de compositores da Baixada Fluminense. O projeto resgatou do ostracismo autores já gravados por gente bamba como Clara Nunes e Marlene, e juntou nomes da velha guarda, como Secundino Silva, Manoel Santana, Hélio Cabral, Eloir Silva, Francisco Inácio, Cabana, Osório Lima e Catoni, a talentos da nova safra, como Jair Lobo e Serginho Meriti. Com o disco já gravado e remasterizado e contrato averbado com uma gravadora, Bira viu a possibilidade de o projeto ir por água abaixo por conta da crise no mercado do segmento. A gravadora desistiu do projeto; Bira, não. Em vez disso, buscou se aprimorar em pro-

Ligue o nome à profissão

Guinga - dentista

Lamartine Babo - telegrafista

Mussum - militar da Aeronáutica

Aldir Blanc - psiquiatra

Nei Lopes - advogado e jornalista

D. Ivone Lara - enfermeira

APÓS filme sobre Candeia, Bruno Bacellar e Luís Fernando Couto trazem à tona dificuldades dos sambistas atuais

MARCO FERNANDES



dução fonográfica e tornou-se o único sambista do subúrbio a ter o controle da produção e a deter todos os direitos sobre a obra.

Com a legitimidade de quem fez hora e não esperou acontecer, ele opina: “Falta no artista uma gestão organizada. Hoje não dá para se prender no sonho de que um produtor vai ‘te descobrir’. Tem que organizar projetos de forma profissional e correr atrás de patrocínios, seja do Governo, seja da esfera privada”. Deu certo. *O Canto da Baixada* teve ótima saída nos locais onde é vendido e o CD repercutiu inclusive fora da Baixada, tornando-se uma vitrine para os compositores gravados. A prova mais recente do sucesso é a iniciativa Baixada é Arte, desdobramento do Canto..., que, de 25 a 30 de abril, em meio às comemo-

rações do Dia da Baixada, expõe manifestações artísticas variadas de talentos locais. O incrível é que, por mais que este “santo de casa” faça milagres, o próprio Bira admite ser mais reconhecido em outros estados, motivo que o levou a deixar o Rio de Janeiro por uns tempos.

Talvez este panorama mude com o documentário que Luís Fernando Couto e Bruno Bacellar preparam sobre os problemas do compositor de samba atual. As agruras de outrora, eles têm na

ponta da língua: “Os sambistas mais antigos, muitas vezes descendentes diretos de escravos, eram perseguidos pelo Estado e acabavam ocupando profissões precárias. Hoje, esta situação mudou, e já há sambistas com formação e condições financeiras melhores. O que não significa que a imagem de que todo sambista é bem de vida seja verdadeira. Muitos ainda passam aperto”, sublinha Bruno.

Nada mais justo, então, que se preste uma justa homenagem a estes artistas que partiram sem o devido reconhecimento. Financeiro, é bom que se ressalte. O reconhecimento artístico, esse era inegável e pungente. Salve Candeia, Mano Décio e Paulo da Portela. Salve Valter Alfaite, Silas de Oliveira e Claudionor Cruz. Salve Sinval Silva, Wilson Batista e Geraldo Pereira. Salve todos aqueles que, com seu talento inato, tantos momentos sublimes proporcionaram às almas de suas plateias. ▮

VAN GOGH. Nome hoje associado a *status* financeiro, o artista morreu na miséria

INTERNET





Tatuagens urbanas

Carlos Nogueira



No coração da cidade, protegidos pela noite, olhos atentos. Nas ruas e becos, os muros escritos com rupestres-grafites. Atividade mística? Demarcação de espaço ou ritual de magia? Talvez memória das cavernas e caligrafia urbana. Em Nova Iorque na década de 1970, o Movimento Hip Hop toma as ruas, demarca territórios e elege como forma de comunicação a pixação e o grafite. Rápidos movimentos, contemporâneos hieróglifos. Jean-Michel Basquiat, grafiteiro novaiorquino, marca com a sua obra, tatuagens metropolitanas, as paredes dos prédios abandonados de Manhattan.

Basquiat foi o elo fundamental para que o grafite deixasse de ser visto apenas como arte marginal e migrasse das ruas para as galerias.

No Brasil o pioneiro na arte do grafite foi o ítalo-etíope Alex Vallauri (Asmara / Etiópia, 1949 – São Paulo, 27 de março de 1987), grafiteiro, artista gráfico, pintor, desenhista, cenógrafo e gravador, que ressignificou em sua linguagem imagens de quadrinhos e da história das artes. Rememorar o passado, apropriar-se de imagens e intervir nos espaços urbanos foram as principais características do seu trabalho. Em 1981, ganhou o prêmio Arte Comunicação da Associação Paulista de Críticos de Arte, pelo conjunto de sua obra.

No momento, os mais bem-sucedidos grafiteiros são Os Gêmeos, Gustavo e Otávio Pandolfo, paulistanos do Cambuci, que têm seus trabalhos em ruas e prédios de diversos países e expõem nas principais galerias e museus do mundo.

Da pixação ao grafite, a arte de rua possui várias vertentes. A Street Poster Art é uma delas, e consiste em expor, durante um breve tempo, pôsteres colados nas paredes das cidades. Experiência comum às grandes metrópoles de países distintos, a ocupação dos espaços públicos com cartazes teve forte presença no início do século XX, na Rússia, a partir

do engajamento dos artistas de vanguarda na luta revolucionária. Essa elite artística, dentre os quais se destacaram Lissitzky, Rodchénko e o poeta Maiakovski, criou o mais importante movimento estético do design gráfico do século XX. De caráter democrático, a Street Poster Art incorpora e seduz artistas autodidatas e de formação acadêmica:

“Na pesquisa ‘A gravura na rua’, para a tese de Doutorado em Design na PUC-Rio, compreendemos a rua como espaço de diferentes linguagens visuais, que utilizam meios artesanais de reprodução de imagens com os mais diversos fins – artísticos, político-ideológicos, religiosos, protesto, comerciais –; e o direito de ocupar o espaço público a partir de repertório material e simbólico construindo, paralelamente, um discurso sobre a polissemia dessas imagens.”

(Pedro Sánchez, artista plástico e professor do curso de gravura da Escola de Belas Artes da UFRJ)

O Rio de Janeiro faz parte do cenário internacional da Street Pôster Art. Com o tema “Das ruas para as galerias”, de julho a setembro de 2010, a cidade foi palco do Parede – II Festival Internacional de Street Pôster Art, mostra multimídia de

GIL CASTRO



DIVULGAÇÃO



SEM TÍTULO. Litografia de Luiza Cascon

arte urbana com exposição coletiva no Centro Cultural da Justiça Federal, além de oficinas em diversos locais da cidade.

“Ao inserir um trabalho na rua, ele estará sujeito a diversas intervenções: outros artistas, pixadores, a prefeitura podem cobrir ou alterar aquilo que você fez em um muro da cidade. Essa experiência de constante transformação acabou sendo importante para meu trabalho em um aspecto geral. É um movimento de dessacralização da arte e abertura para novas possibilidades. Não me considero uma artista de rua, venho das artes plásticas, a rua acaba sendo um meio alternativo de divulgação do meu trabalho, fora do circuito restrito das galerias de arte.”

(Luiza Cascon – artista plástica, gravadora, usa a linguagem do vídeo e da fotografia em seus trabalhos)

GIL CASTRO



NAS RUAS. Arte nos muros da cidade do Rio de Janeiro

Sobre Liev Tolstói

Rubens Figueiredo



ARQUIVO PESSOAL

Quem é...

Rubens Figueiredo é um dos principais tradutores da língua russa para o português. Traduziu *Anna Kariênina*, de Liev Tolstói, diretamente do russo. Como escritor, Figueiredo ganhou em 2002 o Jabuti – o mais importante prêmio literário do país – pelo livro *Barco a seco*

O primeiro livro de Tolstói foi escrito aos vinte e quatro anos, quando era oficial do exército russo. Servia no Cáucaso, na aguerrida campanha contra os montanhesees tchetchenos. O título do livro era *Infância*.

Trata-se de suas memórias de infância, porém apresentadas com o ímpeto narrativo de um romance. No livro, a auto-observação serve de ponto de apoio para a descoberta do mundo. Tal procedimento não era uma novidade para Tolstói. Sob a influência juvenil de Rousseau, ele adotara como princípio de vida a sinceridade consigo mesmo e, com esse fim, iniciara a redação de um diário aos 19 anos. Persistiu nessa atividade até a

morte, aos 81 anos, e boa parte do destino de sua obra foi decidido durante a redação desses escritos pessoais.

“Nunca vi lábios cor de coral, mas vejo lábios da cor de tijolo.” Essa anotação, feita à margem dos manuscritos de *Infância*, denota sua disposição de explorar uma expressão antiliterária e até antiartística. Seguiram-se *Adolescência* (1854) e *Juventude* (1857), que junto com *Infância* compõem uma trilogia. E também contos, em especial sobre a vida militar e as campanhas do Cáucaso e da Crimeia. Sua moti-



ARTE: GIL CASTRO

vação principal é polemizar com as convenções heroicas, patrióticas e belicistas que predominavam nos relatos do gênero. Tolstói suprime os componentes empolgantes do enredo e apresenta em paridade os militares russos e seus adversários.

Tchernichévski, crítico e líder dos revolucionários da década de 1860, reconheceu os aspectos inovadores dos contos de Tolstói e ressaltou uma técnica que chamou de “dialética da alma”. Aquilo que no século 20 foi chamado de fluxo de consciência, procedimento que Tolstói iria acentuar com arrojo em obras posteriores.

Em 1856 tentou morar na capital São Petersburgo, mas o ambiente de escritores e intelectuais e a vida da cidade foram para ele uma provação. Em 1859, mudou-se para Iásnaia Poliana, a propriedade rural de sua família, que daí em diante foi sua residência. Lá, fundou escolas para os filhos dos mujiques, onde ele mesmo lecionava.

Sua pedagogia suprimia as notas, os trabalhos obrigatórios, os castigos corporais, os rigores da disciplina. O professor devia incorporar o cotidiano das crianças à aprendizagem e estimular sua liberdade de escolha. O título de um dos textos que escreveu não

deixa dúvidas quanto à sua orientação: *Quem deve aprender a escrever com quem: as crianças camponesas devem aprender conosco ou nós, com as crianças camponesas?*

Ao casar-se em 1862, Tolstói concluiu uma novela iniciada dez anos antes, *Os cossacos*, e usou o dinheiro para livrar-se das dívidas. Nesse livro, lançou mão

das recordações de sua temporada militar no Cáucaso. O herói é um jovem nobre em crise de consciência que tenta encontrar um sentido para viver na pessoa simples das montanhas, portadoras de uma cultura pré-moderna. O texto de Tolstói é direto, antimetáforico e, em parte, imbuído de um enfoque etnográfico.

Em 1863 Tolstói deu início à redação de *Guerra e paz*. Mais uma vez produziu um livro difícil de classificar. Sob a feição de um romance histórico, *Guerra e paz* contém a densidade de um romance psicológico moderno, componentes estruturais dos épicos da antiguidade clássica, o andamento de um romance de formação, quadros de memória familiar e observações de cunho etnográfico. Ao mesmo tempo, trava polêmica em torno da história e da historiografia e sobre as pretensões de superioridade de certas culturas sobre outras.

A ação se passa entre 1805 e 1820 e tem como centro a invasão da Rússia pelo exército de Napoleão, em 1812. Na massa de personagens que povoam as muitas centenas de páginas, há espaço para que todos os segmentos sociais surjam em contornos minuciosos. Para manter coesa tal amplitude de elementos, Tolstói recorre a um método que funde pessoas, coisas, imperadores, camponeses, pensamentos, ações, animais, plantas, indivíduos e massas humanas num só movimento, que lhes atribui o mesmo peso e valor.

No livro, nada há de heroico e engrandecedor nas batalhas e nas ações militares. Assim como os textos dos historiadores são compostos para justificar e reforçar o poder das classes dominantes e dos países dominantes, as estratégias dos generais não passam de ficções destinadas a respaldar sua autoridade perante as tropas.

Pouco depois de concluir *Guerra e paz*, Tolstói soube que, numa propriedade vizinha, uma mulher, abandonada por seu amante, atirou-se sobre os trilhos de um trem. O caso afastou-o dos temas históricos e conduziu seu interesse para a rede de conflitos da sociedade de seu tempo. Daí nasceu *Anna Kariênina*, que parece levar ao cume o romance familiar realista, mas ao mesmo tempo, a exemplo de suas obras anteriores, compreende operações de todo estranhas à norma literária.

Apesar de seu êxito, Tolstói estava longe de sentir-se seguro ou confortável em sua condição de escritor e membro da classe privilegiada. Crises frequentes sempre perturbaram seu trabalho. Além das gritantes desigualdades que o rodeavam, o escritor, como mostra seu diário, angustiava-se com perguntas como: “Como pode existir na vida de uma pessoa algum sentido capaz de não ser aniquilado pela inexorabilidade da morte?”

Dessa vez a crise tomou a forma de um livro de grande fôlego, intitulado *Confissão*. Concluído em 1883 e logo proibido pela censura, ele é dividido em três partes: “Estudo de teologia dogmática”, em que critica a igreja; “Harmonia e tradução dos quatro Evangelhos”, em que examina com erudição toda a tradição dos Evangelhos em várias línguas; e “No que eu creio”, uma forma pessoal de apreender alguns ensinamentos cristãos.

Tal como acontece em suas obras de ficção, também na formulação de seus pensamentos Tolstói não segue à risca os padrões de exposição e de argumentação tidos como cultos. Suas preocupações se traduzem de forma direta e prática, com a mira voltada para o cotidiano e o concreto. Seus questionamentos não dão grande crédito a conceitos supostamente universais.

Na verdade, os escritos de Tolstói apresentam cada vez mais a forma de um debate renhido contra a sociedade que o cerca. Suas ideias eram contrárias à propriedade, ao dinheiro, ao sistema judiciário, às prisões, ao casamento, à igreja, ao Estado, à filantropia – “sinal de que os ricos estão dispostos a fazer tudo pelos pobres, menos sair de cima de suas costas”. E favoráveis a uma vida comunitária, ligada à terra, à natureza, e aferrada à estratégia da não violência. Tais ideias eram norteadas por preocupações nada abstratas. Um exemplo está no livro *Então, o que devemos fazer?*, de 1886, em que Tolstói descreve um bairro miserável em Moscou, onde ele esteve quando colaborou com o censo demográfico.

Os movimentos revolucionários estavam em ebulição e travavam um cruento combate contra o regime tsarista. O tsar Alexandre II fora assassinado num atentado à bomba em 1881. Por sua vez, os grupos religiosos independentes resistiam com tenacidade às perseguições da Igreja patrocinadas pelo Estado. Nessa atmosfera, o debate que Tolstói travou, a princípio sozinho e isolado, logo atraiu jovens ansiosos por algum tipo de militância. Contra a vontade de Tolstói, formou-se aos poucos à sua volta um grupo dedicado que difundia, de forma legal ou clandestina, seus panfletos e artigos.

Ao lado deles, Tolstói fundou uma editora sem fins lucrativos, chamada Intermediário, destinada a fornecer material de leitura para as massas. O interesse de Tolstói por narrativas orais era antigo, mas nesse momento ganhou um significado mais definido, e Tolstói submeteu seu estilo a uma grande transformação. Em lugar da subordinação sintática e das frases longas, frequentes em seus romances, adotou o período simples, re-

duzido às vezes ao essencial, o que às vezes dá ao seu texto um corte elíptico. A ordenação das palavras traz a marca do linguajar do povo. A linguagem tende ao tom proverbial e recorre às fórmulas do conto folclórico russo.

Os procedimentos de linguagem de Tolstói nesses contos configuram um estilo inovador e controlado. Um esforço de renovar sua própria escrita, em conformidade com a crítica — que ele já formulava desde a juventude — à arte prestigiosa na elite russa, configurada na tradição europeia. Esses relatos incluem obras-primas como *De quanta terra um homem precisa* ou *O prisioneiro do Cáucaso*.

Tolstói não interrompia suas campanhas e polêmicas. Seus textos eram proibidos, mas circulavam em cópias feitas à mão ou impressas no exterior. Como exemplifica um virulento panfleto cujo título poderia, talvez, ser traduzido por *Nicolau Paulada*, sobre o tsar Nicolau I.

Entre os textos dessa época, destaca-se *A morte de Ivan Ilitch*, de 1886. A partir da imagem de um juiz morto em seu caixão, com a família e os colegas à sua volta, Tolstói narra de forma implacável o que é a vida de um respeitável membro da melhor sociedade moderna. Despe, uma a uma, as convenções que recobrem a hipocrisia das relações familiares, a exploração econômica e a opressão política, penhores da distinção social, e põe a nu a crua realidade do corpo, da doença e da morte.

Outros contos importantes dessa fase são *Sonata Kreutzer*, *O patrão e o trabalhador* (às vezes traduzido como *Senhor e servo*) e *O Diabo*. Em todas essas obras, fica bem claro

que Tolstói não tratava a literatura como um lazer deleitoso para um leitor instalado no conforto e na paz de sua casa e de sua consciência. Na verdade, Tolstói formulou, pouco depois, um conjunto de ideias polêmicas a respeito da arte, num livro imenso, intitulado *O que é arte?* Abrangente e digressivo, um ponto-chave do livro, no entanto, eram as formas como a arte se prestava para acentuar e reproduzir as desigualdades sociais.

Apesar disso, a ideia de mais um romance de grande fôlego começou a assediá-lo. Faltava porém algo que o motivasse a escrever, algo capaz de fazer frente às suas dúvidas sobre o sentido da atividade literária.

A motivação veio com as perseguições contra os dukhabors, um grupo religioso que se recusara a prestar serviço militar. O governo confiscou suas terras, saqueou suas casas, prendeu seus líderes e banuiu sete mil pessoas para aldeias distantes, onde começaram a morrer de fome e frio. Tolstói liderou um movimento de apoio aos dukhabors, razão pela qual dois discípulos do escritor foram presos e suas casas saqueadas. Um deles foi banido para uma aldeia remota e outro se exilou na Inglaterra. O tsar foi aconselhado a prender Tolstói num convento isolado, mas não o fez.

Surgiu a possibilidade de transferir os dukhabors para o Canadá, onde lhes ofereceram uma região despovoada. O governo russo autorizou a partida do grupo. Só faltava o dinheiro para embarcar e instalar dez mil dukhabors em suas novas terras. Tolstói havia renunciado aos direitos autorais dos seus livros publicados após 1881.

Mas em 1898 resolveu negociar os direitos de uma obra nova pelo valor mais alto que conseguisse a fim de ajudar os dukhabors. Sem sua ajuda, a emigração dos dukhabors não teria se efetivado.

Esse foi o estímulo para Tolstói retomar o romance *Ressurreição*, iniciado anos antes, e concluiu-o em 1899. O romance é um mergulho no mundo judiciário e prisional moderno. Um nobre, em crise de consciência, julga-se responsável pela desgraça de uma jovem camponesa a quem seduziu. Em seu esforço de ajudá-la, penetra nos meandros de uma assombrosa máquina penal. Em *Ressurreição*, a presença dominante é da massa popular, focalizada no centro do sistema repressivo em que se apoia a dominação social.

A sociedade moderna, em *Ressurreição*, como nos contos da sua última fase, se apresenta como um mundo fechado, mecânico, eficiente em sua brutalidade. Não há espaço para ilusões quanto a acordos entre os privilegiados e os subalternos. A esfera familiar e o amor não podem mais representar uma proteção ou uma válvula da escape. A religião tem o tom da revolta.

A última obra de Tolstói é *Khadji-Murat*, novela que retoma suas memórias das campanhas do Cáucaso, os temas do início de sua carreira. Foi publicado postumamente. Lido na perspectiva da obra extensa e rica em conflitos que o precede, *Khadji-Murat* vale como um novo questionamento que Tolstói dirige à consciência e ao mundo moderno, mas também aos seus próprios escritos, e assim nos deixa em suspenso diante de perguntas sempre reabertas. ▮

Muito além de um banco

O Banco Mundial surgiu no cenário de pós-guerra e de lá para cá sempre exerceu influência ideológica sob a batuta do EUA

da Redação



O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro

João Marcio Mendes Pereira

Civilização Brasileira

504 págs., R\$ 59,90

INTERNET



BIRD. A portentosa sede do Banco Mundial, em Washington

No curso de sua história, o Banco Mundial (BIRD) tem características únicas, muito além do papel de agente financeiro. Organismo multilateral criado no ambiente de reorganização do cenário internacional pós-Segunda Guerra, o BIRD sempre agiu como ator ideológico, selecionando projetos, formulando políticas, estimulando caminhos que deixem distantes a insurgência

das transformações estruturais e suavizem, sempre que possível, as tensões sociais. E mais: sua estratégia acompanhou de perto as transformações estabelecidas pela economia globalizada. Estratégia que, no caso de sua história mais recente, se submeteu à doutrina neoliberal. A incontestável influência dos EUA (como extensão de seu poder no mundo) na instituição não deixa dúvidas sobre a natureza das ações do banco e a favor de que campo de interesses elas pontificam. O banco virou mais um elemento do arsenal da política externa da potência capitalista.

A trajetória da atuação do Banco Mundial desde a sua criação até os dias de hoje é dissecada pelo professor de história da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, João Marcio Mendes Pereira.* Sua

tese de doutorado, que resultou de minuciosa investigação, virou livro e é apresentada nos seis capítulos de *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro*. O autor também coordena o Grupo de Estudos em Agro Contemporâneo (GEAC) – a questão agrária é outro objeto de sua investigação.

Numa resenha escrita para o jornal *Folha de S.Paulo*, o professor de Economia Internacional do Instituto de Economia da UFRJ, Reinaldo Gonçalves, disse considerar a tese um “ótimo trabalho de análise histórica da evolução do Banco Mundial”. Ele acrescenta: “Como mostra o autor, as estratégias do BIRD foram se modificando em decorrência das transformações globais e, em especial, da influência exercida pelo governo dos Estados Unidos nesse organismo multilateral. O livro apresenta um balanço útil das críticas sobre o papel do banco na atualidade.” Sobre a pesquisa de João Marcio, o professor de Economia Política Internacional da UFRJ, José Luís Fiori, a define como “um trabalho ousado e uma excelente história do Banco Mundial”. ▀

* Doutor em História pela UFF, mestre em Desenvolvimento e Agricultura pelo CPDA-UFRJ, graduado em História pela UFF. É professor adjunto de História da América Contemporânea e professor do Programa de Pós-Graduação em História da UFRJ.

A crise nas telas

Filme destrincha a aliança de banqueiros, acadêmicos, mídia, políticos e lobistas na crise capitalista de 2008

Elisa Monteiro

O documentário *Trabalho interno* (*Inside Job*, EUA, 2010) faz um mergulho na crise econômica capitalista de 2008 que abalou os alicerces da economia norte-americana, cenário de sua origem, e golpeou economias mundo afora. O filme, dirigido pelo cineasta Charles Ferguson, foi o vencedor do Oscar de 2011 na categoria documentário. Narrado pelo ator Matt Damon, o documentário investiga o emaranhado da especulação financeira e revela ganhos monumentais de diretores de empresas do setor, seus vínculos com a intimidade do poder e a cumplicidade do mundo acadêmico com a situação. Políticos, lobistas, mídia, academia, burgueses de diversos matizes surgem como protagonistas no jogo sem limites. São personagens que não perderam nada com a crise. Pelo contrário, seus recursos ficaram de fora do circuito da especulação. Seus ganhos alcançaram cifras astronômicas. Quem perdeu mesmo foram milhões que ficaram sem casa e emprego.

Investigando as privatizações e a desregulamentação do sistema financeiro em escala internacional desde a década de 1980, Ferguson reúne entrevistas e material de arquivo surpreendentes. E questiona de maneira menos apaixonada – mas não menos crítica que o também documentarista Michael Moo-

CINAMON COMUNICAÇÃO



WALL STREET. Bolsa de Valores americana em Nova York

re* – as contradições do sistema, em especial a impunidade que protege a voracidade sem limites dos enfiados operadores de Wall Street. Ao receber o Oscar no final de fevereiro, o diretor lembrou à plateia engalanada no Teatro Kodak, em Los Angeles, que, passados três anos, não houve apuração dos responsáveis pelo colapso de 2008 e nenhum executivo foi condenado por fraude financeira.

A bolha especulativa de 2008 custou mais de US\$ 20 trilhões aos EUA. No filme de Ferguson pode-se conferir depoimentos desconcertados de mentores e defensores do modelo especulativo (como Glenn Hubbard, ex-assessor de George W. Bush) que levaram à falência bancos como Goldman Sachs e Lehman Brothers. O documentário registra o retorno dos quadros que arquitetaram a desregulamentação financeira a altos cargos da administração fi-

nanceira no governo Barack Obama. As notícias do cineasta podem não ser as mais animadoras, mas a obra sem dúvida presta um serviço ao público e vale o ingresso. *Trabalho interno* estreou em fevereiro no Brasil e agora pode ser visto em DVD. Na página eletrônica oficial do filme <http://www.sonyclassics.com/insidejob/> o público encontra mais informações. Nela está disponível, por exemplo, uma linha do tempo com a política econômica estadunidense desde a década de 1930, uma espécie de glossário com os principais termos e conceitos econômicos que vieram à tona depois da crise. *Trabalho interno* cumpriu breve carreira no circuito exibidor e já está disponível nas locadoras. ▀

* Cineasta e documentarista, também estadunidense, conhecido por obras críticas em relação à política e modo de vida dos EUA. Recebeu o Oscar de melhor documentário, em 2002, por *Tiros em Columbine*.

Renascer das cinzas

OUTONO DE 2011. Incêndio consome a centenária Capela de São Pedro de Alcântara no Palácio Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A imagem é do fotógrafo **Bira Soares** (Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ).





versus

www.versus.ufrj.br



UFRJ

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas



CCJE